

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE OUTUBRO DE 2013

NÚMERO 6.615

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Silvio Dreveck
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Altair Silva
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Altair Silva
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Altair Silva
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Silva
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 075ª Sessão Ordinária realizada em 04/09/2013..... 2 Ata da 024ª Sessão Extraordinária realizada em 04/09/2013..... 11 Ata da 076ª Sessão Ordinária realizada em 05/09/2013..... 14 Ata da 077ª Sessão Ordinária realizada em 10/09/2013..... 18 Ata da 005ª Sessão Solene realizada em 10/09/2013, às 19h, no Serrano Tênis Clube, no Município de Lages, em Homenagem ao Artista Plástico Malinverni Filho, in Memoriam, Pela Passagem do Seu Centenário de Nascimento 25</p> <p>Publicações Diversas Audiências Públicas 28 Atas de Comissão Permanente 32 Portarias..... 34 Redações Finais..... 34</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Taxista Voltolini- Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Quero, em nome do Poder Legislativo, cumprimentar os alunos da Escola Especial Novo Mundo - Apae de Jaguaruna - que se encontram nesta sessão. Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, convidados presentes a esta sessão, hoje é um dia de grande reflexão para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Hoje é o dia em que há 40 anos desapareceu nos porões do DOI/Codi o deputado estadual Paulo Stuart Wright, combativo, vindo das lutas populares, cassado por esta Casa nos idos de 1964 por um artifício regimental: seus pares acusaram-no de adentrar ao plenário sem gravata e sem paletó.

Passados 40 anos, nós, no dizer de Bertold Brecht, ainda tentamos defender o óbvio, ainda vivemos em tempos em que é preciso defender o óbvio. Essa é a razão pela qual assomo à tribuna para discutir a questão da CPI das Águas. Faz quase um mês que, depois de termos conseguido 19 assinaturas para a sua criação, o que é incomum nesta Casa, até agora não conseguimos a instalação dessa ferramenta que é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como um direito das minorias, direito que, também no dizer do Supremo Tribunal Federal, não pode ser submetido a um órgão fracionário, como esta Casa fez.

Hoje nós julgaremos no plenário o recurso que fiz sobre esse encaminhamento. Em 2007 foi proposta a criação da CPI do Apagão Aéreo, e o então deputado federal Fernando Coruja, de Santa Catarina, indagou se caberia recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados em caso de rejeição pelo presidente da Casa. A resposta do ministro Celso de Melo foi com clara e não deixa dúvidas nem margem de interpretação. À pergunta se poderia ou não a maioria, sustentando-se no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, levantar questão de ordem e, por recurso, obstar a criação de CPI, o ministro respondeu que não, posto que a prerrogativa já deferida da minoria de investigar não poderia ser comprometida pelo bloco majoritário. Ou seja, não se pode deslocar para o Plenário a decisão final de instalação de CPI, já que é prerrogativa constitucional das minorias fiscalizar, investigar e responsabilizar a quem quer que seja por atos administrativos.

Essa submissão da vontade de 19 parlamentares ao ambiente político no qual, obviamente, o governo tem a maioria, é uma clara demonstração de que está em andamento, sim, uma decisão política de derrotar a CPI que pretendia investigar a municipalização dos serviços de abastecimento d' água e saneamento em Santa Catarina.

Srs. parlamentares, seria de uma coincidência impressionante no mundo político se exatamente os parlamentares da base do governo é que estejam sendo designados para relatar esses recursos no âmbito da comissão de Constituição e Justiça e que por outra assombrosa coincidência também estejam votando em bloco para derrotar a CPI na referida comissão permanente.

Nós não desistimos ainda. E quando digo nós, não é uso vicioso da linguagem que, às vezes, arbitra os tribunais, é porque essa CPI eu não construí sozinho. Nós construímos no diálogo com o Sintaema; nós construímos no diálogo com a Intersindical da Casan; nós construímos no diálogo com o movimento popular; nós construímos abrindo os jornais que davam conta de prisão de agentes públicos em função da municipalização dos serviços de água e saneamento.

Os jornais estamparam, por exemplo, que o município de Tubarão, terra da minha família, compra água a R\$ 1,23 e, por decisão judicial, é obrigado a vender ao município de Capivari de Baixo por R\$ 0,41. A diferença entre R\$ 1,23 que o município de Tubarão paga e R\$ 0,41 que vende, quem paga é o povo daquela cidade! Mas a Assembleia Legislativa está dizendo que não lhe interessa investigar a municipalização dos serviços de água e saneamento em Santa Catarina!

Como negar, srs. deputados e sras. deputadas, o relevante interesse público? Por que esta Casa pode investigar o sistema de telecomunicações, cuja regulação legal é privativa da Câmara Federal, mas não pode investigar a municipalização dos serviços de água e saneamento em nosso estado? Esta Casa pode implementar uma CPI sobre os serviços de telefonia, mas não pode apurar denúncias sobre saneamento em Santa Catarina? Como se pode afirmar que não há interesse público relevante no prejuízo já causado à Casan e, portanto, aos cofres no povo catarinense, se mais de R\$ 100 milhões já foram gastos com as privatizações. Como vamos fazer de conta que não conhecemos os pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dizendo que em nove municípios os editais são tão absurdamente iguais que, coincidentemente, a mesma empresa ganhou, justamente aquela dos empresários presos em Palhoça! São tão coincidentemente iguais que até os erros de português se repetem nos editais. Se não existiu o exercício ímpar de mediunidade entre os agentes que construíram esses editais, então há irregularidades graves!

Nós não podemos ignorar o que o Tribunal de Contas tem dito acerca do risco da formação de um monopólio privado de água e saneamento em Santa Catarina. Nós não podemos ignorar o fato que o desmonte da Casan obriga o estado a responder por todos os empréstimos já feitos em razão dos serviços de água e saneamento no estado, porque o governo estadual é o fiador de todos eles. Portanto, há uma decisão política em marcha. E essa decisão política nós vamos debater com base no Regimento Interno, com base na Constituição. E Mas, de qualquer forma, queremos entender o porquê dessa atitude do governo. Por que o governo não quer investigar se é o maior interessado depois do povo catarinense?

Por isso, sr. presidente, quando afirmam que a nossa CPI não pode investigar porque não tem poder sobre agentes municipais, como prefeitos, e secretários, chegam a ofender. Esta semana, felizmente, porque não é inoperante, o Congresso Nacional

instalou uma CPI para investigar a espionagem que o governo Barack Obama fez em torno do governo federal do Brasil, particularmente sobre a presidente Dilma Rousseff. Cabe ao Congresso Nacional investigar o presidente Barack Obama? Cabe ao Congresso Nacional colocar no banco de testemunhas o presidente da maior potência do mundo? É claro que não! Mas cabe ao Congresso Nacional investigar o que o governo dos Estados Unidos fez de espionagem contra o governo brasileiro. E o que estamos debatendo aqui é exatamente a mesma coisa. Não temos o poder de constranger um prefeito, de discutir detalhadamente o contrato de privatização dos serviços de água e saneamento feito por um prefeito, mas temos o dever constitucional, legal, de investigar o que está acontecendo, porque foram presas pessoas, porque o Tribunal de Contas diz que há indícios de irregularidades e somente a Assembleia Legislativa tem dito que não pode investigar em função do mesmo artifício que há 40 anos cassou Paulo Stuart Wright, o artifice de rasgar o Regimento Interno e fazer o que a lei não permite.

Esta Casa precisa decidir hoje não sobre o voto apenas, não sobre esse exercício que está na boca de tudo mundo, mas efetivamente sobre a grande questão que está posta sobre sua responsabilidade. Se o Congresso Nacional já abriu o voto, vamos abrir aqui e é ótimo que isso aconteça, mas o que está a se exigir desta Casa no dia de hoje é que investigue aquilo que o Tribunal de Contas tem dito, é que investigue as prisões feitas, é que investigue as barbaridades que aconteceram no estado de Santa Catarina em torno da municipalização e da privatização dos serviços de água e saneamento.

Muito obrigada!
(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados e todos que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, quero referendar as palavras da deputada Angela Albino, no sentido de que esta Casa precisa responder todas as notícias que envolvem a corrupção na Casan e que tem sido alvo de discussão na imprensa. Infelizmente, esta Casa ainda não cumpriu o seu dever como deveria, qual seja, atender aos anseios da sociedade. E o fato é que não se justifica mais dizer que não cabe a este Poder investigar. Cabe sim, assim como o Ministério Público também o Parlamento tem essa prerrogativa constitucional.

Em segundo lugar, estamos comemorando de 3 a 6 de setembro os 40 anos do desaparecimento de um grande militante político, que foi deputado nesta Casa também, Paulo Stuart Wright. Esta semana estará ocorrendo o coletivo Memória, Verdade, Justiça, com o apoio da comissão de Direitos Humanos desta Assembleia Legislativa, da Comissão Nacional da Verdade e do Instituto Paulo Stuart Wright, e quero aproveitar a oportunidade para enaltecer essa iniciativa.

Hoje, às 17h, no plenarinho desta Casa, ocorrerá uma audiência pública com o objetivo de colher depoimentos sobre o referido deputado, com vistas à sessão solene que acontecerá às 19h, conforme requerimento da deputada Angela Albino.

Amanhã teremos, às 14h, uma audiência para ouvirmos as mulheres catarinenses que foram perseguidas e presas durante a ditadura. E no dia 6 do corrente haverá um programa na TV Floripa.

Já se encontram na Assembleia Legislativa, desde a manhã de hoje, tomando depoimentos de presos políticos dois membros da Comissão Nacional da Verdade: as sras. Márcia Baratto e Ariana Bazzano de Oliveira. Isso está ocorrendo em nosso gabinete, porque é preciso resgatar essa história que não está registrada em lugar algum e por isso mesmo passa despercebida e invisível aos olhos da maioria da sociedade catarinense e brasileira.

Então, quero fazer ressaltar a importância de construirmos a nossa história olhando para trás e contando toda a realidade, a história verdadeira, real, aquela que está escondida, mas que prendeu, torturou e matou muita gente.

Por último, sr. presidente, quero fazer menção a uma decisão que julgo histórica. Dezenove dos 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho redigiram uma carta condenando de forma muito dura e enfática o Projeto de Lei n. 4.330, de 2004, que trata da terceirização e que abre caminho para um processo dramático de fragilização das relações trabalhistas.

Gostaria de, neste momento, citar trechos da referida carta que, em minha avaliação, passa a ser um referencial até para alguns sindicatos que não se vêm mostrando ostensivamente contra o referido projeto de lei, muito embora no dia 11 julho de uma maneira geral as centrais sindicais tenham se posicionado contra.

Mas o que diz essa carta? Que o PL 4.330 autoriza a generalização plena e irrefreável da terceirização na economia e na sociedade brasileira, nos âmbitos privado e público, podendo atingir quaisquer segmentos econômicos ou profissionais, quaisquer atividades ou funções, desde que a empresa terceirizada seja especializada.

Diz ainda que ele negligencia e abandona os limites à terceirização já sedimentados no direito brasileiro e que consagra a terceirização em quatro hipóteses:

1. Na contratação de trabalhadores por empresa de trabalho temporário;
2. Na contratação de serviços de vigilância;
3. Na contratação de serviços de conservação e limpeza;
4. Na contratação de serviços especializados ligados a atividades/meio.

O citado projeto ainda, conforme os 19 ministros do TST, esvazia o conceito constitucional e legal de categoria, permitindo transformar a grande maioria dos trabalhadores em simples prestadores de serviços e não mais bancários, metalúrgicos e comerciários. E diz mais a carta, que a generalização e o aprofundamento da terceirização trabalhista, estimulados pelo projeto de lei, provocarão sobrecarga adicional e significativa ao SUS já fortemente sobrecarregado.

Por que ao SUS? É que os trabalhadores terceirizados são vítimas de acidentes do trabalho e doenças. Para termos ideia, há dados que mostram que a cada dez acidentes de trabalho, oito são de servidores e trabalhadores terceirizados.

Segundo a ministra Katia Arruda, a terceirização precisa ser mais bem avaliada, regulada e discutida no Brasil. Para o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, o assunto é delicado e na questão da terceirização temos

que ter muito cuidado, porque o trabalhador desprotegido se torna frágil.

Outro ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Vieira de Mello Filho, diz que as estatísticas brasileiras nesta área são tenebrosas e que grande parte desses acidentes envolve trabalhadores terceirizados, setor onde há mais descumprimento quanto às normas de segurança e higiene.

Já o ministro Maurício Godinho Delgado diz que o projeto de lei que está sendo debatido generaliza a terceirização, torna-a descontrolada e isso certamente vai rebaixar a renda do trabalho em índices alarmantes no país.

Por último, quero dizer que temos que não somente nos posicionar contra, mas fazer o debate com relação a esse projeto. O que significa a terceirização para a sociedade? Significa desproteção ao trabalhador, perda de direitos trabalhistas, portanto, um retrocesso, diminuição da sua renda, assim como um ônus ainda maior para o SUS, na medida em que são trabalhadores desprotegidos e, portanto, sujeitos a frequentes acidentes de trabalho.

Eu quero, neste momento, pedir que esta Casa combata a terceirização e cada vez mais fortaleça o serviço público através de concurso público.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença neste plenário dos vereadores de Gaspar, Amilton de Souza Filho e Daniel Fernandes dos Reis, que estão neste momento acompanhando a nossa sessão ordinária.

Sejam muito bem-vindos!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, desejo registrar a presença do prefeito José Bráulio Inácio, o Zezé, de Chapadão do Lageado, juntamente com os seus secretários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Manoel Mota, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, caras deputadas, prezados visitantes do dia de hoje, quero registrar a importante sessão especial que realizamos na semana passada quando homenageamos a CUT pelos seus 30 anos de fundação. Essa central sindical construiu uma história extraordinária em Santa Catarina e no país em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, articulando-se e dialogando, em muitos momentos, com outras centrais como a CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Não teríamos eleito o presidente Lula e a presidente Dilma, que transformaram verdadeiramente este país, se não fosse a luta da CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Quero aqui parabenizar os trabalhadores e as trabalhadoras da Casan,

que estão numa luta incansável em defesa dessa importante empresa catarinense. Já houve várias lutas, às vezes vitoriosas, às vezes nem tanto. Mas esperamos que essa luta pela CPI, coordenada pela deputada Angela Albino, com o apoio de deputados da nossa bancada e de outras bancadas (parece que agora alguns estão revendo suas posições), seja vitoriosa e de fato consigamos mostrar para a sociedade catarinense o que está acontecendo com a municipalização, com a terceirização em nosso estado.

Então, esta é a nossa expectativa: que este Parlamento cumpra o seu papel, especialmente o de fiscalizar e o de propor políticas para este estado. E com água não se brinca. Água é coisa séria. Água tem que ser serviço público e o estado é que tem que conduzir esse processo.

Quero cumprimentar todos os trabalhadores e dizer que acredito que é possível, sim, uma empresa pública fazer uma gestão séria e transparente e de fato orgulhar o estado.

Diziam que a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tinham que ser vendidos e privatizados, porque o estado não tinha condições de gerenciar essas empresas. Hoje está aí a nossa Caixa Econômica Federal dando um exemplo e construindo casas para o povo brasileiro, sendo um grande instrumento de transformação. Da mesma forma, o próprio Banco do Brasil, no financiamento para a agricultura familiar e em várias áreas da economia brasileira. E assim também a Petrobras e outras empresas públicas que orgulham o povo brasileiro.

Então, a Casan tem que ser assim, e é isso que nós esperamos. E se precisar apurar, nós iremos apurar. Se há corrupção, é preciso apurar! E este Parlamento tem essa grande função.

(Palmas das galerias)

Por isso, deputada Angela Albino, estamos juntos nessa luta com firmeza e dedicação até as últimas consequências, cumprindo o nosso papel neste Parlamento.

Há outra questão. De fato machuca os nossos ouvidos o que estamos escutando de barbaridades por este país afora, pela grande mídia, acerca do programa Mais Médicos.

Deputadas Luciane Carminatti e Ana Paula Lima, nossa líder, e deputados Neodi Saretta e Sargento Amauri Soares, precisamos fazer esse debate. Não é possível que o povo brasileiro seja iludido dessa forma. Mas felizmente a população está entendendo qual é o objetivo desse programa.

Vejam que vergonha ao que assistimos, dias atrás: os de camisola branca fizeram uma mobilização para não deixar os cubanos entrarem no Brasil.

Pela manhã um prefeito estava aqui dizendo que precisa de dois médicos e não está conseguindo, mesmo pagando caro. Aí dizem que o interior não oferece condições de trabalho. Mas que condições são essas para trabalhar num posto de saúde no atendimento à população? Que condições diferentes um médico precisa ter? Em Saudades, por exemplo, fui atendido por um médico num posto de saúde, há uma semana, que está muito bem lá trabalhando no atendimento à população.

Eu nem gostaria de entrar nesse assunto, mas será que cada município precisa ter um *shopping center*, deputado Sargento Amauri Soares? Eu não sei quais as condições

de que falam? Existem problemas nos hospitais públicos? Existem! Aí há motivo para dizer que faltam condições. Agora, para atender nos postos de saúde, no serviço público, ganhando R\$ 20 mil, R\$ 25 mil, lá no oeste, nas prefeituras, quais são as tais condições necessárias?

Então, as coisas precisam ficar claras. Argumentar que é preciso validar o diploma dos estrangeiros. O que você quer? Uma contradição, porque não querem competição, não querem que esses médicos venham para cá tirar os lugares de outros. Eles vão ficar aqui transitoriamente, daí não haver necessidade de validar os diplomas. São necessários seis anos para formar um médico, e a população tem urgência. Um dos grandes problemas do Brasil é o da saúde pública. Então, é preciso dar respostas, e essa é uma das respostas que queremos dar ao povo brasileiro.

Catarinenses, sou plenamente a favor, luto por esse programa, tenho tranquilidade para vir aqui defendê-lo. Florianópolis aprovou uma lei proibindo a atuação desses médicos estrangeiros. Aqui não pode! Ainda bem que Florianópolis pode fazer isso. Que bom se aqui há bastantes médicos. Eu quero ver os municípios do interior aprovarem uma lei desse teor. Quero ver! Blumenau pode? Que bom! No interior do Pará, já pensou lá o município fazer uma lei dizendo que não quer médicos? Que bom se todos os municípios pudessem fazer isso, que bom. Mas não podem! E os dados comprovaram que os municípios precisam. Muitos deles estão apelando.

Então, quero parabenizar o ministro Alexandre Padilha e a presidenta Dilma Rousseff pela coragem. Talvez outros não tenham tido a ousadia, a coragem de atender até as últimas consequências o povo que precisa de atendimento na saúde.

Então, sr. presidente, sr. deputados e sras. deputadas, fiz esse depoimento baseado nas visitas que tenho feito aos pequenos municípios. Estou convicto de que a política da saúde implementada pelo governo federal está extremamente correta e vai dar resultados positivos em termos de saúde pública. Nós queremos esses médicos lá nos postos de saúde atendendo a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, sr. deputados e sras. deputadas, ontem ocupei a tribuna para tecer alguns comentários em relação ao voto secreto, que é o assunto do momento no país inteiro e que eleva ainda mais a bronca que as pessoas de uma forma geral têm da classe política. As pessoas estão enojadas do meio político, e isso se agravou por conta do voto secreto, lá em Brasília, utilizado para evitar a cassação do deputado federal presidiário Natan Donadon. Por conta disso todos nós fomos jogados na vala comum dos políticos que não valem o feijão que comem. Todos nós! E ainda por conta disso se desencadeou uma conversa generalizada no país acerca das Assembleias Legislativas que ainda não derrubaram o voto secreto.

A imprensa tem feito pesquisas praticamente com todos os deputados, e ontem

eu não fui localizado para dar a minha opinião. Por conta disso ocupei a tribuna para externá-la publicamente.

Entendo, como muitos parlamentares, que é necessária a transparência do voto para eleger a Mesa Diretora, para cassar mandato de deputado, por exemplo, mas atentei para um detalhe, vejam só, que é a questão da votação dos vetos opostos pelo governador do estado. E detalhadamente expliquei da tribuna como são as coisas e como são deturpadas lá adiante, porque inclusive fui achincalhado pelo *Twitter* e tudo mais. Mas fiz questão de dar detalhes acerca de como as coisas ocorrem na comissão de Constituição e Justiça, na assessoria jurídica e neste plenário e o que é feito no Poder Executivo.

Aqui no plenário muitas vezes é aprovado por unanimidade um projeto, mas quando é analisado pelo departamento jurídico do Poder Executivo, é considerado inconstitucional. Aqui nós entendemos legal, achamos que estava tudo correto, tudo certo. A comissão de Constituição e Justiça aprovou, assim como o Plenário. Contudo, no Executivo, por alguma razão que a própria razão desconhece, entendem que devem vetá-lo. Submetem o parecer ao governador, que mete a caneta e vota. O que nos resta fazer quando o projeto é devolvido a esta Casa? Manter o veto ou derrubá-lo. Ou seja, ou mantemos o veto, concordamos com o que o Executivo fez e discordamos de tudo aquilo que havíamos aprovado, ou derrubamos o veto. E isso é feito de forma secreta, o voto aqui é secreto.

Por conta disso temos derrubado inúmeros vetos do governo do estado. A maioria dos deputados pertence à base do governo, mas por conta do voto secreto fica à vontade para derrubar os vetos opostos pelo governador. Porque se o voto fosse aberto, o deputado do governo poderia sofrer retaliações mais tarde.

Então, o que acontece é que o instrumento do voto secreto, especificamente em relação aos vetos, deve ser preservado, a fim de que o deputado que faz parte da bancada governista tenha liberdade de decidir de acordo com a sua consciência. E ontem fui muito claro desta tribuna: não tenho dificuldade nenhuma de votar de forma transparente, mas acho que deveríamos discutir de forma mais profunda a questão dos vetos para, quem sabe, preservar o voto secreto para a votação dos vetos.

O que aconteceu? As jornalistas da Alesc e da Rádio Digital me entrevistaram e depois vi na própria Casa a seguinte manchete: "Deputado é a favor do voto secreto para os vetos governamentais". Quer dizer, a manchete poderia ser diferente: deputado é a favor do voto em aberto, com exceção do voto secreto para deliberação sobre vetos. Mas, não! Aí as pessoas leem isso e deduzem que o deputado Nilson Gonçalves é favor do voto secreto. Resultado: pau nele! Vejam como são as coisas! Vejam como acabam deturpadas as coisas. Muitas vezes pagamos pelo que não devemos. É triste isso!

Por isso, sr. presidente, quero deixar mais uma vez registrado nesta Casa que sou a favor do voto transparente, claro, cristalino, aberto em todos os sentidos. Apenas e tão somente disse que deveríamos conversar com mais profundidade sobre a questão do veto governamental, a fim de preservar principalmente os deputados da base do governo. É claro que vou votar com os demais colegas, apenas gostaria que viesse à discussão neste

plenário a questão específica, pontual, da votação dos vetos governamentais.

Era isso o que queria esclarecer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)
(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon)(Faz soar a campainha) - Peço calma a todos, especificamente a esse senhor que está-se referindo ao deputado Nilson Gonçalves de forma desrespeitosa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCDoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, no horário do meu partido gostaria de terminar a abordagem que fiz em Breves Comunicações acerca da constitucionalidade da CPI das Águas. Embora eu considere bastante elucidativa a intervenção anterior sobre a motivação dos parlamentares que assinaram o requerimento de solicitação de criação da CPI e que agora acham que ela não tem mais fato gerador determinado, quero dizer que ou eles não leram o que requereram, portanto suas assinaturas não têm mais fé pública ou sofrem de pressão, como hipoteticamente disse aqui o parlamentar que me antecedeu.

Gostaria de tratar aqui sobre a ação que tramitou perante o Supremo Tribunal Federal, em 2007, protagonizada, vejam que feliz consciência, pelo nosso conterrâneo Fernando Coruja, que naquele momento peleava, como dizem os gaúchos, por uma CPI que desejavam instalar no âmbito da Câmara Federal. O ministro relator do caso disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"No ato da criação da CPI, com a leitura e a publicação do requerimento, ou mesmo após a consumação dessas fases, as correntes parlamentares que a ela se opõem muitas vezes tentam inviabilizar o inquérito parlamentar.

Por isso, quando da consumação da criação de uma CPI, ou mesmo quando essa já tiver sido criada, a base parlamentar de apoio ao Executivo com frequência tem lançado mão de um último instrumento parlamentar: anular o requerimento, por meio de questionamento constitucional e também regimental do preenchimento dos requisitos da criação da comissão.

Nessa medida, a análise da constitucionalidade do requerimento passa a ocupar o centro do debate político-parlamentar e caracterizar-se como um obstáculo adicional a ser superado para se viabilizar o inquérito parlamentar. Esse confronto expõe o que denominamos tensão entre o direito das minorias, que em tese deveria estar assegurado com o preenchimento dos requisitos de criação da CPI e os interesses da maioria, uma vez que esta, sentindo-se ameaçada, atua no sentido de tentar impedir o inquérito.

Também o ex-presidente da Câmara, atual vice-presidente da República, figura máxima do PMDB, foi citado por entender que não se revela possível à maioria valer-se desses meios regimentais para, transferindo ao plenário da Casa Legislativa a discussão do tema, frustrar com tal expediente a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

De observar-se em primeiro lugar que as CPIs foram concebidas constitucionalmente como instrumentos postos à disposição das

minorias e até das majorias para bem exercerem a função fiscalizadora que cabe, constitucionalmente, ao Poder Legislativo, não podendo, pois, submeter-se apenas à vontade da maioria."[sic]

Esse é o voto que consta na discussão de 2007 sobre a CPI do Apagão Aéreo, a CPI que se instalou e que teve vida regular. Digo isso porque um dos temas que foram atacados na nossa CPI é que ela deveria ir para a comissão de Constituição e Justiça. Hoje nós discutiremos, e terei outra oportunidade para falar sobre esse assunto especificamente, a constitucionalidade dessa remessa à comissão de Constituição e Justiça.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, 19 parlamentares desta Casa leram o requerimento ou assim deveriam ter feito, e com base nele decidiram que havia elementos para se proceder à investigação parlamentar. Portanto, esse direito de minoria assegurado constitucionalmente é ainda mais reforçado pelas decisões do Supremo Tribunal Federal, que obrigam esta Casa, por simetria, a também observá-las. Assim, no campo da constitucionalidade não há motivo nenhum para esta Casa rejeitar, como tem feito até agora, a instalação da CPI. Além disso, ela não pode ser submetida à comissão de Constituição e Justiça. Esse é um artifício que a Casa não pode permitir mais, porque afronta o que determina a Constituição e as reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, ontem me dei ao trabalho de ir à Câmara Federal discutir com assessores da bancada esse tema. Na ocasião um alerta me foi feito, sobre o qual eu gostaria que todos refletissem.

O direito da minoria deve ser defendido por todos porque nunca se sabe quem vai ser minoria amanhã. Quem é maioria hoje, amanhã poderá ser minoria e precisar do Regimento Interno e da Constituição para defender o que eles lhe garantem.

É isso que viemos novamente pedir desta tribuna.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, servidores da Casan que aqui se encontra e que fazem um movimento em defesa da sua empresa e da instalação da CPI das Águas.

Quero inicialmente cumprimentar a direção nacional do PSDB, que a partir de hoje tem um *site* especial para receber sugestões. Certamente cada partido deve ter um instrumento semelhante, pois ele serve para abrir um canal com a sociedade, com a juventude, com o trabalhador, com todas as categorias sociais, no sentido de que possam oferecer suas sugestões e propostas para o governo na área da saúde, da educação, enfim, das grandes demandas nacionais.

Vejo que essa será uma forma de o PSDB se comunicar com os eleitores, tendo em vista a realização de eleições no ano que vem. Um governante não pode pensar apenas no momento que tem à frente, mas fazer uma projeção para os anos subsequentes, elaborando as reformas necessárias para tanto.

O PSDB tem história. De 1995 a 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando governou o Brasil, com o poder de articulação que possuía com todos os partidos, conseguiu elaborar um conjunto de propostas que passou pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado, sofrendo, é verdade, algumas emendas.

O Brasil passou por um momento de grande desenvolvimento econômico e social justamente custeado pelas mudanças elaboradas. Mas nos últimos anos talvez tenha faltado coragem para promover algumas mudanças que poderiam ser importantes. Seguramente o governo Lula evoluiu bem, mas o fez colhendo os frutos das mudanças que o governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu.

Todos são testemunhas de que as prefeituras, por exemplo, raramente pagavam os encargos sociais dos seus funcionários. Cito a própria prefeitura de Brusque. Muitos hospitais que tinham problemas financeiros não pagavam os encargos sociais, o FGTS, o INSS dos funcionários. E isso ocorria com uma imensidão de empresas privadas que também não pagavam os encargos sociais e que iam acumulando dívidas. E quando o funcionário ia fazer o processo de aposentadoria ou era exonerado da empresa, percebia que seu FGTS não havia sido recolhido.

Todos se lembram da época em que filas se formavam defronte das agências bancárias formadas por aposentados que iam tentar receber seus proventos, mas que não o conseguiam porque de repente aparecia alguém avisando que não havia dinheiro para honrar o pagamento.

Tudo isso foi corrigido justamente por uma ação do governo Fernando Henrique de comprar toda a dívida social que havia junto ao FGTS e ao INSS por parte das empresas, prefeituras, hospitais. Todos se capacitaram e venderam sua dívida para o governo federal. Lembro até que Fernando Henrique assumiu o governo com R\$ 70 bilhões de dívida interna e que ao comprar praticamente a dívida de todas essas entidades brasileiras, ela saltou para R\$ 700 bilhões. Mas capacitou o Brasil inteiro a ter acesso a recursos do BNDES e de fundos para promover o seu desenvolvimento.

É por isso que hoje não se ouve mais falar em prefeitura que não pagou o INSS, que não fez a sua contribuição, que não cumpriu suas obrigações sociais. Muito menos empresas privadas ou empresas filantrópicas. Mas a verdade é que essa e outras mudanças foram feitas no governo Fernando Henrique.

O PSDB lança esse portal para receber propostas, pois é um partido que tem uma história bonita de grande contribuição ao Brasil. Já o atual governo tem potencial, tem força política, tem bancada na Câmara e no Senado para promover, sim, algumas mudanças, algumas adequações para que deixe de ser estéril.

As propostas que vamos receber ajudarão muito na elaboração de um plano de governo para os estados, para que os governos sejam mais coerentes com as necessidades, com as demandas sociais existentes.

Acredito, sr. presidente, que à medida em que as forças sociais, os movimentos sociais fizerem pressão sobre os governantes, sobre as Câmaras de Vereadores e de Deputados, sobre todos nós que estamos vendo esse movimento, cada um terá que proceder às mudanças que julgar importantes, seja com relação ao voto secreto, seja com relação ao Orçamento impositivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Na ausência de representantes do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, sindicalistas da Casan e todos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Ontem, sr. presidente, acompanhamos algumas autoridades de Penha, Barra Velha, Piçarras e Navegantes na entrega do relatório da audiência pública sobre segurança realizada nesses municípios. Tivemos uma audiência com grande participação de autoridades, lideranças, representantes da comunidade e imprensa e nela discutimos assuntos de interesse das comunidades limítrofes, que têm problemas semelhantes no que concerne à criminalidade.

O secretário da Segurança, dr. César Grubba, chamou ao seu gabinete o comandante-geral da Polícia Militar e mostrou os investimentos que pretendem fazer naquela região: além do sistema de câmeras de monitoramento, também a questão de investimentos em viaturas e equipamentos, uma vez que segurança pública é responsabilidade do estado, mas também de todos, como reza a própria Constituição Federal.

A deputada Ana Pula Lima esteve atuando ativamente na região e na nossa audiência pública e pôde verificar os problemas. E pelo que foi apresentado pelo secretário, ontem, e pelo comando-geral, a região vai receber novas viaturas, novos equipamentos e os municípios participarão com a cessão de alguns funcionários.

Contudo, o grande problema ainda é o efetivo. Há 20 anos o efetivo de Penha, segundo informações de lideranças, era de 32 policiais, mas hoje é de apenas 27. Ora, se a população aumentou, se os problemas aumentaram, se a criminalidade aumentou, como se pode fazer segurança pública com menos pessoas?!

Mas o secretário de estado e o comandante-geral mostraram muita disposição para que efetivamente a segurança melhore na região. Segundo o comandante-geral, deve haver já o ingresso de mil novos policiais militares, permitindo que até a Operação Veraneio eles estejam pelo menos com a primeira etapa do curso de formação concluído e trabalhando.

Santa Catarina, por seis anos seguidos, vem sendo o estado escolhido como o destino preferido do turista nacional e internacional. Então, em nível nacional, somos o melhor estado para o turismo e sabemos que são vários fatores para isso: as belezas naturais, a rede hoteleira, a gastronomia, mas também a segurança pública.

Então, é fundamental para o turismo e não somente para as comunidades locais a questão da segurança pública. Esperamos que esses investimentos realmente ocorram, para que, juntamente com o aumento do efetivo, tenha-se mais segurança em toda aquela região.

Hoje o problema não é tanto de equipamento, mas de efetivo, pois tivemos

governos que em quatro anos incluíram somente quatro novos policiais civis nos seus quadros - e isso ainda por decisão judicial. Então, o que houve, na verdade, foi o desmonte da Segurança Pública, e isso de longa data! Felizmente os últimos governos têm investido bastante nessa área. Em 2009 tivemos um concurso para 900 policiais civis e o ingresso de policiais militares tem sido constante. Mas ainda temos a questão das aposentadorias, das baixas, fatores que não permitem que o número já esteja equilibrado. Hoje a Polícia Militar tem mais ou menos 60% do efetivo ideal e a Polícia Civil, em torno de 50% do que seria o efetivo ideal.

Concluindo esse assunto, quero dizer que entregamos o relatório daquela audiência pública. A deputada Ana Paula Lima foi avisada na última hora e não conseguiu fazer-se presente, mas nós representamos a nossa comissão.

Aproveitando que tenho mais alguns minutos no horário do partido, quero levantar um assunto que me tem causado preocupação. Acho, inclusive, que todos os deputados têm recebido uma série de e-mails falando da apreensão das Apaes em todo o Brasil com a possibilidade da sua extinção. Não sei se é uma decisão do governo federal, mas, de qualquer forma, a extinção das Apaes é um absurdo, é inviável.

Sr. presidente, o projeto que tramita na Câmara Federal prevê que os alunos das Apaes sejam atendidos na rede regular de ensino. Ora, se já temos dificuldades com os alunos ditos normais na rede regular de ensino, imaginem se essa rede tiver que dar atendimento especial para os alunos das Apaes.

Então, é um assunto que ainda não havia levantado nesta tribuna, mas em razão de ter recebido mais dois novos e-mails que afirmam que as Apaes de todo o país querem ser reconhecidas como escolas que estão preocupadas com a alteração proposta no projeto, não poderia furtar-me de me pronunciar neste momento.

Eu sei que é pensamento unânime dos deputados a impossibilidade de aceitar o que prevê o referido projeto. Temos dito que não vemos isso como viável e sabemos que haverá uma mobilização das Apaes e da classe política, para que se mudanças ocorrerem, que sejam poucas, mas sempre no sentido de apoiar as nossas Apaes, ou seja, sem diminuir seus recursos e sem permitir seu fechamento.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço v.exa.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Agradeço a sua atenção, deputado Maurício Eskudlark, e quero apenas fazer uma referência a sua fala.

O projeto de lei ao qual v.exa. se refere é, na verdade, o Plano Nacional de Educação, que tramita no Congresso Nacional desde 2011, que já deveria ter sido aprovado e que estabelece as metas da educação para as próximas décadas. E uma das metas é justamente a inclusão, a universalização da educação especial, o que não significa que ela seja exclusiva da rede regular de ensino.

Eu gostaria que isso ficasse bem claro, porque sei que está havendo uma movimentação das Apaes no estado. Eu já fui professora da Apae no início da minha carreira e compreendo muito bem essa realidade. Eu acho que esta Casa, a exemplo do que já fez quando aprovou a lei que lhes destina 1% do

Fundo Social, deve continuar nessa linha. O deputado Dirceu Dresch, se não me falha a memória, pretende, inclusive, que esse percentual seja elevado para 2%, nós precisamos fortalecer essas experiências positivas, é claro sempre defendendo o nível de habilitação. Mas eu acho, acima de tudo, que os profissionais que trabalham nas Apaes precisam estar devidamente habilitados. Acho ainda que é uma prerrogativa do governo incluir e universalizar, mas fazendo parceria com as entidades já existentes.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu agradeço a v.exa. e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento. É importante esse esclarecimento porque há uma mobilização até nas redes sociais em razão da preocupação com as alterações que poderão ocorrer na educação especial.

Todos os deputados receberam o relatório da Fundação Catarinense de Educação Especial, que comprova, através de dados, a importância e a eficiência dessas instituições.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Maurício Eskudlark, o Plano Nacional de Educação está para ser votado no Senado e eu também já recebi manifestações de várias Apaes. O importante é que o devido esclarecimento já foi feito pela presidente nacional das Apaes em carta.

O governo da nossa presidente Dilma Rousseff elaborou esse plano prevendo que a educação especial se dê preferencialmente na rede regular de ensino, porque não podemos segregar as pessoas, nós temos é que as incluir. Agora, em nenhum momento pretende-se desfazer do excelente trabalho das Apaes. O trabalho das Apaes não pode e não deve parar, e pela sensibilidade da nossa presidenta Dilma Rousseff, acho que não deve haver preocupação nenhuma nesse sentido. Temos é que nos acalmar e não esquecer que esses alunos também precisam ser incluídos nas escolas regulares e na sociedade.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputada!

Eu conheço um exemplo vivo dessa inclusão. Trata-se de um menino que entrou com bastante dificuldade na Apae e depois de muito trabalho e muito apoio hoje administra uma banca de revista no centro de São Miguel d'Oeste - a deputada Luciane Carminatti conhece o Nini.

Vejo esse trabalho de inclusão tanto em Balneário Camboriú como em Florianópolis, pois essas pessoas especiais, tendo oportunidade e apoio, conseguem ter uma vida tranquila e normal.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados assistentes, catarinenses que acompanham esta sessão, os acontecimentos dos últimos dias no Congresso Nacional trouxeram à tona um assunto polêmico para o Legislativo, um assunto, inclusive, já debatido nesta sessão por depu-

tados que me antecederam. Trata-se de um assunto polêmico em todas as esferas, seja ela estadual, nacional ou municipal: o chamado voto secreto dos parlamentares.

A votação que manteve o mandato do deputado Natan Donadon repercutiu negativamente na sociedade e, por consequência, nas instâncias legislativas. O deputado, condenado a 13 anos de prisão, foi mantido no cargo após votação na Câmara Federal.

Hoje mesmo será votada nesta Casa a proposta de emenda constitucional que acaba com o voto secreto para todas as situações.

Já em nosso primeiro mandato na Assembleia Legislativa, em 1995, propusemos uma emenda constitucional que determinava o voto aberto na apreciação dos vetos do governador aos projetos de lei aprovados pela Assembleia Legislativa. Em 1997, quando essa nossa proposta foi a votação, deputada Ana Paula Lima, tivemos um resultado de 18 a 16. Até foram 18 votos favoráveis e 16 votos contra, mas não se atingiu o quórum necessário para uma mudança constitucional, que são 24 votos.

E quero ler para todos um parágrafo da justificativa que apresentamos naquela ocasião, porque é bom lembrar um pouco a história também. Dizia eu na justificativa o seguinte:

(Passa a ler.)

"A manutenção do escrutínio secreto representa uma fragilidade para o Poder Legislativo, posto que os deputados não assumem publicamente suas posições diante dos vetos do governador do estado. Cabe salientar que o procedimento para aprovação das leis não é por escrutínio direto, tornando, dessa maneira, contraditório o texto constitucional, pois estabelece que o mesmo processo de aprovação de uma lei, porém em fase superior, como os vetos do governador, seja por outra forma de votação, secreta."

Eu quero trazer esse debate porque é importante essa emenda constitucional subscrita por todos os membros desta Casa que virá à votação e que dará, de uma vez por todas, maior transparência nas votações nesta Casa.

É lamentável o que aconteceu no caso do deputado Natan Donadon, porém foi preciso que isso ocorresse para despertar o Legislativo quanto à importante questão do voto secreto. Ontem mesmo, a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade dos presentes - 452 deputados - a PEC que estava parada desde 2006. É claro que a matéria ainda precisa ir à deliberação do Senado, mas quero dizer com toda certeza que esse gesto representa um avanço para o fortalecimento da democracia, das relações políticas e do próprio Parlamento.

Permito-me discordar de argumentos colocados no sentido de que se votarmos aberto perderemos benefícios que podem ser concedidos pelo governador. O benefício de que estamos falando não é o benefício individual, a vantagem pessoal. Se assim fosse estaríamos falando de improbidade. Entendo que estamos referindo a benefício público, uma obra, por exemplo. Ora, se a obra não sair, o prejudicado não é o deputado, mas a comunidade. Portanto, é nesses termos que temos que conversar, deputada Angela Albino, com o governador, com o prefeito ou com o presidente da República. Mas o voto fechado no Legislativo já não se justifica. É bem verdade que alguns poderiam argumentar em nível de Congresso Nacional, na indicação de alguns cargos do

Supremo Tribunal Federal ou algumas coisas assim. Mas é importante que fique transparente, sim. É importante que tenhamos as posições debatidas para que elas possam ser amadurecidas e transparentes.

Por isso, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, acreditamos que a aprovação desse projeto por esta Assembleia Legislativa será um avanço nas relações políticas e no fortalecimento da democracia. Novas demandas vêm surgindo dia a dia. Estão aí os movimentos surgidos nas redes sociais. Estão aí as novas formas de comunicação. Assim, os Parlamentos precisam estar atentos a isso. Nós todos precisamos estar atentos a isso. Precisamos estar atentos àquilo que hoje se exige em termos de ação político-parlamentar.

Por isso, quando vemos nesta Casa faixas e pessoas se mobilizando, quando vemos cartazes pedindo que sejam verificados os fatos denunciados pela imprensa e verificados pelo TCE, temos que ficar alertas, porque esses são os anseios comunitários. Entendemos ser importante investigar de forma aberta e transparente, porque isso melhora a relação com toda a sociedade, melhora o serviço público, melhora as ações de atendimento à comunidade, seja na área da saúde, da educação, da segurança pública e da relação política.

Eu acho que esse é o nosso grande desafio e por isso vejo como extremamente importante a votação da PEC sobre o voto secreto, que é um dos resquícios da ditadura, porque só dessa maneira daremos mais transparência e confiabilidade às nossas instituições e a esta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência vai suspender a sessão até às 16h, quando entraremos na Ordem do Dia.

Convocamos todos os srs. parlamentares que estão em seus gabinetes para que estejam no plenário, pois temos votações importantes que dependem de quórum.

Está suspensa a sessão até as 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Antes, porém, esta Presidência registra a presença dos srs. Nestor Felipe, José Tomaz e Alcides Campestrini, do município de São José dos Cedros, que além de acompanhar a sessão de hoje vêm trazer o seu abraço ao eminente deputado Taxista Voltolini.

Sejam todos bem-vindos à nossa Casa Legislativa!

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e que serão arquivados os Ofícios n.s 0558/2011 e 0559/2011.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0176/2011 e 0356/2013.

A comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0657/2012.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0051/2013, 0344/2013, 0449/2013, 0493/2013, 0521/2012 e 0531/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0239/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0292/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0326/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação do Recurso n. 0001/2013, de autoria da deputada Angela Albino, referente à decisão do presidente de encaminhar o requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito das Águas à comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a autora, deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. parlamentares, inicialmente invoco o art. 237 do Regimento Interno desta Casa, requerendo dez minutos, prorrogáveis por mais dez, na forma do parágrafo único do mesmo artigo.

Sr. presidente, a empresa Raiz somente na área de saneamento atua em 25 cidades catarinenses. Em Içara, Garopaba e Palhoça a municipalização e privatização viraram caso de polícia. Em Barra Velha e Porto Belo os prefeitos foram afastados por corrupção na municipalização e privatização da água. Em Garopaba, Barra Velha e Porto Belo os prefeitos que assumiram voltaram à Casan porque a municipalização não resolveu os problemas de saneamento. Em grandes cidades como Tubarão, Joinville, Itajaí, Lages e Palhoça também não resolveu. Esse processo reduziu o faturamento da Casan em cerca de 50% de sua receita, reduzindo sua capacidade de investir em saneamento. Estima-se que o prejuízo ao erário já alcança R\$ 100 milhões, pois o estado ficou com a obrigação de pagar os agentes financeiros caso a Casan não conseguisse honrar os compromissos assumidos para investir nesses municípios que migraram para a iniciativa privada.

A Organização Mundial de Saúde afirma que para cada dólar investido em saneamento economizam-se quatro em leitos hospitalares. Então, como esta Casa pode querer jogar no Regimento Interno a responsabilidade de barrar a investigação desse processo fraudulento?! Partindo do pressuposto de que quem não deve não teme, é hora de instalar a CPI!

Mas deixei por último o tema que me é mais caro, porque não se trata mais apenas de discutir a CPI das Águas, e já estou rouca de tanto fazê-lo, trata-se de defender o Regimento Interno da Casa, que prevê o seguinte no art. 41, § 3º.

(Passa a ler.)

“§ 3º. Havendo dúvida suscitada pelo presidente ou líder sobre o entendimento de

fato determinado ou sobre sua caracterização no requerimento, a Mesa o encaminhará à comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará no prazo de uma reunião ordinária, cabendo recurso desta decisão ao plenário, em idêntico prazo.”[sic]

Srs. parlamentares o § 3º do art. 41 distingue perfeitamente as figuras do presidente, do líder e da Mesa. V.Exa., sr. presidente, tem meu apreço pessoal e teve o meu voto para presidente da Casa, mas v.exa. não é a Mesa. E o Regimento Interno desta Casa diz que a Mesa deverá reunir-se. A Mesa, desta Casa há semanas não se reúne. A Mesa desta Casa não tratou desse assunto. E esse é o recurso que está em julgamento agora.

Deputado Maurício Eskudlark, embora v.exa. inicialmente tenha subscrito a CPI, posteriormente fez jus à prerrogativa regimental e questionou-a. O presidente recebeu esse requerimento e como tal encaminhou-o à comissão de Constituição e Justiça. O meu recurso invoca o art. 41, § 3º e diz que a Mesa tem esse poder. E o presidente não é a Mesa desta Casa!

Pois bem, se concordarmos com o parecer do presidente da Casa, obviamente construído pela assessoria jurídica da Presidência... E nós discutimos isso na comissão de Constituição e Justiça, a comissão foi zelosa com o Regimento, acolheu, inclusive, o recurso que eu apresentei, dizendo que não poderia tratar dele porque ele não poderia ter ido para lá, a não ser por determinação da Mesa. E o que fez a comissão de Constituição e Justiça? Devolveu à Mesa. E o que aconteceu depois? Novamente, sr. presidente, v.exa. recebeu esse documento e despachou como representante da Mesa.

V.Exa. pode e representa com galhardia à Mesa Diretora sempre que a Mesa assim delegar, mas não a substitui. Nós não vivemos nesta Casa o regime presidencialista absoluto. Digam os senhores, integrantes da Mesa, qual foi o último dia em que se reuniu a Mesa Diretora?

Nós votamos numa Mesa plural. Nós elegemos uma Mesa que conta com uma participação ampla. Lembro-me bem, sr. presidente, que o seu argumento à época da eleição da Mesa era de que isso era bom para a Casa. Eu concordo, por isso votei em v.exa., de que tenhamos uma Mesa plural e que não haja disputa na eleição da Mesa e que ela se dê somente no campo da política, que é o que nos cabe aqui.

Mas para além de CPI, para além de governo e oposição, precisamos defender o Regimento desta Casa. E se o Regimento diz, no mesmo artigo, num momento “presidente”, em outro “líder” e noutro “Mesa”, nós estaremos infringindo-o gravemente ao autorizarmos o presidente a substituir a Mesa em qualquer situação, mesmo porque dessa forma ela passaria a ser uma ficção. Eu fico muito preocupada, senhores, pelo precedente que estamos abrindo. Não se trata mais de CPI.

No dia de hoje, em 1973, desapareceu nos porões do DOI/Codi Paulo Stuart Wright, cujo mandato, há 40 anos, esta Casa cassou, subvertendo o seu Regimento Interno. Parece-me que 40 anos depois não devemos cometer o mesmo erro.

Sr. presidente, tenho a convicção de que se formou uma opinião política em torno dessa CPI, que não tem nada a ver com Regimento, não tem nada a ver com constitucionalidade: derrotar a CPI. E eu entendo que o povo catarinense, com as mazelas e com

as glórias da democracia, elegeu uma maioria nesta Casa, que eu respeito, sr. presidente, mas quero ser derrotada, se preciso for, dentro do Regimento. O governo tem a maioria na Mesa, na comissão de Constituição e Justiça e no Plenário, aliás, maioria que não foi a que o povo construiu, o povo votou em projetos políticos diferentes que se agregaram ao longo do processo, como é da democracia, e eu respeito isso. Digo novamente, o que eu não posso admitir é que se o Regimento diz textualmente “Mesa”, nós passemos a entender que se o presidente acha que a Mesa é o presidente, a Mesa passa ser o presidente.

Hoje, para mim é um momento especial neste Parlamento, pois vamos deliberar sobre o fim do voto secreto. Tenho a convicção de que a democracia do país avançou na hora em que no Congresso Nacional se consagrou o voto aberto. Por simetria, todas as casas legislativas têm que fazer o mesmo. Nós, de certa forma, cumprimos uma formalidade na hora em que assumimos o voto aberto nesta Casa, mais amplo, inclusive, que o da Câmara Federal. Mas o mesmo princípio de simetria, sr. presidente, consagrado na Constituição Federal e reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal, diz que é direito das minorias compor CPIs, direito que não pode ser obstado pela maioria. Nós queremos investigar, sim, esse esquema que se instalou em Santa Catarina e que vem lesando o povo catarinense.

(Palmas das galerias)

Não é possível que a Assembleia Legislativa diga não está vendo isso. Não é possível que as prisões não nos sensibilizem. Não é possível, sr. presidente, que o município de Tubarão, sr. muito vota em v.exa., compre a água a R\$ 1,23 e seja obrigado a vendê-la para Capivari de Baixo por R\$ 0,41, com o agravante de que a diferença é paga pelo povo tubaronense.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, há ou não problemas na municipalização da água em Santa Catarina? Não é o tema ainda discutir o mérito da CPI, mas precisamos, infelizmente, formar convicção política para pedir o óbvio, ou seja, a aplicação do Regimento. Eu considero isso um constrangimento, srs. deputados.

Sr. presidente, nos termos do art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno, peço a prorrogação do meu tempo na tribuna.

Eu reafirmo aqui que considero um constrangimento que esta Casa tenha que apreciar um recurso que pede a aplicação literal do nosso Regimento. Repito, não se trata mais de CPI, mas se a Mesa existe ou se ela é uma ficção, que sempre que as maiorias desejam não tem relevância.

Srs. deputados, ontem tive a preocupação de ir à Câmara Federal ouvir assessores jurídicos de várias bancadas e trouxe um voto excelente do constitucionalista Michel Temer, reafirmando que não cabe a órgão fracionado, no caso a comissão de Constituição e Justiça, derrotar requerimento que parlamentar apresentar de forma soberana, sr. presidente.

Isso vai ter outro momento. Neste momento peço a todos os integrantes da Casa, particularmente aos integrantes da Mesa, que revejam posições. Não se trata de mera - e isso integrou o despacho do presidente - formalidade ou de simplesmente discutir a processualística. Ao contrário, são essas legalidades que garantem a democracia. E ontem me dizia um assessor de uma bancada cujo partido ora integra o governo do estado, que a Câmara Federal tem muito zelo com o

direito das minorias, porque essas minorias ora se constituem de um lado, ora de outro. Assim, cabe-nos zelar pelo direito das minorias, pois é ele que garante efetivamente o exercício livre da democracia.

Portanto, sr. presidente, reafirmo que não é possível que esta Casa não veja o que todo o povo catarinense está vendo, o que os jornais disseram, o que o Tribunal de Contas viu em oito processos licitatório diferentes, os erros de português se repetiram para dar ganho de licitação para uma mesma empresa. Isso, no mérito, sr. presidente. Mas o recurso que me cabe aqui hoje é invocar o Supremo Tribunal Federal, que reiteradas vezes tem dito que não cabe a órgão fracionário obstar o direito das minorias. E por dever de simetria cabe a esta Casa encampar, num primeiro momento, e, no segundo momento, reconhecer que v.exa., sr. presidente, representa a Mesa, mas não é a Mesa!

O presidente sabe das reiteradas vezes que, privando de boa relação com s.exa., tenho pedido para que reúna os líderes, para que reúna a Mesa Diretora. Nós precisamos exercer aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a democracia. E se a Mesa não se reuniu para deliberar, reza o § 3º do art. 41 do nosso Regimento Interno que a CCJ não pode receber.

Portanto, por duas vezes o presidente desta Casa se pronunciou como se a Mesa Diretora fosse. O presidente desta Casa preside esta Casa, mas não é a Mesa. E se o Regimento diz que essa prerrogativa é exclusiva da Mesa, sr. presidente, volto a dizer, eu durmo em paz, eu recolhi as assinaturas, 19 parlamentares se convenceram de que é preciso fazer essa CPI. Nós cumprimos a nossa missão. Estamos lutando para fiscalizar, ou seja, estamos pretendendo atender ao dever constitucional do Poder Legislativo.

Não me importo, e digo novamente, sr. presidente, encerrando e não usando todo o tempo, de perder, porque isso é do processo. Mas precisamos preservar o Regimento. E o Regimento diz que esse recurso só pode ser recebido pela Mesa e não pelo presidente.

Dessa forma, peço aos meus pares que aprovem o recurso para que a comissão de Constituição e Justiça não conheça do requerimento subscrito pelo deputado Maurício Eskudlark até que a Mesa Diretora se pronuncie sobre o seu envio à CCJ.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, eu também tenho por v.exa. profundo respeito e admiração. Mas esta Presidência está absolutamente convencida do estrito cumprimento do Regimento Interno desta Casa. Integrei a comissão de Constituição e Justiça por 12 anos. Fui líder do governo, fui líder da Oposição, tenho 15 anos de mandato nesta Casa e não há nos seus registros nenhum ato que comprove que este parlamentar tenha rasgado ou atropelado o Regimento Interno desta Casa. Assim, não é no exercício da Presidência que o farei.

O deputado Maurício Eskudlark entrou com um requerimento questionando a apresentação do requerimento para a criação da CPI. Como presidente da Casa eu não poderia ter outro encaminhamento senão seguir, ao rigor do Regimento, o despacho.

(Manifestações das galerias)

Eu peço ao cidadão que se comporte, porque senão vou determinar a sua retirada do plenário. Peço respeito a esta Casa! Peço

respeito e se não houver respeito, vou determinar a suspensão da sessão para a retirada dos que estão tumultuando. Respeitem para ganharem o respeito.

(Manifestações das galerias)

Habilitem-se para representar o povo aqui, porque me parece que antes disso vocês terão que passar pela escola. Respeitem ou determinarei a retirada desses sujeitos desta Casa.

Deputada Angela Albino, o § 8º do art. 99 diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Art. 99 [...]”

§ 8º. O deputado, em qualquer caso, poderá recorrer da decisão da Presidência para o Plenário, ouvida a comissão de Constituição e Justiça, que terá o prazo máximo de duas reuniões para se pronunciar, devendo o recurso, após publicado o parecer da comissão, ser submetido, na sessão seguinte, ao Plenário.”[sic]

É o que estamos fazendo, cumprindo integralmente o Regimento Interno.

V.Exa. pergunta se esta Presidência poderia ter recebido o questionamento do deputado Maurício Eskudlark, e aí eu também invoco o § 3º do art. 41.

(Continua lendo.)

“Art. 41 [...]”

§ 3º. Havendo dúvida, suscitada pelo presidente ou líder”, no caso o deputado Maurício Eskudlark, “sobre o entendimento de fato determinado ou sobre sua caracterização no requerimento, a Mesa o encaminhará”.[sic]

Então, a Mesa não deliberará porque neste caso, segundo entendimento de v.exa., a Mesa teria que ser líder para dizer que não se cumprisse o Regimento Interno.

Ora, o deputado Maurício Eskudlark tem o direito de questionar. S.Exa. encaminhou o questionamento e quem representa a Mesa é a Presidência da Mesa. Aqui não está dito que a Mesa vai deliberar.

(Continua lendo.)

“A Mesa encaminhará à comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará no prazo de uma reunião ordinária, cabendo recurso desta decisão ao Plenário, em idêntico prazo.”[sic]

Esta Presidência recebeu o recurso e encaminhou em nome da Mesa, porque a Mesa não poderia discutir se aceita ou não, porque para dizer que não aceita o requerimento do deputado Maurício Eskudlark teria que rasgar o Regimento Interno.

Esse é o entendimento, e eu estou absolutamente convencido de que estamos cumprindo à risca o que determina o nosso Regimento Interno. V.Exa. até tem o direito de questionar o que está posto aqui, agora quanto ao não-cumprimento por parte desta Presidência do Regimento Interno, eu não posso concordar com v.exa. Eu estou absolutamente seguro do ato desta Presidência em encaminhar à comissão que já deliberou, e agora o Plenário vai-se manifestar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu reitero a sua própria leitura, quem encaminha é a Mesa, sr. presidente. Portanto, é um ato formal, que pode ser sanado se a Mesa receber esse requerimento e encaminhar. É uma formalidade, v.exa. não pode representar a Mesa, exceto se houver expressa disposição desse assunto por delegação, que seja um ato formal, sr. presidente. O que estou pedindo é que se cumpra o Regimento Interno! V.Exa. tem que convocar uma reunião da Mesa, que

receberá e encaminhará à comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, este é o entendimento de v.exa. e a comissão já deliberou sobre isso. Nós estamos aqui fazendo uma discussão que já foi feita no âmbito da comissão. Essa matéria foi vencida na comissão.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - É justamente o recurso que estamos julgando agora, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu estou cumprindo rigorosamente o que determina o Regimento Interno desta Casa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu questiono v.exa.: qual é o recurso que v.exa. entende que está em julgamento? É este que eu estou debatendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está sendo discutido o questionamento de v.exa. sobre o requerimento do deputado Maurício Eskudlark.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sim, sr. presidente, e que inclui essa premissa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não venha v.exa. passar a ideia de que aqui estamos decidindo sobre o futuro da CPI. Nós estamos respondendo um questionamento de v.exa. para depois, num segundo momento, a comissão deliberar sobre o questionamento do deputado Maurício Eskudlark.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o meu recurso é sobre a admissibilidade, pela comissão de Constituição e Justiça, do recurso do deputado Maurício Eskudlark, e tem os seguintes pressupostos: as decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal, segundo as quais o órgão fracionário não pode obstar o segmento da CPI; e a remessa por v.exa., como presidente da Mesa, desse requerimento à comissão de Constituição e Justiça, quando não poderia ter feito, exceto por delegação expressa da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada, trata-se de matéria vencida. Esta Presidência entende ter cumprido o Regimento. A matéria está em plenário. Já foi deliberada na comissão e vamos deliberar em plenário cumprindo rigorosamente o que determina o Regimento.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero manifestar-me e que me seja garantido o tempo necessário para discutir a matéria por até cinco minutos.

Talvez v.exa. ou a assessoria não se tenham apercebido de que o art. 41, no seu caput e nos parágrafos seguintes, dita o rito da instalação de uma CPI. Eu vou fazer questão de ler o referido artigo porque o legislador foi muito sábio quando elaborou a minuta do nosso Regimento Interno. O legislador, deputado Sílvio Dreveck, fez questão de separar no § 2º do art. 41 a figura do presidente que recebe o requerimento da CPI. Diz o art. 41, § 2º:

(Passa a ler.)

“Art. 41 [...]”

§ 2º Aceito o requerimento, o presidente determinará sua publicação” [...] No singular.

“§ 3º Havendo dúvida, suscitada pelo presidente ou líder” - e não pode ser o deputado -, sobre o entendimento de fato determinado ou sobre sua caracterização no requerimento, a Mesa” [...]sic] Não é o presidente, é a Mesa, é o colegiado.

(Palmas das galerias)

O legislador foi muito sábio. Na recepção do requerimento, é a pessoa singular do presidente. Na remessa à CCJ, é o plural.

E aí, sr. presidente, o nosso Regimento tem um índice alfabético remissivo que trata da Mesa Diretora, que começa com o art. 14. E lá na frente diz das competências e atribuições do presidente da Assembleia.

Pois bem. O que diz o art. 14, sr. presidente, que trata da Mesa Diretora? Diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Art. 14. A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.”[sic]

Então, eu não tenho dúvida, sr. presidente, e faço parte da base que dá sustentação ao nosso governo, de que o entendimento da deputada Angela Albino é absolutamente correto.

(Palmas das galerias)

Quem ler o Regimento da Casa - e está aqui disponível para todos - verá que a recepção do requerimento é monocrático, é singular, pelo presidente. Mas a decisão da remessa ou não para que a comissão de Constituição e Justiça possa examinar o recurso do deputado Maurício Eskudlark é coletivo, é da Mesa Diretora. E ela deveria, sim, ter-se reunido para tomar tal decisão.

O Regimento, quando se refere às competências do presidente, diz que ele representa a Assembleia Legislativa. Pergunto para qualquer deputado que tenha feito parte da Mesa Diretora, não na condição de presidente, se algum dia assinou alguma resposta de algum mandado de segurança ao Tribunal de Justiça. Não! Porque todas as respostas ao Judiciário são feitas de forma monocrática pelo presidente da Casa que, judicialmente, representa a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Agora, nesse caso específico, a tomada de decisão não é monocrática, cabe ao órgão colegiado, ou seja, cabe à Mesa Diretora.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - sr. presidente, acho que estamos vivendo um momento importante de reflexão sobre o papel de cada um aqui e quero fazer duas ponderações. A primeira é em relação à questão da Mesa e do pronunciamento da deputada Angela Albino. A segunda se refere ao entendimento que tenho da matéria que está tela no momento.

Acho que a deputada Angela Albino, ao fazer a abordagem na tribuna sobre o papel da Mesa e da falta de reuniões, quero dizer que realmente faz duas semanas que a Mesa não se reúne. Essa matéria seria discutida hoje pela manhã, às 9h, mas o deputado Romildo Titon e o próprio deputado Joares Ponticelli ligaram pedindo a transferência para o horário da tarde, ocasião em que se debateria esse conjunto de ações.

Então, como faço parte da Mesa, quero deixar claro que esse assunto não foi debatido e que pelo menos tomei a providência de ler o parecer a ser encaminhado à comissão de Justiça com relação à da solicitação do deputado Maurício Eskudlark. Vejo que no procedimento, da forma como foi descrito, não houve maldade por parte da Presidência na formalização do encaminhamento. Pode ter havido erro de forma, porque o que está escrito no parecer foi elaborado e redigido pela Procuradoria Jurídica da Assembleia.

Eu conheço os textos, conheço a defesa do documento. Sei que o entendimento é de que o presidente estaria, em tese, representando a Mesa. Eu particularmente tenho a mesma posição do deputado Marcos Vieira no que tange à representação do presidente. Eu acho que isso deveria passar pela reunião da Mesa, mesmo sabendo que isso não mudaria o contexto.

Outra coisa, a nossa bancada sempre foi muito clara na sua posição, na decisão de assinar o requerimento para instalação da CPI, porque entende que transparência é essencial em qualquer órgão público. Principalmente diante do que vem ocorrendo no estado com relação à terceirização do sistema de água, que é um verdadeiro escracho e que já ocasionou graves danos aos cofres públicos em Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Entendemos que é direito do deputado Maurício Eskudlark fazer essa reivindicação. Porém vejo que o que estamos aqui fazendo na defesa da CPI das Águas não é nada diferente do contexto da CPI da Telefonia, na qual estamos trabalhando independentemente de estar ou não vinculada ao direito do consumidor. Na questão das águas, deputado Silvio Dreveck, o consumidor também está sendo prejudicado, posto que os contratos são cópias fiéis.

Essa é a minha interpretação. Compreendo a posição da Presidência e quero deixar claro que não houve nenhuma maldade, porque é um processo meramente formal.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, temos que deixar bem claro que precisamos ater-nos ao fato principal, que é a instalação da CPI. Se o recurso chegou à CCJ pelas mãos do presidente ou da Mesa não muda em nada o parecer já exarado pela comissão de Constituição e Justiça! Isso tem que ficar bem claro. Claro também tem que ficar o fato de que não estamos sepultando ou fazendo andar a CPI, estamos somente deliberando sobre um recurso.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, não há necessidade de debater sobre o direito do líder, sobre possíveis dúvidas, sobre o pedido porque o § 3º do Regimento é claro.

Quanto ao questionamento da deputada, se houvesse uma decisão da Mesa

sobre o encaminhamento ou não à CCJ, o presidente teria que consultar a Mesa. Mas o artigo diz que a Mesa encaminhará, não há discussão sobre se aceita ou não aceita. A Mesa não vai abrir um debate, não vai haver votação de seus membros, porque a Mesa simplesmente tem a atribuição de encaminhar. E quem representa a Mesa? O presidente!

Então, o presidente cumpriu exatamente o que o Regimento diz. Recebeu e encaminhou à CJJ, cumprindo o que o nosso Regimento determina. E o Regimento Interno é claro: diz que a Mesa recebe e encaminha. A Mesa recebeu na pessoa do presidente e encaminhou à comissão de Constituição e Justiça.

Agora, o que estamos votando é a legalidade desse ato e a questão do recurso, não a questão da CPI como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está encerrada a discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Na verdade, sr. presidente, não se está aqui discutindo se a CPI vai andar ou não vai andar, o que se está afirmando é que há um erro formal numa das etapas do processo. É como num processo judicial, sr. presidente: se o Ministério Público faz uma denúncia, o acusado não é informado e mesmo assim o juiz manda o processo prosseguir, ocorre um erro formal.

O que ocorreu, no meu entendimento, salvo melhor juízo, foi um erro de forma e o Plenário tem que decidir se o requerimento volta à Mesa para que ela decida ou não. É essa a votação que tem que ser feita na tarde de hoje, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também não vou entrar no mérito da questão da CPI. É claro que a nossa bancada entende que é preciso apurar os processos de municipalização, mas quanto à questão formal, propomos que se vote para que o processo volte à Mesa da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação o Recurso n. 0001/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu solicito que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A votação será nominal conforme solicita a autora.

Quem votar “sim” acolhe o recurso da deputada Angela Albino e quem votar “não” rejeita-o.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER		Discussão e votação em turno único	DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	da admissibilidade da Proposta de Emenda à	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	Constituição, PEC n. 0003/2013, de autoria do	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR		deputado Jailson Lima e outros, que altera o	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO ARNALDO MORAES	não	art. 36 e dispositivos dos arts. 40, 44, 54 e 68	DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não	da Constituição do Estado de Santa Catarina	DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO CIRO ROZA		para abolir o voto secreto das deliberações da	DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	não	Assembleia Legislativa.	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não	Conta com parecer favorável da	DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	comissão de Constituição e Justiça pela	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não	admissibilidade.	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	Em discussão.	DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não	(Pausa)	DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL		Não havendo quem a queira discutir,	DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não	encerramos sua discussão.	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	Em votação.	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não	Os srs. deputados que a aprovam	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		permaneçam como se encontram.	DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	não	Aprovada por unanimidade.	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não	Discussão e votação em primeiro	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES		turno do Projeto de Lei Complementar n.	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	0016/2013, de autoria do Ministério Público,	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não	que altera dispositivos da Lei Complementar n.	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	223, de 2002, que institui o Plano de Cargos,	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não	Carreira e Vencimentos do pessoal do	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não	Ministério Público do Estado de Santa Catarina	DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não	e adota outras providências.	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não	Ao presente projeto foram apresen-	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	tadas emendas modificativas, emenda	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não	supressiva e emenda aditiva.	DEPUTADO SILVIO DREVECK	Sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	Conta com parecer favorável das	DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	comissões de Constituição e Justiça, de	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI		Finanças e Tributação e de Trabalho,	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não	Administração e Serviço Público.		
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	Em discussão.		
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não	(Pausa)		
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não	Não havendo quem o queira discutir,		
DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	não	encerramos sua discussão.		
DEPUTADO VALMIR COMIN	não	Em votação.		
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	A votação será nominal por processo		
Questiono se todos os srs. depu-		eletrônico.		
tados exerceram o seu direito de voto.		(Procede-se à votação.)		
(Pausa)		DEPUTADO ALDO SCHNEIDER		
Está encerrada a votação.		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	
Colho o resultado.		DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	
Temos 21 votos "não" e 12 votos		DEPUTADO ANTONIO AGUIAR		
"sim".		DEPUTADO ARNALDO MORAES	sim	
		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	
Está rejeitado o recurso.		DEPUTADO CIRO ROZA	sim	

ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h45, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherm - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2013, de procedência do Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas, supressiva e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal. Solicito a abertura do painel eletrônico.

Quem votar "sim" aprova a matéria e quem votar "não" rejeita-a.

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR

DEPUTADO ARNALDO MORAES

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA		Moção n. 0090/2013, de autoria da	Não havendo quem o queira discutir,
DEPUTADO DADO CHEREM	sim	deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao	encerramos sua discussão.
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	presidente da Câmara dos Deputados	Em votação.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	manifestando contrariedade à tramitação da	Os srs. deputados que o aprovam
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim	PEC n. 0045/2009, no tocante à manutenção	permaneçam como se encontram.
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	da instituição da ouvidoria em seu texto.	Aprovado.
DEPUTADO GELSON MERISIO		Em discussão.	Fim da matéria da pauta da Ordem do
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim	O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço	Dia.
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Esta Presidência comunica que
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares	recebeu requerimento subscrito pelos líderes
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr.	das bancadas solicitando, com amparo no
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	deputado Silvio Dreveck.	Regimento Interno, a suspensão da sessão do
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim	O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK -	dia 04 de setembro de 2013 pelo tempo de dez
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	No dia de ontem pedi a v.exa. que a autora nos	minutos, após a Ordem do Dia, para a manifes-
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	fizesse um resumo breve da sua intenção. Na	tação do sr. Mário Antônio da Silva, coordena-
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	ausência da deputada ontem, v.exa. propôs o	ador da microrregião da Central Única dos
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	adiamento da discussão para hoje. Então, faço	Trabalhadores - CUT/SC -, que apresentará um
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	novamente a solicitação.	manifesto de trabalhadores e trabalhadoras ao
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares	Legislativo catarinense.
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	Ponticelli) - Com a palavra a sra. deputada	Está suspensa a presente sessão por
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	Luciane Carminatti.	até dez minutos.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	A SRA. DEPUTADA LUCIANE	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	CARMINATTI - Sr. presidente, sr. deputado Silvio	Ponticelli) (Faz soar a campanha.) - Estão
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Dreveck, brevemente quero dizer que a PEC n.	reabertos os trabalhos.
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim	0045/2009 está gerando debate nacional	Passaremos à Explicação Pessoal.
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	porque ela, em síntese, limita a atuação das	Com a palavra o primeiro orador
DEPUTADO RENO CARAMORI		ouvidorias apenas ao âmbito interno, tolhendo	inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	a possibilidade de a população manifestar-se.	até dez minutos.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	Em síntese é isso.	O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	(SEM REVISÃO DA ORADORA)	SOARES - Sr. presidente, srs. deputados,
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares	concordo com as pautas defendidas pelo repre-
DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI	sim	Ponticelli) - Continua em discussão.	sentante da CUT, Mário Antônio da Silva, e
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	(Pausa)	afirmo que também são minhas as bandeiras
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	Não havendo mais quem a queira	da redução da jornada de trabalho e contra as
Está encerrada a votação.		discutir, encerramos sua discussão.	terceirizações, mesmo porque não entendo por
Temos 34 votos "sim" e nenhum voto		Em votação.	que é preciso um projeto para aumentar a
"não".		Os srs. deputados que a aprovam	quantidade de terceirizações no Brasil, uma vez
Está aprovado em segundo turno o		permaneçam como se encontram.	que isso já se alastrou de forma bastante
PLC n. 0016/2013.		Aprovada.	extraordinária, apesar de a lei impedi-las no
Esta Presidência comunica que		Pedido de Informação n. 0085/2013,	caso de atividade afim.
encaminhará aos destinatários, conforme		de autoria do deputado Gilmar Knaesel, a ser	É preciso registrar que o Congresso
determina o art. 206 do Regimento Interno, as		enviada ao governador do estado, solicitando	Nacional tem uma maioria governista, porque
Indicações n.s: 0557/2013 e 0560/2013, de		informações referentes ao projeto original da	se a presidente da República não quiser essa
autoria do deputado Renato Hinning;		nova SC-108, que resultará num traçado que	lei não será aprovada. Ou não é assim? Que
0558/2013 e 0559/2013, de autoria do		passa em grande parte pela região de Itoupava	representantes, partidos e deputados mesmo
deputado Gilmar Knaesel; 0561/2013, de		Alta, no município de Blumenau.	da base aliada votam contra os interesses da
autoria do deputado Sargento Amauri Soares;		Em discussão.	Presidência da República?!
0562/2013, de autoria do deputado Taxista		(Pausa)	Sr. presidente, desejo registrar os 40
Voltolini; 0563/2013 e 0564/2013, de		Não havendo quem o queira discutir,	anos de cassação por esta Assembleia
autoria do deputado Neodi Saretta; e 0565/2013,		encerramos sua discussão.	Legislativa do mandato do então deputado
de autoria do deputado Dirceu Dresch.		Em votação.	estadual Paulo Stuart Wrigth, fato pelo qual
Esta Presidência comunica também		Os srs. deputados que o aprovam	esta Casa deve desculpas à sociedade catarin-
que defere de plano os Requerimentos n.s:		permaneçam como se encontram.	nense. Já lá se vão 40 anos e até hoje não se
0951/2013, de autoria do deputado Mauro de		Aprovado.	tem muita informação a respeito, mesmo
Nadal; 0952/2013, de autoria do deputado		Pedido de Informação n. 0086/2013,	porque se busca não debater muito esse
Padre Pedro Baldissera; 0954/2013, de		de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser	assunto ou o assunto das cassações ocorridas
autoria do deputado Maurício Eskudlark;		enviado ao diretor-presidente da Celesc, por	neste Poder durante o período da ditadura
0955/2013, 0956/2013, 0957/2013,		meio do governador do estado, requerendo	militar.
0958/2013, 0959/2013 e 0960/2013, de		informações sobre o valor investido pela	Estaremos na sessão especial de
autoria do deputado Carlos Chiodini; e		referida empresa em publicidade no primeiro	hoje à noite, evidentemente, e gostaríamos de
0961/2013, de autoria do deputado Dirceu		semestre de 2013.	participar de todas as atividades alusivas a
Dresch.		Em discussão.	Paulo Stuart Wrigth, deputado cassado por ato
Esta Presidência submete à		(Pausa)	de covardia de desta Casa há exatos 40 anos,
deliberação do Plenário as seguintes matérias:		Não havendo quem o queira discutir,	pois o mínimo que esta Assembleia pode fazer
Requerimento n. 0953/2013, do		encerramos sua discussão.	é homenageá-lo.
deputado Taxista Voltolini, que solicita o envio		Em votação.	Srs. parlamentares, quero registrar e
de mensagem aos gerentes das empresas de		Os srs. deputados que o aprovam	lamentar o acidente ocorrido na cidade de
telefonia celular no estado, pedindo a		permaneçam como se encontram.	Lages, na noite de ontem, no bairro Coral,
instalação de rede de telefonia móvel nas		Aprovado.	envolvendo viaturas da Polícia Militar, ocasião
localidades do Rodeio 12, Rodeio 32 e Rodeio		Pedido de Informação n.0087/2013,	em que foi a óbito o cabo Marco Antônio
50, no município de Rodeio.		de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser	Cardoso e no qual resultaram feridos os
Em discussão.		enviada ao presidente da Companhia de	soldados Ademir Cesar de Oliveira, que teve
(Pausa)		Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab	traumatismo craniano, e Rafael Pedro
Não havendo quem o queira discutir,		-, por meio do governador do estado,	Machininski, que fraturou o fêmur.
encerramos sua discussão.		requerendo informações sobre a existência de	Esse companheiro de 47 anos que foi a
Em votação.		renúncia de receitas estaduais no programa A	óbito, de quem faço questão de apresentar uma
Os srs. deputados que o aprovam		Casa é Sua.	foto em que aparece num momento de alegria com
permaneçam como se encontram.		Em discussão.	a família, deixou quatro filhos; inclusive, o mais
Aprovado.		(Pausa)	novo seria batizado no próximo domingo, deputada

Ana Paula Lima, e ele estava trabalhando ontem justamente porque trocou a escala com um companheiro para estar de folga no domingo, dia do batizado do caçula.

Então, esse acidente, que ceifou uma vida, além de ter ferido outros dois companheiros, destruiu laços de carinho, de fraternidade, relações de companheirismo e de amor dentro de uma família. O cabo Cardoso foi um companheiro que sempre participou das diversas atividades realizadas pela Aprasc, inclusive das últimas assembleias nesta Capital.

Creio que a população catarinense inteira conhece a ocorrência, o sequestro das famílias de três gerentes de uma agência do Banco do Brasil no bairro Coral, em Lages, há dois três dias, e o processo de cumprimento do mandado de prisão e de busca e apreensão por parte dos policiais da serra catarinense, especialmente na cidade de Lages. E na adrenalina, no afã de cumprir bem a sua função, duas viaturas acabaram chocando-se.

Os companheiros do meu gabinete estão em Lages para o momento de despedida e para expressar a nossa solidariedade e a nossa tristeza por mais um companheiro que perdemos na faina diária da busca da defesa da sociedade catarinense.

Por último, gostaria de fazer referência, no tempo que me resta, à nova guerra que os Estados Unidos querem produzir no mundo. O governo americano está pretendendo bombardear a cidade de Damasco, uma das cidades mais antigas do mundo, a capital da Síria, uma cidade com 1,711 milhão de habitantes. Pois querem os EUA jogar toneladas de bombas contra aquela cidade, com o pretexto de castigar um governante que, supostamente, é o responsável pelo uso de armas químicas contra a própria população. Supostamente, porque não existe nenhuma prova de que isso tenha ocorrido a mando do governo sírio. Não há prova alguma de que o presidente Bashar al-Assad ou algum integrante do seu governo tenha determinado o uso de arma química contra o seu povo. Não há nenhuma prova! O Pentágono e nenhum governo do mundo tem qualquer prova de que tenha sido o governo sírio ou alguém em seu nome o autor daquela chacina.

Vamo-nos reportar a março de 2003 para lembrar que à época o governo dos Estados Unidos disse que havia prova de que o Iraque possuía armas de destruição em massa. Apoiado nessa afirmação, o governo americano resolveu bombardear Bagdá, a capital do Iraque. Bombardear de muito longe, de milhares de quilômetros, deputado Padre Pedro Baldissera! Eu tive a oportunidade de ver e fiquei indignado com as imagens do centro de uma cidade imensa, uma metrópole, cujos prédios viravam uma única bola de fogo em questões de segundos.

E querem dizer que isso é uma medida humanitária, que tem o objetivo específico de destruir alvos militares, bombardeando um centro de uma cidade inteira. É evidente que dezenas, centenas, milhares de pessoas foram assassinadas, muitas pessoas desapareceram, não ficou sequer o pó para alguém reencontrar. É esse o tipo de guerra que fazem.

É evidente que é condenável o uso de armas químicas, e todo aquele que for responsável por isso, na minha avaliação, deve ser condenado à morte. Mas bombardear, a centenas e milhares de quilômetros, uma cidade, uma metrópole, com o pretexto de derrubar um governante, parece-me uma

decisão absolutamente estúpida, injustificável. E fizeram isso no Iraque e no Afeganistão, porque além de derrubar Sadam Hussein queriam também caçar Osama Bin Laden. Para caçar um homem destruíram dois países! e Osama Bin Laden nem estava lá!

Dizem que mataram Osama Bin Laden no Paquistão, também não provaram e não mostraram. E a Al-Qaeda, a organização de Bin Laden, que foi caçada no Afeganistão e no Iraque, destruiu tudo, e agora é aliada da Síria! Durma-se com um barulho desses e entenda-se a humanidade!

Fica aqui o nosso protesto a essa outra tentativa de agressão do imperialismo norte-americano.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, e srs. deputados, quero falar sobre vários assuntos, alguns deles já mencionados por parlamentares, inclusive pelo representante da Central Única dos Trabalhadores.

Quero fazer referência a um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e que tem causado justas manifestações por parte dos trabalhadores. Acho que este Parlamento tem que estar atento, assim como o Congresso Nacional, a alguns projetos que tramitam naquela Casa.

Refiro-me especificamente ao Projeto de Lei n. 4.330/2004, conhecido como o projeto da terceirização do trabalho no Brasil. Seu autor é o deputado federal Sandro Mabel, do PMDB.

(Passa a ler.)

"O movimento sindical brasileiro, através das centrais sindicais, especialmente da CUT, tem-se mobilizado visando à rejeição do projeto que precarizará as relações de trabalho no Brasil.

O projeto se encontra na comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado federal Décio Lima, que sempre afirmou sua disposição de não o pautar para votação porque também concorda com as manifestações dos trabalhadores."

Ele foi advogado de sindicato de trabalhadores e acredita também que vai precarizar muito o trabalho em nosso país.

(Continua a ler.)

"Além do movimento sindical, várias entidades sociais, partidos políticos e entidades do Poder Judiciário tem-se manifestado contrariamente ao PL n. 4.330/2004.

A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho divulgou uma carta aberta em que pede à Câmara de Deputados a rejeição integral do Projeto de Lei n. 4.330/2004. No documento, a associação que representa cerca de 3.500 juizes do Trabalho em nosso país afirma que o PL é uma 'manobra econômica destinada a reduzir custos de pessoal na empresa, pelo rebaixamento de salários e de encargos sociais, que tem trazido uma elevada conta para o país, inclusive no que se refere aos acidentes de trabalho'.

Deputado Padre Pedro Baldissera, 19 ministros do Tribunal Superior do Trabalho - TST - redigiram um parecer que condena em termos duros e enfáticos o Projeto de Lei n. 4.330/2004, que escancara a terceirização e abre caminho a um dramático retrocesso na legislação e nas relações trabalhistas no Brasil, comprometendo o mercado interno, a arrecadação tributária, o Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento nacional.

dação tributária, o Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento nacional.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, somos contra o PL n. 4.330/2004 que tramita no Congresso Nacional. Estamos juntos na luta com as entidades sindicais, com a Central Única dos Trabalhadores e os movimentos sociais e de parcela significativa do Poder Judiciário.

Quero ainda, sr. presidente, ressaltar na tarde de hoje o aumento do Produto Interno Bruto do Brasil no segundo semestre de 2013. O aumento do PIB brasileiro só ficou atrás da China. Vejam como está o nosso país! Nesses dez anos os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff melhoraram significativamente o nosso país. O aumento foi de 1,5% no segundo trimestre. Anualizando, o aumento foi de 3,3%.

Sr. presidente, fica somente o lamento da mídia e dos economistas de plantão, que espalham o pessimismo no país. Mas o governo da presidenta Dilma Rousseff responde com trabalho. Aliás, a má vontade, o pessimismo e o terrorismo da nossa imprensa, principalmente em relação às questões econômicas, merecem aqui o nosso repúdio.

Veja bem, sr. presidente, começaram o ano falando de um apagão; o governo respondeu com a redução da tarifa da energia. Infelizmente, a Celesc em Santa Catarina não acatou na íntegra essa decisão e aumentou o valor da tarifa há poucos meses. Depois seguiram com o descontrolo da inflação; o governo respondeu com a certeza de que a inflação de 2013 será menor do que a de 2012. Recentemente vieram com a estagnação da nossa economia; na prática, na vida real o Brasil continua crescendo, distribuindo renda, criando emprego e melhorando a vida dos brasileiros."

Solicito à assessoria que ponha no ar um vídeo que retrata algumas mudanças ocorridas em nosso país e que na ótica do povo brasileiro vêm-se consolidando.

(Procede-se a exibição de vídeo.)

Na área da educação posso citar o Fies, o ProUni, as cotas, os Institutos Federais de Educação e a escola em tempo integral conveniada com alguns municípios do estado de Santa Catarina. Podemos citar os recursos que vieram para o estado, oriundos do governo federal, que resultaram nos pactos anunciados pelo governo de Santa Catarina na área da segurança, da educação e da saúde, do enfrentamento ao problema do crack!

Então, temos que enaltecer as coisas boas e criticar o que vai mal. Mas há muitas coisas boas acontecendo em nosso país.

O Brasil da presidenta Dilma, do ex-presidente Lula sofreu mudanças históricas. Viramos a página da exclusão e continuamos gerando esperança de um país cada vez melhor. Esperança porque soubemos plantar uma semente de um país para todos, de um país sem miséria, sem pobreza, de um país onde todos têm os mesmos direitos.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. parlamentares.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira pronunciar-se, esta Presidência encerra a sessão e convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao deputado Paulo Stuart Wright, *in memoriam*.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Arnaldo Moraes - Dado Cherem - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, catarinenses que acompanham esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Gostaria de falar sobre mais uma conquista importante em termos de saúde, que é a vacina contra a catapora que passa a ser ofertada pelo SUS. Quero dar ênfase a essa matéria, repercuti-la, porque julgo importante e também porque o tema saúde, deputado Jorge Teixeira, tem sido bastante debatido. A saúde realmente está na pauta dos debates em Santa Catarina, em nossos municípios e pelo país afora.

Tivemos mais uma conquista importante a respeito dessa vacina, como outras que passaram a ser fornecidas pelo Sistema Único de Saúde. No caso específico desta - e vou utilizar-me do material divulgado pela Agência Nacional de Saúde -, o público alvo é formado por crianças de 15 meses que já tenham tomado a primeira dose da tríplice viral. Com a nova vacina, o ministério da Saúde pretende reduzir as internações por varicela, catapora.

Sempre que se fala em saúde, fala-se também em prevenção. Infelizmente, não temos vacina para todo tipo de problema de saúde, mas naqueles casos em que já foram desenvolvidas vacinas, a prevenção tem-se mostrado muito importante.

O ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunização, passa a oferecer, a partir deste mês, em toda a rede pública de saúde a vacina contra a varicela incluída na tetra viral que também protegerá contra sarampo, caxumba e rubéola. A nova vacina vai compor o calendário nacional de vacinação e será ofertada exclusivamente para

crianças de 15 meses de idade que já tenham recebido a primeira vacina.

Com a inclusão da vacina, o ministério da Saúde estima uma redução de 80% das hospitalizações por varicela/catapora. Esse é um dado sempre importante. Hoje os nossos hospitais já estão superlotados, assim sendo, quanto mais prevenção, melhor para o cidadão e para a rede hospitalar.

Hoje temos dados que mostram que quase nove mil pessoas são internadas anualmente com varicela e ocorrem mais de 100 óbitos. Além disso, ela facilita o trabalho dos profissionais e traz economia, pois se usa apenas uma agulha, uma seringa, um único local de conservação, segundo o próprio ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Com a tetraviral o SUS passa a ofertar 25 vacinas, 13 delas já disponibilizadas no calendário nacional de vacinação. Foram investidos R\$ 127 milhões para a compra de 4,5 milhões de doses por ano.

A população deve informar-se nos postos de saúde mais próximos para saber se a vacina tetra viral já está disponível. Isso porque alguns municípios ainda estão adequando a rotina à nova vacina por causa da necessidade de capacitação dos profissionais para administração da dose ou pela dificuldade de distribuição para salas de vacinas em locais de difícil acesso.

Então, quero lembrar ainda que a tetra viral é segura, conforme garante o ministério da Saúde, pois tem 97% de eficácia e raramente causa reações alérgicas.

Quero reforçar essa conquista importante para os usuários do SUS - Sistema Único de Saúde. Como já dissemos aqui em outras ocasiões, há outras vacinas importantes a serem fornecidas como a da hepatite B, para a qual se aumentou gradativamente o limite de idade, muito embora defendamos a tese de que deva ser fornecida para toda a população, independentemente da idade.

Além disso, srs. parlamentares, também comemoramos recentemente o fornecimento da vacina HPV para as meninas até 11 anos. Eu acredito que todos têm que fazer um grande esforço em defesa da saúde no estado e nos municípios. Para isso, as campanhas públicas de esclarecimento sobre a importância da prevenção e vacinação são importantes, assim como é fundamental o aumento dos recursos destinados ao setor. Estados, união e prefeituras têm que estar cientes de que a melhoria da qualidade da saúde no país passa, sim, por uma melhor gestão e cuidado, mas passa também por mais recursos, por mais estrutura.

Acredito que, nesse sentido, o SUS, que é uma rede integrada da qual fazem parte os municípios, a união e os estados, tem essa tarefa importante, principalmente para as pessoas que não possuem planos de saúde e condição de arcar com recursos próprios a saúde privada.

Portanto, é uma grande conquista a inclusão de mais essa vacina no conjunto das vacinas fornecidas pelo Sistema Único de Saúde no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, retomo o assunto das supostas negociações que têm ocorrido entre o governo do estado e as entidades representativas dos trabalhadores da Segurança Pública.

Uma observação que se faz necessária é que temos mais ou menos a clareza de que o governo quer resolver a sua relação com as autoridades da Segurança Pública, delegados e oficiais. E a partir do momento em que aceita a concepção de remuneração para esses dois segmentos das cúpulas dessas duas grandes instituições, precisa trabalhar para que leve a imensa maioria, que está na base, a concordar com uma proposta que possa aliviar tensões, pressões e coações talvez lá por cima.

Faço essa observação porque se formou uma convicção férrea entre as autoridades do governo de que precisam dar R\$ 26 mil para os coronéis e para os delegados em fim de carreira. Uma convicção férrea de pessoas, lá no Executivo ou até no Legislativo, que há seis meses se falassem isso diriam que era um absurdo. E aí nos apresentam uma tabela que tem R\$ 26 mil em cima e R\$ 4 mil embaixo. Ora essa proporcionalidade não fecha com o que imaginamos ser justo no interior de instituições que usam o mesmo uniforme e que participam, segundo a Constituição, dos mesmos objetivos.

E, para compensar, passam a discutir coisas como a cereja que se vai colocar no bolo. E aí começam as discussões, porque existem outros elementos graves. A modalidade de subsídio que está sendo apresentada a pedido dos delegados e dos oficiais põe por terra uma série de outros direitos, inclusive a hora extra, ou seja, a definição da jornada de trabalho. E aí uma das cerejas que eles apresentaram é o banco de horas. Ora, se banco de horas em algum lugar no mundo é a cereja, que não me apresentem o bolo. Pelas experiências que conhecemos, o banco de horas é sempre em benefício do empregador e em prejuízo do trabalhador. E é a luta dos trabalhadores no Brasil e pelo mundo afora.

Então, está-se discutindo a cereja que, na verdade, é o tal banco de horas. Outro elemento também é a gratificação de 60% do vencimento básico. Atenção! Não é aumento de 60% no salário, é uma gratificação equivalente a 60% do soldo para os militares e do vencimento para os civis. Para a imensa maioria dos servidores da Segurança Pública, a gratificação

ou o subsídio, cujo piso começa por R\$ 4 mil, não vai passar de um acréscimo de 30%. Para alguns 100%, para outros 30%.

E aí o argumento do palácio é que não iria implementar a data-base, a reposição anual conforme a inflação, mais o índice de ganho real porque era injusto, pois quem ganha lá em cima, 6% é um valor, quem ganha embaixo, 6% é muito pouco. Esse era o argumento, mas agora se está fazendo o contrário. Está-se dando bastante lá para cima e aqui embaixo, mesmo para a turma que está na rua morrendo, como aconteceu com o cabo Cardoso, em Lages, há menos de 48 horas, muito pouco.

O governo, então, quer fazer isto ou aquilo, o subsídio ou gratificação, para pagar a primeira parcela somente em agosto de 2014, daqui a 11 meses. Onze meses, deputado Romildo Titon! Parece a gestação da jumenta, mas é o tempo que falta para o governo pagar a primeira parcela da sua política salarial para os servidores da Segurança Pública. As outras duas parcelas somente em 2015, no próximo mandato deste governador ou no próximo governo, até porque a soberania popular no ano que vem voltará às urnas. Por mais que se esforcem para ganhar por WO o jogo de 2014, a verdade é que haverá eleição e o povo será convocado às urnas.

Então, o parcelamento começa a ser pago daqui a um ano e termina daqui a dois anos e meio. Começando do ano passado e considerando que a última parcela será paga no final de 2015, de 2012 a 2016, quando haveria a outra, são quatro anos. Quatro anos de reposição da inflação é quanto? Por acaso não ficaria em torno de vinte e tantos por cento, mantido o patamar de INPC que temos vivido nos últimos anos? Ou seja, seis por meia dúzia para pagar a longo desse prazo imenso. As "Casas Colombo" estão com o parcelamento mais esticado que o antigo "Magazine Luízão" na política salarial para os servidores.

Portanto, é preciso que reflitamos sobre isto. É preciso que a categoria dos trabalhadores da Segurança Pública reflita sobre isso. E é evidente que este Poder precisa e irá discutir sobre isso daqui a alguns meses. O nosso trabalho e a nossa luta serão por justiça salarial, por dignidade profissional, por uma carreira mais decente para os servidores da Segurança Pública.

Por fim, quero, ao término desta semana legislativa, voltar à questão da qual falei ontem, porque não costumamos, aqui, prestar atenção, mas parece, pelo menos parece, que o que está acontecendo para além dos horizontes da nossa província é importante para o conjunto da humanidade, que é a ameaça de mais um ataque genocida dos Estados Unidos a um país contra o qual existem acusações não comprovadas. Dizem que provas existem, mas não mostram, da mesma forma que fizeram no caso do Iraque e do Afeganistão.

Pasmem, agora os Estados Unidos, lá na Síria, são aliados da Al-Qaeda, de Bin Laden, mas continuam falando em luta contra o terrorismo e contra armas de destruição em massa.

Catarinenses, a humanidade não pode mais aceitar essa violência!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Na ausência de representantes do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que trago a esta tribuna no dia de hoje refere-se à saúde do Brasil. Ouvi atentamente o discurso do deputado Neodi Saretta, que trouxe uma boa notícia, que é a disponibilização da vacina contra a catapora pelo SUS. Isso é muito bom para todos os brasileiros, principalmente para aqueles que dependem mais do serviço público de saúde.

Nós vivemos uma situação delicada no país e quero aqui fazer justiça. Desde 1997 estamos passando por dificuldades com os hospitais. Por que isso? Obviamente que existem várias causas, mas entre elas temos que destacar que desde 1997 os preços dos serviços não são reajustados. Os serviços de consulta, de internação, os procedimentos cirúrgicos, os exames laboratoriais de baixa, média e alta complexidade continuam sendo pagos com valores de 1997. Não houve nem a reposição da inflação, que foi de 160% no período.

É evidente que com a falta de recursos para custeio, os problemas vão-se agravando porque a cada dia que passa a situação é mais grave. Recebemos todas as semanas apelos, pedidos de dinheiro para os hospitais, uma vez que não conseguem mais se sustentar. Acredito que se não houver essa reposição, uma negociação nesse sentido, na qual o governo assuma o compromisso de começar a repor toda a inflação acumulada, que corroe o valor pago pelo SUS, vamos ter mais problemas ainda!

Vale lembrar que os municípios já estão investindo na saúde mais do que determina a lei. Ou seja, a lei estabelece que o município tem que aportar no mínimo 15% do seu Orçamento na saúde. Tenho conversado com vários prefeitos e a grande maioria, independentemente da cor partidária, está gastando mais de 20%!

Então, não há como pedir mais uma vez para os municípios complementarem o pagamento dos serviços de saúde feitos pelos SUS porque não existem condições, não existem recursos. Por seu turno, os estados, a maioria deles já vem gastando os 12% que determina a Constituição. Mas, pelo conhecimento que temos, no âmbito federal é que a situação é crítica, ou seja, está longe de repassar um percentual definido.

Acho, sr. presidente, que é preciso fazer justiça, assim como, obrigatoriamente, os municípios e os estados têm que alocar 15% e 12%, respectivamente, na área da saúde, o mesmo deveria ocorrer com a união. Cabe à Câmara Federal e ao Senado debater esse assunto com profundidade e fazer com que também seja estabelecida uma regra legal para que a união aloque um percentual definido na saúde brasileira.

Era isso sr. presidente, deputado Romildo Titon.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Gostaria de cumprimentar meu grande amigo Avanildo Daniel Grassi, conhecido como Belinho, vereador de Celso Ramos, que participa desta sessão. Seja bem-vindo!

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Romildo Titon, gostaria de dividir o meu tempo de hoje com v.exa. porque 14 minutos é muito tempo.

Prezados deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, estive, na semana passada, numa audiência no ministério da Agricultura, em Brasília, agendada pelo deputado Peninha, que me acompanhou. Conosco estava o setor da pesca de Santa Catarina, vários empresários e a direção do Sendip. Ressalte-se que o setor pesqueiro é muito representativo para a nossa economia, porque representa 70% da produção do pescado brasileiro.

A nossa conversa com o ministro foi no sentido de pedir o seu empenho para a reformulação do Rieespoa (Regime de Inspeção da Indústria de Produção de Origem Animal), que data de 1952 e que não atende mais à evolução tecnológica que aconteceu durante esse tempo. O ministro nos informou que na sala ao lado daquela em que nos recebiam, estava um grupo de técnicos discutindo exatamente esse assunto, o que nos encheu de esperança.

Trago esse assunto aos colegas parlamentares e à população pela importância que tem, já que Santa Catarina é um dos estados pioneiros e tradicionais na produção de alimentos de origem animal. A legislação pertinente não é tarefa deste Parlamento, mas, sem dúvida, a mobilização política é importante. E os colegas parlamentares, quando forem visitar suas bases e tiverem contato com os representantes das indústrias de alimentos, procurem verificar a importância que tem essa questão, que poderá solucionar uma série de fatores que vêm atrapalhando o bom desempenho do setor e criando restrições que precisam ser removidas.

Também gostaria de aproveitar este momento para falar mais uma vez sobre a questão da mobilidade urbana.

Quero cumprimentar e agradecer o empenho do deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano desta Casa, que, junto conosco, está-se empenhando, assim como os técnicos da comissão, para conseguir organizar, na Semana da Mobilidade Urbana, no período de 22 a 28 de setembro, várias atividades nesta Casa, com o apoio da Presidência, visando trazer à pauta novamente esse assunto. E estamos procurando mobilizar os municípios para que os prefeitos encaminhem para a participação nesse evento os técnicos responsáveis pela questão da mobilidade urbana.

Teremos aqui a presença de representantes do ministério das Cidades, especialistas no tema, e também estamos convidando um especialista que atua no Rio Grande do Sul, com vasto conhecimento nessa área, para nos trazer informações e criar uma oportunidade de debate sobre a lei nacional de mobilidade urbana, que estabelece prazos para que todos os municípios do Brasil - e Santa Catarina não é diferente - tenham os seus planos de mobilidade urbana prontos até 2015. Isso nos preocupa porque estamos sentindo que esse assunto ainda não entrou na pauta da maioria dos municípios.

É preciso mobilizar para que consigamos fazer um bom trabalho e ter planos municipais de mobilidade urbana que contemplem as necessidades atuais. Em Santa

Catarina, em cada uma das suas regiões, há problemas sérios de mobilidade urbana e esse assunto, quero crer, vai ficar na pauta durante muito tempo ainda. Por isso precisamos dar essa atenção.

Por ocasião desse evento teremos também a participação da SC Parcerias, que está coordenando o trabalho da PMI, a manifestação pública de interesse que o governo do estado lançou para que fossem apresentados projetos para implantar na região da Grande Florianópolis um modelo de transporte coletivo seguro, atraente, com tarifas condizentes, interligado com transporte marítimo, que seja capaz de atrair o atual usuário de veículo particular para passar a usar o transporte público.

Isso é por demais necessário, é uma missão que nos é atribuída e que precisa de uma solução. Dois projetos foram apresentados e serão expostos nesta Casa para conhecimento dos sr. deputados e da população de Santa Catarina. Assim, teremos nas mãos uma grande oportunidade de escolher um dos dois ou até mesmo utilizar partes de cada um, para termos um projeto de mobilidade urbana a ser apresentado ao governo federal, com o que nos habilitaremos a receber R\$ 50 bilhões. Mas para isso precisamos da mobilização política dos deputados estaduais, da nossa bancada federal, para que consigamos habilitar o nosso estado para esses recursos.

Em decorrência disso, foi aprovada nesta Casa uma moção proposta por nós e enviada ao Poder Executivo, propondo que encaminhe para esta Casa projeto de lei criando um fundo metropolitano da Grande Florianópolis e fazendo adequações necessárias à lei que criou as Regiões Metropolitanas em Santa Catarina.

Aproveite a oportunidade para pedir o apoio dos parlamentares para que apreciemos em regime de urgência esse importante projeto, a fim de que consigamos remover qualquer obstáculo que coloque em risco o recebimento desses recursos. Isso, sem dúvida, será um grande avanço e poderemos começar a instalar as regiões metropolitanas no estado, uma vez que aprovamos a lei competente, mas até agora elas não aconteceram na prática, o que se faz necessário. E temos que começar, pelo menos, pela primeira, para adquirir experiência, fazê-la funcionar adequadamente para, paulatinamente, ir implantando as demais.

Eram essas as considerações, sr. presidente. Obrigado pelo espaço e bom-dia aos catarinenses.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Bem, deputado Renato Hinnig, a divisão não foi muito justa. V.Exa. me cedeu um espaço, mas deixou-me um minuto apenas.

O próximo horário pertence ao Partido dos Trabalhadores. Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público catarinense, falando em matemática, tenho um bom resultado matemático, deputado Silvio Dreveck, de um estudo concluído em 2012 por pesquisadores de uma universidade da Inglaterra, que confirma que o tempo de permanência na escola das crianças cujas famílias recebem o Bolsa Família, associada ao valor do benefício pago a elas, contribuiu para a melhoria dos resultados nas escolas.

O título do trabalho é A Contribuição do Bolsa Família para o sucesso educacional de crianças economicamente desfavorecidas no

Brasil e o seu resultado atesta que o programa atenua os impactos da pobreza na educação, criando, dessa forma, oportunidade para a permanência das crianças em sala de aula, o que resulta em melhoria na performance desses alunos.

Os resultados, srs. parlamentares, do Bolsa Família sobre o desempenho escolar ocorre no momento em que o governo busca melhorar a qualidade do ensino em nosso país, colocando as crianças em tempo integral na escola, já que agora pais e mães trabalham. Esse programa se chama Educação + 10 e conveniado com todas as prefeituras do nosso país pode, no contra turno escolar, oferecer outro tipo de atividade.

Apesar de pouco divulgado, um dos melhores resultados do Bolsa Família está na área da educação. Muitas áreas melhoraram, mas a melhoria na educação foi significativa. Hoje, 15 milhões de crianças cujas famílias recebem o benefício estão em sala de aula e com um bom desempenho escolar. A taxa de aprovação dos filhos dos beneficiários do Bolsa Família em 2012 ficou bastante próxima à média nacional. No caso do ensino médio, ela é superior à média nacional. O abandono escolar, que era uma preocupação constante no país, é menor do que o registrado na rede pública, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

De acordo com o senso escolar de 2012 da educação básica, a taxa média nacional de aprovação dos alunos do ensino médio foi de 75%. Já entre os estudantes do Bolsa Família ficou em 80%, ou seja, 5% a mais do que aquelas cujos pais não recebem o benefício do Bolsa Família. Na região nordeste a aprovação superou 80%, srs. deputados!

Outro indicador que mostra por que o Bolsa Família é uma política pública exitosa para o governo, é que em 2012 a taxa de abandono dos estudantes do ensino médio do Bolsa Família foi de 7%, bem menor do que o dos demais estudantes da rede pública, que foi de 11%.

No norte e no nordeste do nosso país, o abandono dos alunos do Bolsa Família chegou a ser metade da média regional. Para o ensino fundamental, o índice registrado foi inferior à média do país.

As famílias beneficiárias do Bolsa Família devem garantir, e esse é um pré-requisito, que suas crianças de seis a 15 anos estejam na escola com 85% de frequência, enquanto os estudantes de 16 a 17 anos precisam ter um frequência escolar da ordem de 75%.

O dados comprovam, deputada Angela Albino e srs. deputados, a eficácia do programa, que não apenas combate a pobreza, mas promove direitos, e isso é o mais importante. Todas as políticas do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff têm o objetivo de promover a inclusão social.

Os resultados do Bolsa Família, programa que muitos ainda criticam por não entenderem a sua dimensão, são notáveis. Ele é fantástico porque não é uma esmola, é um programa de inclusão de pessoas, principalmente crianças, pois se quisermos ter um país melhor, temos que começar com a educação, e o Bolsa Família está registrando isto: que as crianças estão dentro da escola.

Ao garantir segurança alimentar, nutricional e promover o direito humano da alimentação, contribui também para melhorar o aprendizado de crianças e adolescentes, promovendo o direito à educação. E olhem que

essa é uma pesquisa feita não em nosso país, mas numa universidade da Inglaterra.

O governo acerta em estabelecer a manutenção dos filhos dos beneficiários na escola como uma condicionante para o recebimento do benefício. Isso é fundamental, porque o programa, além de combater a fome e a miséria, é um grande mecanismo de promoção ao acesso à educação. Todos sabem que a educação é o instrumento mais eficaz para viabilizar a emancipação social e política dessas famílias.

Em todo o Brasil, o Bolsa Família atende cerca de 13,7 milhões de famílias, sendo que 93,2% dos cartões estão em nome de mulheres. São elas que recebem e distribuem a renda familiar para evitar, inclusive, transtornos, porque sabemos que as mães cuidam mais dos seus filhos. Aliás, outra ação revolucionária do Bolsa Família se dá no empoderamento das mulheres. O Brasil começa a entender o poder social e transformador do programa, que promove o empoderamento das mulheres.

Estamos vencendo, graças a Deus, o preconceito de que o Bolsa Família é esmola, porque ele é, de fato, um instrumento poderoso de inclusão social, para que todas as pessoas carentes possam ser incluídas num programa nutricional, de empoderamento das mulheres e de avanço educacional.

Pesquisas científicas atestam isso. E cito agora pesquisa feita no Brasil, mais especificamente na Universidade de Campinas e na UFSC, pelos professores Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, da Universidade de Campinas e da Universidade Federal de Santa Catarina, publicada no livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*.

Durante a pesquisa os professores ouviram beneficiários do Bolsa Família, observando as transformações decorrentes do programa especialmente na vida das mulheres e chegaram à conclusão de que a mudança é grande. Quando você tem um patamar de igualdade mínimo, você muda a sociedade. Claro que as coisas não são automáticas. Isso não pode ser posto como a salvação da nação, mas é um começo, afirmaram.

O livro retrata a transformação das mulheres, a construção de sonhos, o cuidado com as crianças e a libertação do machismo, que é secular.

O presidente Lula, como nordestino retirante, sabia o que estava fazendo quando criou o Bolsa Família. Ele sofreu na pele isso, ele foi discriminado. E nós, que vivemos realidade social melhor, precisamos, no mínimo, de um olhar solidário às pessoas que mais precisam. Todos falam em solidariedade, em mudanças, mas por que ainda criticam o Bolsa Família que é um programa que emancipa, que inclui crianças, adolescentes e famílias?

O grande desafio da nossa presidenta Dilma Rousseff agora é eliminar a miséria no país. E para isso todos estão convocados. Srs. parlamentares e sra. deputada, precisamos do envolvimento e do compromisso social dos governos estaduais e dos governos municipais para erradicar a pobreza e a miséria.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente quero saudar o senador Aécio Neves, que ontem, em Brasília, juntamente com a bancada do PSDB, instalou o site Portal Social, que é uma porta aberta para todos os brasileiros, jovens, crianças, adultos, participarem dando sugestões do que deve ser incluído no programa do candidato a presidente nas eleições de 2014.

Quero cumprimentar também o senador Paulo Bauer, que todas as semanas tem feito caminhadas por regiões diferentes do estado, motivando o PSDB, pois o partido tem uma militância grande, tem uma intenção de voto muito grande em todo o estado, tanto é que nas últimas eleições presidenciais foi quem apresentou o melhor resultado, sinal de que existe fé nos programas apresentados pelo PSDB, que naturalmente vem multiplicando suas lideranças em Santa Catarina.

O senador Paulo Bauer, que já passou pela região de Blumenau, pelo alto vale, pela região serrana, muito provavelmente passará por Brusque, inclusive para ter contato com o PSDB e para fazer uma visita especial ao Clube Atlético Carlos Renau, que no dia 14 de setembro promoverá sua festa de centenário. Trata-se do primeiro time esportivo de Santa Catarina a completar 100 anos, ou seja, é o vovô do esporte catarinense.

Certamente muitas lideranças estarão participando desse evento no dia 14 e o senador Paulo Bauer, que tem sido persistente e vem caminhando pelo estado afora motivando as executivas do PSDB a somarem-se a um projeto no sentido de buscar novas alternativas para o estado e o país, far-se-á presente.

Quero ainda saudar o presidente do PSDB de São João Batista, sr. Francisco Soares, que ontem promoveu um belo encontro para organização do partido, buscando lideranças, encaminhando filiações, a fim de que no próximo ano tenhamos um time que traduza os anseios e as demandas do vale do rio Tijucas, principalmente de São João Batista.

Quero saudar o professor Marcelo Miranda, de educação física, que juntamente com este deputado tem sonhado um pouco sobre o FIA - Fundo para Infância e Adolescência. Na verdade, com essa alternativa, a sociedade utiliza parte dos recursos do imposto de renda, 6% do imposto devido pelas pessoas físicas e 1% sobre o lucro real das empresas - para financiar projetos destinados a promover socialmente crianças e adolescentes.

Se conseguíssemos mobilizar a sociedade catarinense a doar para o FIA, viabilizaríamos a arrecadação de recursos da ordem de R\$ 70 milhões. Mas, infelizmente, ao verificarmos o que o FIA conseguiu arrecadar em 2012, vemos que o total não chegou a R\$ 4 milhões. Criciúma, por exemplo, que tem grande capacidade de arrecadação, não passou de R\$ 280 mil. Blumenau, Chapecó, Joinville e Lages dificilmente chegaram a R\$ 400 mil.

Por conta desse desânimo geral, o Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - publicou uma resolução permitindo os chamados projetos cancelados, que são aqueles em que a entidade elabora uma proposta, seja na área do esporte, da cultura, da música, e as universidades, os clubes, as igrejas, as associações cancelam-na.

Naturalmente, tem que ser coerente, tem que estar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse caso é apresentado ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e, se aprovado, estará apto a captar o recurso.

Então, com a alternativa dos projetos cancelados, mais professores...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme determina o art. 206 Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0088/2013, 0093/2013, 0127/2013, 0163/2013, 0170/2011 e 0363/2012.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0369/2012, 0377/2013, 0399/2013, 0400/2013, 0409/2013, 0414/2013, 0431/2013, 0432/2013, 0437/2013, 0440/2013, 0447/2013, 0498/2013, 0500/2013, 0504/2013, 0507/2013, 0508/2013, 0514/2013, 0516/2013, 0519/2013, 0522/2013 e 0528/2013.

Já a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0489/2013, 0627/2013 e 0643/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0566/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Igualmente, esta Presidência comunica que deferiu o Requerimento n. 0962/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0092/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidenta da República, aos ministros da Ciência e Tecnologia e das Relações Internacionais, aos senadores e deputados federais de Santa Catarina, manifestando apoio à indicação do pesquisador Clóvis Ricardo Montenegro de Lima à direção do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio

Alesc Digital, amigos que nos visitam no dia de hoje, é com muita alegria que faço alguns registros importantes, como a luta sem limites pela BR-101. Nós conseguimos fazer com que o lote 26 seja entregue em dezembro, toda a obra de Araranguá a Sombrio, inclusive com os viadutos prontos.

Quanto aos lotes do Morro do Formigão, uma empresa saiu, outra assumiu e está tocando as obras em três turnos. Dessa forma, acredito que em dezembro de 2014 ou janeiro de 2015 serão entregues as obras do Morro do Formigão.

No terceiro trecho, que é o da ponte da Cabeçuda, também estão trabalhando em três turnos e já anteciparam o cronograma de trabalho. Acredito que em fevereiro ou até abril de 2015 a ponte esteja concluída e tenhamos aquele trecho praticamente pronto, a fim de dar tranquilidade e segurança aos usuários da BR-10 trecho sul.

Sr. presidente, para nossa alegria saiu, nesta semana, a licença ambiental para construção do túnel no Morro dos Cavalos. Lá havia, inicialmente, quatro casas de índios, mas agora já há mais ou menos uns 300. A obra deverá ser licitada dentro de dois ou três meses e, na verdade, está atrasada, mas pelo menos está tudo encaminhado.

Srs. deputados, com o término das obras da BR-101 sul não vão desaparecer os acidentes, mas vão diminuir muito. Portanto, muitas vidas serão salvas e a população e os usuários terão mais tranquilidade.

Queremos reconhecer desta tribuna o trabalho desenvolvido pelo diretor do DNIT, engenheiro João José, que de uma forma ou de outra vem dando sua contribuição para que a obra seja terminada o mais brevemente possível. Recentemente, as chuvas estragaram muito a pista de rolamento, mas assim que as águas baixaram, lá estava o DNIT tapando os buracos, arrumando a pista e procurando dar segurança aos motoristas.

Muitos desses trechos não ficaram como esperávamos, a obra não está com uma qualidade excelente, mas as empresas estão voltando e recuperando a pista onde há necessidade. Quer dizer, a obra não está abandonada.

E isso é muito importante, porque o movimento naquela rodovia vai aumentar, já que haverá um grande investimento no porto de Imbituba, que vai ser um dos grandes portos do estado, posto que o calado é excelente e não há risco de enchente.

Quanto ao aeroporto de Jaguaruna, parece que o primeiro voo já está agendado para o dia 12 de outubro, que é o dia da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Parece que a TAM é que vai fazer esse voo nesse que será um grande aeroporto e que muito ajudará o desenvolvimento do sul do estado.

Eu tenho dito sempre desta tribuna que o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101 serão o tripé do desenvolvimento de toda a região sul do nosso estado, que era tratada como uma região pobre, mas que tem um potencial muito grande.

Catarinenses, a empresa que ganhou a licitação da BR-285 já está preparando o projeto para iniciar a obra, que deverá estar concluída em dois anos. Essa rodovia ligará os municípios de Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Vacaria, Lagoa Vermelha, Bom Jesus, Passo Fundo, São Borja, Erechim e Carazinho. Vai ligar também Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile ao sul de

Santa Catarina. Assim, toda a produção de soja passará a ser escoada pelo porto de Imbituba, porque diminuirá o trajeto em 250 km em relação ao porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Além disso, queremos explorar o potencial turístico do sul do estado, sendo que a serra do Faxinal, aquela das pererecas famosas, também já recebeu sua licença ambiental, estando as obras em fase de licitação. Com isso vamos ligar Canela, Gramado e Caxias do Sul, num percurso com menos 200 km.

Temos o privilégio, porque Deus foi bondoso conosco, de levar, entre a serra e o mar, menos de uma hora. Poderemos estar na

praia, tomando banho de mar, até as 14h, e depois, em menos de uma hora, poderemos conhecer o potencial da serra.

Portanto, aquela região, que tem muito potencial, precisava de investimentos. Os oito parlamentares sulistas - 20% deste Parlamento - estão trabalhando na busca de uma solução e com um só objetivo: desenvolver a região sul do estado.

Por isso, estamos trabalhando na esperança de fazer com que aquela região gere emprego, renda e qualidade de vida ao seu povo, porque este é o grande objetivo pelo qual trabalhamos no dia a dia neste Parlamento: ação, trabalho, dedicação, responsabilidade e lealdade com o povo e com a região.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edson Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Srs. deputados e deputadas, a Presidência dá ciência a todos dos seguintes atos: (Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N. 033-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE licença ao Senhor Deputado Ismael dos Santos, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de setembro do corrente ano, para tratar de interesses particulares. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2013.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente”

“ATO DA MESA Nº 037-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão Ciro Marcial Roza, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Ismael dos Santos, para tratar de interesses particulares. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2013.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente”

Tendo em vista esses dois atos, dou por empossado o eminente deputado Ciro Roza. Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, catarinenses que acompanham nesta Casa a tramitação do projeto de lei que está na Casa e que é do interesse da Fetaesc.

Venho hoje falar sobre algo bastante complicado, deputados. Temos, em Joinville, o Hospital Municipal São José, e o deputado Antônio Aguiar conhece bem, que é um centro de referência na área da ortopedia. Todos os pacientes da região que precisam do setor de ortopedia têm o Hospital São José como referência. Como o município está em gestão plena e como o referido hospital é referência regional em ortopedia, ele acaba recebendo mais recursos do ministério da Saúde.

O sr. Roberto Lepper, juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Joinville, atendendo a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, deu o prazo para que até o dia 15 de agosto a prefeitura dê uma solução definitiva para a demanda na especialidade de ortopedia.

Eu aprendi que decisão de juiz não se contesta ou se comenta, cumpre-se. Pois bem, até hoje, 10 de setembro, o secretário da Saúde, dr. Armando Dias Pereira Júnior, sequer respondeu ao juiz, num flagrante desrespeito e descumprimento de uma ordem judicial, de uma decisão judicial, na qual o Judiciário determina que em determinado prazo a secretaria municipal de Saúde apresente um plano para conseguir zerar as filas no setor de traumatologia, até porque o Hospital Municipal São José é referência regional na área.

Trata-se, repito, de um silêncio macabro do secretário de Saúde do município de Joinville.

Além disso, agora a prefeitura vem fazendo como fez a presidente Dilma Rousseff, ou seja, ensaios para tirar a atenção da imprensa, sair um pouco do foco, e diante de manifestações fala como a presidente Dilma

falou em reforma da Constituição. A presidente, quando começaram as manifestações de rua fez o quê? Começou a falar em reforma política para arrefecer o calor das ruas; depois passou a sugerir a realização de um plebiscito.

Pois o governo de Udo Döhler está no mesmo caminho, tentando criar alguns artifícios para desviar a atenção do foco principal, do real problema. O real problema é que Udo Döhler dizia, quando candidato, que de hospital ele entendia, pois há mais de 40 anos tocava o Hospital Dona Helena e que em poucos meses o Hospital Municipal São José estaria uma beleza.

Mas a realidade, sr. presidente, é completamente diferente. E digo isso porque na semana passada 14 ortopedistas pediram demissão dos cargos. O prefeito disse que estavam pedindo demissão porque não queriam bater o ponto eletrônico. Foi aí que começou a ser revelada a farsa da prefeitura de Joinville sobre esse episódio, porque a Sociedade Joinvilense de Medicina e a Associação dos Ortopedistas reuniram a imprensa e com documentos provaram que a verdadeira demissão deles nada a ver tinha com o ponto eletrônico. Inclusive, um dos médicos que pediu demissão foi o dr. Marco Antônio Schueder, que durante a coletiva fez alguns relatos impressionantes.

Vou colocar as suas palavras: “Eu faço plantão toda segunda à noite no pronto socorro do hospital de São José e um final de semana a cada dois meses. Fico 48 horas dentro do hospital. No meu último plantão, que foi nos dias 10 e 11 de agosto, estava com três pacientes com fraturas expostas no centro cirúrgico, um deles com fratura grave no fêmur, que precisava de um cirurgião vascular e havia um sobreaviso. Eu liguei para solicitar o cirurgião e descobri que não havia nenhum porque havia questões judiciais com o hospital. Também não havia fio de sutura para fechar os pacientes. O anestesista estava sem adrenalina, uma substância que prolonga o efeito da anestesia, e o hospital não tinha sequer dipirona.”

E disse mais: “Não tem nada a ver com o ponto eletrônico! Podem checar os meus registros, os horários de entrada e saída. Os problemas são as condições técnicas. Trabalho há 21 anos no hospital e nesse tempo todo as

salas do centro cirúrgico continuam sendo apenas cinco. Há apenas um aparelho de eletrocardiograma para o hospital inteiro. Somente um aparelho de raios X para os cinco centros cirúrgicos. Dentro do hospital não falta comprometimento dos médicos, porque se não houvesse isso, o hospital já teria fechado as suas portas, o que faltam são recursos."

O presidente da Sociedade Joinvilense de Medicina apresentou uma série de documentos que os médicos já haviam encaminhado há muito tempo para a administração pública relatando a falta de condições mínimas de trabalho no Hospital Municipal São José, que é referência no setor de traumatologia, mas nada foi feito.

Aí fica a seguinte pergunta: prefeito Udo, onde está a sua experiência em gestão hospitalar? Em nove meses se forma uma vida, mas a gestão do hospital ainda não aconteceu. As filias continuam e agora está pior ainda, porque os médicos estão pedindo demissão, porque não têm mais condições de trabalho.

Enquanto isso, a prefeitura fica querendo criar um circo para desviar o foco das atenções do verdadeiro problema, dizendo que os médicos estão pedindo demissão porque não querem bater o ponto.

Eu vou continuar cobrando desta tribuna, porque este é o meu papel! Cobrar ações, sim, do município. E não me venham dizer que o Hospital Municipal São José está nessa situação porque o governo do estado não está ajudando, porque o governo do estado está ajudando, sim! No último ano liberou R\$ 14 milhões. O que falta é gestão! Ou melhor, como dizia o candidato Udo Döhler na campanha, "geston"! Pois bem, a tal "geston" não está funcionando no Hospital Municipal São José e o povo continua sofrendo.

Reitero o que já disse, trata-se da armação de um circo para desviar a atenção da mídia e não atender à ordem judicial. Parem de fazer toda essa palhaçada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham nesta sessão ou pela TVAL.

Quero falar, srs. deputados, na tarde de hoje, acerca de um assunto que tem-me angustiado no mínimo há alguns meses e sobre o qual tenho guardado um silêncio que, inclusive, tem feito mal à minha saúde. Trata-se da relação com o PDT.

No dia 11 de abril deste ano, recebi aqui, ao lado deste plenário, uma citação do diretório estadual do PDT, mais precisamente de um conselho de ética que o PDT instaurou para apurar, para averiguar, para investigar ou para se posicionar a respeito da atuação deste parlamentar como militante do partido. Comissão de ética que, a nosso ver e segundo a leitura do estatuto do PDT, é ilegítima, porque o estatuto diz que a comissão de ética precisa ser eleita em convenção do partido, para que, quando resolver avaliar um caso específico, ela tenha legitimidade para fazê-lo, uma vez que seus integrantes foram eleitos para aquela tarefa. E não um conselho de ética existente no partido de forma permanente para avaliar qualquer conduta irregular dos militantes.

Aliás, dentro do PDT, uma comissão ou conselho de ética permanente com certeza teria bastante trabalho, haja vista, inclusive, as últimas notícias em rede nacional, que dão conta de que no próprio ministério do Trabalho a Polícia Federal estaria fazendo incursões que têm provocado bastante dificuldade em termos de acondicionamento em viaturas.

Então, não é um conselho de ética permanente que deve avaliar toda e qualquer situação, é uma comissão de ética montada para averiguar a atitude de um deputado num momento específico.

Outro fato curioso, a reunião do diretório estadual do PDT que decidiu criar essa comissão de ética tinha outros pontos de pauta, especialmente mais um, que era a participação do PDT de Santa Catarina no governo de Raimundo Colombo. Será que há alguma coincidência entre o PDT precisar livrar-se do seu único deputado estadual no estado para ter condições de debater com o governador Raimundo Colombo uma participação no seu governo? Quicá ganhar uma secretaria?

Repito, inclusive para que a Justiça Eleitoral ouça: a reunião do PDT que decidiu criar a comissão de ética para avaliar a conduta deste parlamentar é a mesma que decidiu que o PDT tem vontade de participar do governo de Raimundo Colombo. Assim, por este deputado ter uma posição intransigente, sim, em defesa dos interesses classe trabalhadora do estado de Santa Catarina, por este parlamentar ser um militante das causas populares há décadas, de repente não possa ficar no partido, uma vez que ele quer ganhar uma vaga, alguma boquinha no governo de Raimundo Colombo. Não é a toa que discutiram na mesma reunião as duas coisas.

Os termos da representação feita por alguns militantes do PDT ao diretório estadual são ofensivos à dignidade, à honra e à integridade deste militante. Alegar que este deputado só pensa em si, só pode ser entendido como verdadeiro por alguém absolutamente alheio à política e à sociedade catarinense. Temos feito muito, dedicado muito da nossa vida justamente às causas coletivas e mais amplas da base da sociedade; temos batalhado diuturnamente no âmbito das questões ambientais e de mobilidade urbana. E isso qualquer um dos 39 deputados que comigo compõem esta Casa pode confirmar, mesmo não concordando com os meus pontos de vista.

Quando falo do PDT, quero referir-me especialmente à sua direção estadual, porque há muitos companheiros que me expressam sua solidariedade e atestam a minha grande dedicação aos princípios brizolistas, aos princípios socialistas, aos princípios trabalhistas. Muitos deles já foram chutados do PDT, mas muitos ainda estão lá dentro, infelizmente numa situação parecida com a qual me encontro.

Quando falo do PDT, refiro-me àquele partido que participou do governo de Luiz Henrique numa secretaria de estado e que menos de um mês depois de deixá-lo já estava casado, integrado, apaixonado pela candidatura de Angela Amin ao governo do estado, indicando o vice-governador da chapa.

Refiro-me àquele PDT que foi de Luiz Henrique a Angela Amin e voltou para Dário Berger e os seus e que agora quer participar do governo Raimundo Colombo. E como este deputado não vai mudar a sua conduta - evidentemente eles já têm muitas provas disto desde 2007, desde o primeiro dia de mandato

nesta Assembleia Legislativa -, é preciso que eles busquem livrar-se dele, já que atrapalha as suas negociações, os seus acordos espúrios, a sua tentativa de viver nessa conduta lastimável de acender uma vela para cada santo, dependendo da conjuntura, para garantir espaço em todos os governos possíveis, nos quais possam nomear os seus.

Com essa conduta este militante, mesmo antes de ser parlamentar pelo PDT, não concorda, nunca coadunou e jamais concordará! Não adianta mandar recado, como o fez certo dirigente do PDT, há dois anos, pelos jornais lá do sul do estado, para que este deputado saia do partido.

Nós queremos discutir abertamente. Nós queremos que as verdades sejam ditas de público. Não me envergonho, pelo contrário, orgulho-me de cada conduta e de cada posição. Nas que errei, fiz autocrítica desta tribuna. Eu disse que votei, não disse que fiz campanha, eu disse que votei no PSOL na eleição de 2012. Peguem dentro do PDT esses mesmos tais dirigentes, qual foi o que já não se vendeu para os partidos do poder, para as candidaturas cheias de dinheiro daqui e acolá!

Eu opto, eu saio e digo que votei e que estou aliado com a esquerda. Eu digo que a minha posição é e sempre será pela esquerda. Por que não me chamaram para me perguntar se eu concordava em estar acasalado com Dário Berger na capital e com Djalma Berger em São José, que é a cidade onde moro? Não me chamaram e não me perguntaram. Aliás, não me chamaram e não me perguntaram porque já sabiam a minha resposta! E aí me deixaram isolado no debate, na política...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, catarinenses que nos ouvem, é com satisfação que estamos aqui hoje para falar da área da saúde em nosso estado.

Mas antes, gostaria de comentar o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes com relação a Joinville, município tem lutado para conseguir melhorar o seu desenvolvimento, especialmente na gestão do prefeito Udo Döhler. Sou testemunha do trabalho que o prefeito realiza, do seu empenho, da sua dedicação em melhorar não só a área da saúde, mas desenvolver a cidade em todos os aspectos.

Vir à tribuna para criticar a saúde é um direito que cabe ao deputado Kennedy Nunes, assim como a todos os deputados, mas eu também tenho o direito de defender o trabalho que está sendo feito na área da saúde na cidade de Joinville. O dr. Schueda disse claramente que faltam recursos, e se falta dinheiro para ser aplicado na área da saúde, o primeiro grande culpado é o governo federal, depois o governo estadual e por último o governo municipal.

Quanto o governo federal investe na área da saúde? Investe 3%, 4%? Nós queremos que o governo federal invista pelo menos os 12% que o governo estadual investe ou até os 15% que a maioria dos municípios de Santa Catarina aplica na saúde. É disso que precisamos!

O dr. Schueda está coberto de razão. Faltam recursos para serem investidos na área da saúde. Também gostaria de defender o secretário de Saúde de Joinville, o dr. Armando, médico competente que está exercendo a sua função com muito afinco e responsabilidade.

Sr. presidente e srs. deputados, quarta-feira passada, juntamente com o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, fomos buscar soluções para o estado de Santa Catarina na área da saúde junto ao Into - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia -, que é um dos mais competentes que temos no Brasil. Nós estivemos visitando a área da farmácia, como funcionam as próteses e como são realizadas as cirurgias, como funciona a UTI - Unidade de Tratamento Intensivo -, que possui aparelhos de alta tecnologia e é uma unidade moderna que atende com qualidade aos seus pacientes.

Este ano, no Rio de Janeiro, mais de três mil cirurgias ortopédicas já foram realizadas, existindo uma projeção de que mais de quatro mil serão realizadas ainda este ano. Isso significa o quê? Atendimento à nossa população e atendimento de alto padrão, atendimento humanizado, com alta capacidade técnica, feito com competência e, acima de tudo, gratuito.

Esse é o trabalho que o Into do Rio de Janeiro realiza. E fomos lá ver como funciona para fazer funcionar igualmente no estado de Santa Catarina. Estávamos com o governador em exercício, que é médico, o dr. Eduardo Pinho Moreira, que muito sabiamente soube conduzir essa grande audiência para a viabilização da vinda do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad para Santa Catarina.

Queremos ainda ressaltar desta tribuna que esta semana realizamos, em Canoinhas, a comemoração dos 101 anos de emancipação política do município. São 101 anos de trabalho e dedicação, sendo que na bandeira de Canoinhas está escrito *Catharinensis Semper*, porque nós, em Canoinhas, escolhemos ser catarinenses, como poderíamos ter escolhido ser paranaenses na época da Guerra do Contestado. Aliás, a Guerra do Contestado foi o maior conflito no Brasil e nele morreram mais de cinco mil jagunços e soldados. A Polícia Militar também esteve presente e sofreu muitas baixas.

Então, foi uma guerra que ficou marcada, sendo que todos os municípios que foram palco da Guerra do Contestado têm a sua história. E essa história também está relacionada com a ferrovia. Hoje estamos incluídos na Valec para fazer com que a avaliação feita por ela seja também feita pelo caminho do Contestado. Esse caminho já tem o leito da rede ferroviária federal, hoje cedido à ALL. Esse caminho não precisa de licença ambiental. Vamos regularizá-lo e fazer o transporte de grãos, atingindo as cidades de Caçador, Canoinhas, Porto União, Mafra e, finalmente, chegando ao porto de São Francisco do Sul, sem falar em Jaraguá do Sul e Joinville.

Então, temos esse importante trajeto e essa importante avaliação que está sendo feita. Nós, em Santa Catarina, estamos com pensamentos diferentes porque a ferrovia de Chapecó até Itajaí não contempla o fator mínimo, que são 500km de rede ferroviária federal viáveis para ser uma ferrovia que seja viável futuramente. Ora, temos Blumenau, a 60km do porto de Itajaí, e também não precisa

de ferrovia. O município de Blumenau consegue levar os seus produtos até o porto de Itajaí.

Por isso defendemos, sim, essa avaliação que feita pela Valec e acreditamos nela para que a ferrovia realmente aconteça em nível de ferrovia do Contestado.

Quero dizer ainda que na quinta-feira, ainda em Canoinhas, acontecerá um fato importante, pois o nosso governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, receberá o título de Cidadão Canoinhense pelas obras que lá realizou, pela atenção que dá ao planalto norte.

Parabéns, dr. Eduardo Pinho Moreira, v. exa. é um vitorioso também como presidente do nosso partido!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Fruto de um entendimento entre o PP e o PSDB, hoje, terça-feira, os primeiros minutos serão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Em primeiro lugar, quero saudar o presidente da comissão da CCJ, deputado Mauro de Nadal, que tem dado agilidade, que tem estimulado todos os parlamentares daquela comissão para que cada um cumpra a sua tarefa no encaminhamento de todos os projetos que já aportam. Assim, todas as terças-feiras, sr. presidente, analisamos e votamos diversos projetos, alguns de origem governamental, a maior parte, e outros de origem parlamentar. Muitos são aprovados, outros, rejeitados, outros, ainda, baixam em diligência.

Hoje, pela manhã, a comissão aprovou o projeto de lei oriundo do Executivo que pretende pedir um empréstimo R\$ 2 bilhões para completar o Pacto por Santa Catarina, projeto que visa atender a uma demanda que a sociedade catarinense tem.

As estradas estaduais têm mais de 20 anos e precisam de revitalização. As quase 1.200 escolas estaduais também necessitam de reformas. É verdade que muitas delas estão em obras, mas o governador Raimundo Colombo pretende que todas sejam reformadas. O sistema prisional precisa de vários investimentos e na área da infância e da adolescência estão sendo construídos Cases - Centros de Atendimento Socioeducativo - em Chapecó, Joinville, Criciúma e Florianópolis.

As iniciativas existem em todas as áreas e é evidente que isso demanda um volume razoável de recursos. Para obtê-los ou se pede emprestado junto aos órgãos oficiais, como o BNDES, ou se usa o que está contido no Orçamento do estado.

Pois bem, no momento em que se decide buscar dinheiro emprestado para fazer investimentos, é preciso pensar na melhor alternativa. Se olharmos a arrecadação do estado, os compromissos que o estado tem com os poderes, com a folha de pagamento, com a saúde, a educação etc., praticamente não sobra nada ou muito perto disso. Logo, não vão sobrar nunca R\$ 500 bilhões para fazer os investimentos necessários. Talvez se conseguisse apenas 10% disso. Assim, a alternativa que se tem é andar naquele passo

fisiológico, vegetativo, de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão ao ano, investir um pouquinho nas escolas, na saúde, na segurança ou então alguém fazer um grande planejamento, dar um peitão e fazer um grande conjunto de investimentos.

E foi essa a alternativa a que o governador recorreu. Para tanto teremos de R\$ 9 bilhões a R\$ 11 bilhões a serem investidos em diversas áreas. Os juros pagos pelo empréstimo serão baixos, e mesmo pagando todos os anos um pouquinho, após 25 anos acabaremos pagando o valor real e mais outro tanto. Só que temos um grande conforto, sr. presidente, pois quando pagamos juros para um banco privado, como Bradesco, Itaú e outros, sabemos que esses juros vão deixar alguém mais rico, mas quando é o BNDES quem os recebe, sabemos que o dinheiro será reinvestido no desenvolvimento do país.

Além disso, o outro conforto que temos é que vamos pagar em 25 anos, mas a obra teremos agora. Nós vamos pagar o asfalto em 25 anos, mas passaremos em cima dele agora. A escola, vamos demorar 25 anos para pagar, mas teremos a escola agora. Assim serão também os hospitais, os presídios etc.

Atualmente o governo federal tem muitos recursos advindos da arrecadação de impostos, principalmente o imposto de renda, as contribuições e o IPI, e advindos também cobrança dos juros desses empréstimos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero agradecer a presença de inúmeras lideranças do cooperativismo e das entidades da agricultura, como a Fetaesc, a Fetraf/Sul, a Unicaf.

Nossas boas-vindas a todos!

Também quero, sr. presidente, mais uma vez fazer uma reclamação acerca de ocorrerem no mesmo horário a sessão ordinária e uma audiência pública, impossibilitando os deputados de participarem dos dois eventos. Inúmeras são as vezes em que temos sessão e audiência pública ao mesmo tempo. Por exemplo, na audiência pública está sendo discutido o problema da Udesc em Palmitos e neste plenário os projetos logo, logo serão analisados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A observação do deputado Dirceu Dresch procede e vamos levá-la à Mesa Diretora para providências.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha, principalmente as pessoas ligadas à agricultura de Santa Catarina, que vieram defender o projeto de lei que tramita nesta Casa e que trata das cooperativas.

Na comissão de Finanças e Orçamento tive a honra de ser o relator desse projeto e aprovamos um encaminhamento no sentido de permitir que todas as cooperativas sejam beneficiadas dentro do ambiente de liberdade que rege o setor. O sistema cooperativo é uma das maiores formas de organização da produção e que precisamos apoiá-lo e incentivá-lo.

Não poderia deixar de repercutir agora uma decisão muito importante para o país, para o presente e o futuro. Trata-se da sanção, pela presidente Dilma Rousseff, do projeto que destina os *royalties* do petróleo para a saúde e para a educação. Inúmeras vezes vimos a esta tribuna debater alternativas para que se pudesse garantir um melhor financiamento para essas duas áreas cruciais para um país. Inúmeras vezes debatemos que há problemas de gestão, mas também de falta de recursos. Assim, o grande desafio é encontrar fontes de recursos para melhorar a saúde e a educação no país, e uma delas foi confirmada ontem, com a sanção da presidente Dilma Rousseff a esse projeto importante que tramitou na Câmara Federal e no Senado.

Pelo projeto de lei sancionado, 75% dos recursos serão destinados à educação e 25% à saúde. Essa é a destinação dos recursos dos contratos com declaração de comercialização a partir de 3 de dezembro de 2012. Além disso, há o fundo social, dos quais 50% serão destinados também à educação e à saúde. Para se ter uma ideia, em 2013 isso representará um recurso extra de R\$ 770 milhões para as duas áreas citadas; em 2014 a previsão é de R\$ 1,810 bilhão; em 2015, R\$ 3 bilhões; em 2017, R\$ 8 bilhões, e em 2021, R\$ 21 bilhões.

O que se prevê é que no período de 2013 a 2022 R\$ 112,25 bilhões serão aplicados na saúde e na educação, fruto dos *royalties* do petróleo, o que será, sem dúvida nenhuma, um grande avanço para este país.

Às vezes as pessoas me perguntam o que é *royalties*. *Royalty* é uma palavra de origem inglesa e refere-se a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de um produto, de processo de produção, para permitir o seu uso e comercialização. No caso do petróleo, os *royalties* são cobrados das concessionárias que exploram a matéria-prima, de acordo com a quantidade.

Então, o poder público faz a concessão, as empresas exploram e pagam o chamado *royalty*, que, popularmente, é uma espécie de taxa que o poder público destina ao desenvolvimento do país. No caso que estamos tratando, os *royalties* serão destinados para a educação e para a saúde.

Eu acredito que aquilo que está-se fazendo vem ao encontro das grandes demandas da sociedade, inclusive aquelas expressas nas manifestações de rua. Nós defendemos, inclusive, que sejam feitas alterações na nossa Constituição Federal, a fim de alterar também os percentuais orçamentários que hoje são destinados a essas duas áreas.

É de minha autoria uma emenda constitucional que tramita nesta Casa e que modifica, em Santa Catarina, o percentual para a educação, que hoje é de 25%, e para a saúde, que é de 12%.

Nós sabemos que existem outras demandas, daí a importância quando surge um recurso novo, uma fonte nova de recurso, já que os recursos existentes não conseguem dar conta de todas as demandas.

Mas é importante, sr. presidente, lembrarmos de que governar é eleger prioridades e que se queremos um país desenvolvido, temos que pensar nessas áreas tão importantes e tão fundamentais como a saúde e a educação, nas quais ainda precisamos avançar muito.

Aplica-se no Brasil cerca de 6% do PIB em educação. O Plano Nacional da

Educação ora em debate no Senado Federal prevê que esse percentual chegue a 10% do PIB. Há ainda um grande debate no sentido de que os recursos destinados à saúde devem estar no mesmo patamar. Agora, para que isso aconteça, só se efetivamente se aplicar mais recursos e geri-los bem.

Por isso, acredito que o dia de ontem, com a sanção da presidente a esse projeto, foi de comemoração tanto para a geração atual, como para as futuras gerações, que herdarão uma educação e uma saúde muito melhor aparelhadas e geridas com mais competência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o primeiro registro que faço no dia de hoje é que tivemos um encontro da nossa bancada com o prefeito de Criciúma, Márcio Bürigo, que trouxe informações sobre a abertura da 25ª Festa das Etnias.

Quero ressaltar a importância, a relevância, dessa festa, porque se trata de uma forma de manter as tradições das culturas negra, italiana, polonesa, árabe, alemã, espanhola e portuguesa, através da gastronomia típica.

É muito importante para Criciúma e para a região a realização dessa festa, tanto porque ela atrai turistas e recursos, como preserva a cultura dos imigrantes que povoaram aquele município.

Sendo assim, parabéns ao município de Criciúma, parabéns ao prefeito Márcio Bürigo e equipe, parabéns aos vereadores e, em especial, à comunidade criciumense.

Sr. presidente, também quero registrar que o município de São Bento do Sul em breve vai comemorar os seus 140 anos. Por isso, neste último final de semana realizou a sua festa mais tradicional e conhecida, a Schlachtfest, por onde passaram mais 120 mil pessoas e que mantém as tradições dos nossos imigrantes alemães.

O terceiro registro que desejo fazer é a instalação, em São Bento do Sul, do Instituto Federal de Educação, muito importante não somente para aquele município, mas para as cidades de Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo. Agora, além de ter a Udesc, que vem fazendo um belíssimo trabalho, além do parque tecnológico que está sendo implantado, teremos o Instituto Federal de Educação, que vai oferecer cursos profissionalizantes, ensino médio, cursos de graduação e, futuramente, de pós-graduação.

Para se ter uma ideia, será construída uma área de cinco mil metros quadrados, num investimento de R\$ 12.456.013,07, cujo prazo para o término das obras é de 600 dias. Após a execução da obra serão investidos mais R\$ 5 milhões para a aquisição de equipamentos mobiliários, pois serão atendidos cerca de 1.400 alunos de toda a região.

Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer um reconhecimento, porque a instalação do Instituto Federal de Educação em São Bento do Sul iniciou em 2009, numa conversa que tive neste plenário com o deputado estadual na época, hoje deputado

federal, Pedro Uczai, que estava liderando a vinda dos Institutos Federais para Santa Catarina. Na oportunidade solicitei-lhe que incluísse São Bento do Sul na lista e ele, sem alarde, mas com muito trabalho, conseguiu que esse nosso pedido se concretizasse agora, em 2013.

Então, quero enaltecer o trabalho do deputado Pedro Uczai, agradecer o seu empenho, porque se trata de uma obra que vai propiciar mais desenvolvimento para o nosso município e para toda a região.

Quero destacar também que todas as nossas lideranças, todas as nossas entidades de classe, os sindicatos e, logicamente, o poder público municipal, tanto Legislativo como Executivo, não mediram esforços para que isso acontecesse. O prefeito anterior, o prefeito atual, a legislatura passada e a atual da Câmara de Vereadores foram incansáveis.

Então, sr. presidente e srs. deputados, em nome da nossa querida São Bento do Sul, que vai completar 140 anos no dia 23 de setembro, queremos agradecer a todos os que se esforçaram e apoiaram esse belíssimo projeto, que vai fazer com que aquele município e a região deem um salto em termos de educação, em termos de conhecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL.

Quero, inicialmente, saudar de forma especial os agricultores que se fazem presentes no Parlamento, pois encontrei alguns amigos de Joinville. Sejam bem-vindos. A agricultura sempre terá espaço e atenção especial do Parlamento catariense.

Deputado Padre Pedro Baldissera, confesso que já estava com saudade do plenário, porque eu estive licenciado dos trabalhos legislativos por dois meses, mas atendendo os municípios, realizando audiências com as secretarias de estado e procurando cumprir as tarefas de deputado estadual.

Sr. presidente, desejo abordar rapidamente dois assuntos. O primeiro talvez não tenha, deputado Neodi Saretta, a concordância de todos os colegas, mas acho que é na divergência que se cresce, que se evolui, que nos aperfeiçoamos.

Eu escrevi um artigo para o jornal *A Notícia*, deputado Romildo Titon, há poucos dias, com o seguinte título: "Não é justo o que acontece aqui". O que eu disse nesse artigo eu digo agora, deputado Nilson Gonçalves, não é justo o que acontece aqui.

Eu tenho uma tese, deputado Nilson Gonçalves, após as manifestações retumbantes e fortemente organizadas no Brasil: acho que o nosso país mudou. As manifestações passaram, mas o recado ficou. E qual é o recado? Prestem atenção, políticos catarinenses e brasileiros! O recado é que o Brasil precisa ter outra postura, precisamos buscar uma ética diferente, de comprometimento com a sociedade, de honestidade, de comportamento e retorno do poder público para a sociedade.

Contudo, seja através da imprensa, seja pessoalmente, muitas vezes ouço o seguinte: precisamos fazer a reforma das

reformas, que é a reforma política. Precisamos convocar um plebiscito, um *referendum*, para que a população diga quais são os pontos principais da reforma política.

Deputada Angela Albino, talvez v.exa. não concorde comigo, mas acho isso uma grande besteira. A reforma política, deputado Padre Pedro Baldissera, tem que ser feita, mas não é a reforma das reformas e não é a prioridade do momento para o Brasil, porque a reforma política vai mudar a nossa vida, a vida da classe política. Aliás, se tivermos financiamento público de campanha, vamos aumentar ainda mais o custo Brasil.

Acho que a reforma política é importante, mas não precisa ser feita agora. Não devemos concentrar todas as nossas forças, as nossas energias, deputado Silvío Dreveck, na reforma política. Temos que fazer, deputado Nilson Gonçalves, reformas que mudem a vida das pessoas e a reforma política não vai fazer isso, não vai ter impacto algum na vida do trabalhador brasileiro e de nenhum agricultor; se tiver, será um impacto negativo. Nós temos que fazer reformas que mudem a vida das pessoas, que melhorem a vida das pessoas. E quais são essas reformas, deputado Moacir Sopelsa?

Pois bem. Temos que mexer, e eu escrevi isso no artigo para o jornal *A Notícia*, no pacto federativo, porque daqui a pouco os prefeitos estarão devolvendo as chaves dos seus municípios não sei para quem, porque estão falidos, não conseguem mais tocar as suas administrações e atender às necessidades básicas das comunidades.

Ora, se na maior cidade, que é Joinville, o prefeito Udo Döhler, um prefeito competente, que está fazendo um bom trabalho, anuncia na imprensa que não tem dinheiro, que não tem arrecadação, imaginem na cidade de Faxinal dos Guedes, na cidade de Monte Castelo, em Barra do Sul e Araquari! Na verdade, os municípios brasileiros estão falidos porque estamos mandando todo o dinheiro para Brasília. Nós pagamos impostos, empresários, trabalhadores, todos nós. Daquilo tudo que é produzido no país, 40% são para os entes públicos. Isso é um absurdo! É a maior carga tributária do mundo.

No entanto, se o dinheiro ficasse nos municípios, nos estados, principalmente nos municípios, que é onde acontece a nossa vida, estaria tudo bem. Se tivéssemos saúde, educação e segurança de qualidade, tudo bem. Mas estamos mandando para Brasília aproximadamente 70% do bolo da arrecadação, deputado Silvío Dreveck, e o dinheiro não volta mais. Muitas vezes volta em forma de migalhas para as prefeituras e estados. Isso é um absurdo!

Nos países desenvolvidos é o inverso, deputado Nilson Gonçalves, a maior fatia do bolo fica para os municípios, inclusive, nesses países a segurança pública é responsabilidade dos municípios. Por quê? Porque quando a gestão é feita pelo município, funciona melhor, com mais racionalidade e eficiência, porque você pode ir reclamar na Câmara de Vereadores, você encontra com o prefeito na esquina da sua cidade, você sabe o endereço do prefeito. Em Brasília o povo não sabe nem o endereço. O povo não conhece e não consegue cobrar e influenciar no dia a dia da nossa capital federal.

Então, tenho dito que a reforma política é necessária, mas não é a prioridade das prioridades. Temos o pacto federativo, temos a reforma tributária e temos a reforma

do Judiciário, que é um poder muito lento. Não é justo e racional que um processo tramite durante dez, 15 ou 20 anos. Temos que mudar a nossa legislação para que os bandidos deste país sejam efetivamente presos e fiquem na cadeia, porque neste país pouca gente vai para a cadeia - normalmente os pobres e negros.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado, de fato não concordo com várias coisas que v.exa. falou, mas reconheço em v.exa. um adversário leal e às vezes até conflúimos em opinião.

Nesse sentido, quero registrar, na presença dos trabalhadores da Fetaesc, que foi de v.exa., no âmbito da comissão de Finanças, o empenho para que não se aprovasse exclusividade de filiação àquelas cooperativas, e que convenceu o meu voto, inclusive.

Portanto, quero dizer, de público, a par das nossas divergências que muitas vezes acontecem, que v.exa. foi uma das pessoas, juntamente com outros parlamentares, que lutaram para que aquela exclusividade prevista não prevalecesse e hoje pudéssemos votar pela liberdade de associação.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

V.Exa. me lembrou desse assunto e quero aqui fazer dois registros. Temos algumas divergências, mas temos muitas convergências e temos dado a nossa contribuição.

Em primeiro lugar, quero reconhecer, deputado Moacir Sopelsa, que v.exa. é o grande baluarte, o grande defensor e o grande articulador do cooperativismo de Santa Catarina. E o cooperativismo é uma alavanca adicional na nossa economia. Há estudiosos que até afirmam que o cooperativismo é a terceira via em termos econômicos. Temos o capitalismo, o socialismo e o cooperativismo. Eu acho que é a via principal em todas as áreas de produção, de trabalho e financeira.

Enfim, a ideia do cooperativismo se consolidou no Brasil inteiro, depois de ter início no sul do Brasil. Em Santa Catarina é muito forte e v.exa., deputado Moacir Sopelsa, é o grande defensor, com o apoio de outros deputados, do cooperativismo do nosso estado.

A deputada Angela Albino foi gentil comigo, mas estivemos no evento e outros deputados pensam dessa forma. Entendemos que o projeto de lei deverá ser aprovado exatamente estendendo os benefícios a todas as cooperativas do estado de Santa Catarina, principalmente às pequenas, de economia familiar, porque não é justo que se faça uma lei e que não se dê o benefício àquelas que não são associadas à Ocesc, por exemplo, ou à OCB.

Então, essa é a minha tese. Respeito os pontos divergentes - a deputada Angela Albino também pensa assim. Mas um número imenso de deputados pensa dessa forma porque o Parlamento é concedente e o Parlamento jamais vai aprovar uma lei que exclua pequenas cooperativas do estado de Santa Catarina.

Portanto, vocês são bem-vindos e certamente vão sair hoje do Parlamento catarinense satisfeitos com a votação deste Plenário.

Parabéns a vocês, cooperativistas e agricultores!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Cumprimento o deputado Romildo Titon, que conduz esta sessão, os srs. deputados e deputadas, aqueles que acompanham esta sessão pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital.

Quero agradecer, deputado Darcy de Matos, as palavras de v.exa. e quero também deixar registrado que os 40 parlamentares desta Casa reconhecem a importância do cooperativismo no estado de Santa Catarina.

Quando nos pronunciamos por termos uma ligação mais forte com as cooperativas de produção, com as cooperativas agrícolas, é porque conhecemos a sua importância, deputado Silvío Dreveck, para o estado catarinense.

Por isso, podemos divergir de pensamentos, mas ninguém aqui deixa de reconhecer a importância que o cooperativismo tem para o nosso estado e para o nosso país. O cooperativismo é uma forma de organizar as pessoas. O cooperativismo é a forma de construir riqueza e de distribuí-la, deputado Nilson Gonçalves.

Por isso, nesta tarde, quero dar os meus cumprimentos e o meu abraço a cada um de vocês.

O que me traz à tribuna nesta tarde, deputado Needi Saretta, v.exa. que também é do meio-oeste de Santa Catarina, é falar sobre a criação da Frente Parlamentar da Suinocultura, cujo requerimento contou com a assinatura dos 40 deputados, o que mostra a importância e a grandeza que tem a suinocultura para o nosso estado.

Por isso, quero convidar os srs. parlamentares para, após o término da presente sessão, em torno das 17h, uma reunião com vistas à eleição presidente e do vice-presidente dessa frente, deputado Silvío Dreveck.

Anotei algumas coisas acerca da importância da suinocultura em nosso estado. Temos 6,2 milhões de cabeças de suínos no estado; temos 415 mil matrizes. Se fizermos uma conta rápida, deputado Padre Pedro Baldissera, veremos que a produtividade por matriz alojada dá mais de 22 leitões por porca/ano.

Nós já tivemos 60 mil produtores de suínos em Santa Catarina. Hoje temos pouco mais de nove mil produtores, os demais abandonaram a atividade ao longo dos últimos 20 anos. Mas a produção não diminuiu. O que a frente pode fazer para ajudar os produtores que ainda têm como atividade principal a suinocultura, é organizá-los para que possam alcançar seus direitos junto às agroindústrias, que hoje dominam cerca de 90% da produção do estado. É uma produção verticalizada e talvez apenas 10% da produção ainda estejam nas mãos dos produtores independentes.

Podemos também, através da frente parlamentar, deputado Dado Cherem, propiciar uma melhor estrutura na questão do transporte, da melhoria das rodovias, da criação de ferrovias, pois Santa Catarina é o maior produtor de suínos, o segundo maior produtor de aves e o quinto maior produtor de leite, deputado Sargento Amauri Soares.

Outra questão: como não somos autossuficientes na produção de milho e de soja, é preciso trabalhar para termos armazéns

que possam armazenar esses produtos. O governo federal os compraria, armazenaria através da Conab e quando houvesse necessidade colocaria à disposição dos produtores. A mesma coisa com o farelo de soja.

Não foi por vontade própria que tantos produtores deixaram a atividade. Dos 60 mil produtores, hoje temos menos de 10 mil. Por quê? Porque a atividade não propiciava o sustento dos nossos produtores.

Hoje, com aqueles que ainda conseguiram resistir, Santa Catarina abre mercados importantíssimos, como o mercado do Japão, o mercado da Rússia, o mercado dos Estados Unidos e da Europa.

Houve, sim, o trabalho técnico, o trabalho dos governos; houve trabalho e investimento do poder público, mas o trabalho maior, eu não tenho dúvida, deputado Padre Pedro Baldissera, foi dos nossos produtores. Foram eles que fizeram o dever de casa, foram eles que pagaram, com o seu sacrifício e com o seu trabalho, para que Santa Catarina pudesse ser este estado de excelência na questão da sanidade animal.

Por isso, após elegermos o presidente e o vice-presidente dessa frente, no dia de amanhã receberemos a Comissão Parlamentar da Suinocultura da Câmara dos Deputados, o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, o presidente da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, os nossos deputados estaduais, os técnicos e as representações dos nossos produtores.

Por isso deixo aqui mais uma vez um agradecimento aos 40 parlamentares que subscreveram o requerimento que propiciou a criação dessa frente parlamentar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, faço um registro especial aos trabalhadores da Fetaesc e quero dizer que também estamos juntos nessa posição de que a política deste Parlamento e do governo do estado precisa tratar de forma igual todos os setores cooperativados do estado.

Acerca do pronunciamento do deputado Moacir Sopelsa, sinto também a expectativa de que saia a ferrovia para que possa trazer da região centro-oeste as cargas de insumos, principalmente o milho, com menor preço e custo de transporte, além da possibilidade de armazenamento.

Às vezes desanimo pela demora, pela quantidade de vezes que essas políticas de realização de obras precisam ser contratadas, prometidas. Os governos passam e parece que essas obras, que são fundamentais, sempre demoram. É evidente que é preciso somar esforços e trabalhar na perspectiva de que se melhorem as condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores do estado, principalmente nesse caso da região oeste, que tem esse problema de pagar mais pelo milho, que faz o produto acabar valendo mais em função das rígidas regras do mercado.

Mas quero falar de um assunto que tem aparecido bastante nos meios de comunicação, que são os episódios de

espionagem do governo dos Estados Unidos ao governo brasileiro, especialmente (o que deu todo o bafafá) a espionagem dos telefonemas e dos e-mails da própria presidente da República do Brasil.

No final da última semana vimos o presidente Obama sentado ao lado da presidente Dilma na reunião do G20. Parecia o menino que foi flagrado espionando a fechadura do banheiro das meninas do colégio. Daí ele sai e fica com a cara do gato que lambeu a nata. Essa era a cara do presidente Obama. Mas cara de desfaçatez ele tem, e bastante, não é nem o ser humano, mas a pessoa do Obama. É todo um conjunto de política do governo dos Estados Unidos que não é novo. E ele não pediu desculpas ainda. Tudo me faz crer que não vai pedir desculpas, porque isso seria até cínico, hipócrita, pois vão continuar fazendo o mesmo. Essa é prática deles.

Fui procurar na internet outra questão que é ainda mais grave em termos de desrespeito à soberania nacional. Na última vez em que ele esteve no Brasil, estavam os dois presidentes, Obama e Dilma, em um prédio do Rio de Janeiro num ato, evidentemente. Num determinado momento ele saiu para uma salinha ao lado e dali determinou o bombardeio da Líbia.

Eu já fiz referência a esse episódio ocorrido no ano passado. Isso é importante porque parece que ninguém deu a atenção devida. Parece que o território brasileiro pode ser espaço para qualquer um vir a fazer, desculpa a minha expressão, a defecagem que quiser. Naquele dia, se governo brasileiro tivesse noção de soberania e de respeito nacional, deveria ter mandado o presidente Obama embora, para só voltarem aqui os governantes dos EUA quando aprendessem a ter bons modos.

E buscando essa informação na internet, vi que o discurso que o presidente Obama faria na Cinelândia foi cancelado após o alerta que os serviços de inteligência dos Estados Unidos receberam após monitoramento das redes sociais. Eu fui procurar uma coisa e achei outra, ou seja, a confirmação naquele episódio do Rio de Janeiro de que os espias norte-americanos resolveram cancelar o discurso do seu presidente na Cinelândia porque foram investigar as redes sociais no Brasil.

Então, evidentemente é preciso uma posição correta e digna do governo brasileiro contra esse atentado à soberania nacional. Mas é preciso que todos nós tomemos consciência de que eles estão fazendo isso há muitos anos e que, infelizmente, vão continuar. O Brasil tem sido muito benevolente com essa política externa dos Estados Unidos e isso precisa mudar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu um ofício destinado ao primeiro-secretário com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

“Senhor 1º Secretário

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do senhor Governador do Estado, em exercício, acima referenciada, pela qual solicita a retirada de pauta e posterior arquivamento do Projeto de Lei n. 0049/2013,

que Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e estabelece outras providências.

Atenciosamente,

(a) Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil” [sic]

Está retirado de pauta.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero registrar, como líder do PCdoB, o lamento de que o governador tenha assim procedido, porque legitimamente as comissões desta Casa analisaram o projeto, detectaram o erro que era a exclusividade a uma única entidade privada para poder ser considerado cooperativismo em Santa Catarina. Nós corrigimos esse erro aqui. O governo obrigava que as cooperativas estivessem vinculadas a uma entidade em especial e nós apenas flexibilizamos, ou seja, determinamos que elas pudessem ou não estar vinculadas a essa entidade.

Lamento, repito, como líder do PCdoB, que o governo tenha desrespeitado a decisão das comissões, desta Casa e enterrado esse projeto que tratava do cooperativismo, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero lamentar, em nome da nossa bancada, a retirada do projeto, porque acho que fizemos um grande esforço para valorizar o cooperativismo. O estado, na nossa avaliação, não pode enviar um projeto que exclua alguém, o estado tem que ser inclusivo, fortalecer os pequenos, os mais fracos, os que precisam da sua presença.

Eu faço parte da Frente Parlamentar do Cooperativismo e afirmo que o estado precisa de um projeto que fortaleça um setor econômico que cumpre uma função estratégica no desenvolvimento do estado, não apenas na área rural, mas também na área urbana.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sou líder do PSD, sou da base do governo e defensor, como tantos outros aqui, da gestão de Raimundo Colombo. Agora, ser governo não significa concordar com tudo o que o governo faz e orienta. Eu tenho o direito de discordar do governo, neste momento, neste episódio, porque o projeto tramitou, nós votamos nas comissões incluindo as pequenas cooperativas e agora o governo, na última hora, retira o projeto de pauta.

Portanto, deixo registrada a minha posição de contrariedade a essa posição do governo e espero que possamos retomar a discussão para, quem sabe, construirmos novamente esse projeto e aprová-lo neste Parlamento para beneficiar as pequenas cooperativas também.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero posicionar-me da mesma forma que os demais colegas que já falaram, especialmente o deputado Darci de Matos. Espero que ele, com essa posição, não entre na mesma lista em que estou, no meu caso lá no PDT.

Quero dizer ainda que o mínimo que esperamos é que o governo, de forma bastante rápida, reorganize-se e reescreva o projeto garantindo o direito a todas as entidades do sistema cooperativo catarinense o mesmo direito.

O debate foi feito, todos puderam posicionar-se e esperar. Foi um projeto muito debatido e quem emendou o projeto e votou nele esperava votá-lo na tarde de hoje.

Realmente, é um absurdo retirá-lo na undécima hora, depois que tantas pessoas se deslocaram de tão longe para vir assistir à votação neste plenário.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feitas as colocações dos srs. parlamentares, daremos seguimento à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0299/2013, de entidade social, encaminhando documentação para manutenção do título.

Devido à falta de quórum, estão prejudicadas as votações dos projetos de lei.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0567/2013 e 0570/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0568/2013 e 0569/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0571/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, e 0572/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0963/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0964/2013 e 0965/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0966/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0967/2013, 0968/2013, 0969/2013 e 0970/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0971/2013 e 0972/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0973/2013, 0974/2013 e 0975/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0976/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0978/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência informa ainda que submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0977/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem ao gerente da Oi, pedindo a instalação emergencial da rede de internet ASDL de 5 a 10 megas, no distrito de São Bento Baixo, no município de Nova Veneza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0093/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Onofre Santo Agostini, manifestando apoio à Proposta de Emenda Constitucional n. 0035/2011, que fixa em 14 anos a idade mínima para firmar contratos de trabalho, desde que regularmente matriculados e frequentando a escola.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino, para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o deputado Antônio Aguiar não está na Casa neste momento. Como considero o tema desta moção muito importante, porque trata justamente da redução da idade para o adolescente começar a trabalhar, fato que hoje é considerado trabalho infantil e que representou um avanço na legislação brasileira, solicito que v.exa. retire a matéria da pauta, para que possamos analisá-la com um quórum mais qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sem nenhum problema, deputada Angela Albino. A Presidência atende ao seu pedido, tendo em vista que o autor não se encontra em plenário.

Está retirada da pauta a Moção n. 0093/2013.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu gostaria de trazer presente, na tarde de hoje, um dos momentos extraordinários e importantíssimos que aconteceram neste último final de semana, no município de Fraiburgo, na comunidade de Taquaruçu, reconhecido como 'Terra Santa' pelo fato de lá haver acontecido o extermínio de muitas pessoas na chamada Guerra do Contestado, que na verdade não foi guerra, foi extermínio, porque ocorreu a matança de muitas pessoas pelo poder de força do próprio estado. Muitas pessoas, deputado Sargento Amauri Soares, foram assassinadas, houve um grande extermínio.

Em nome do desenvolvimento naquela região construiu-se uma ferrovia, que hoje, infelizmente, está abandonada. Pois foi em nome desse tal desenvolvimento que se tirou a vida de centenas e centenas de pessoas.

Mas voltando ao verdadeiro assunto da minha fala, foi naquela localidade que aconteceu a 5ª Semana Social Brasileira, na qual foi debatida a temática que envolve o bem viver no sentido de discutir que estado queremos, para que e para quem. Fizeram-se presentes muitas lideranças que fazem parte dos diferentes movimentos sociais, pastorais sociais. Foi um debate estratégico, quando se pensa no respeito ao cidadão, na inclusão através de diferentes políticas públicas construídas pelo estado.

Nesse sentido, a 5ª Semana Social Brasileira, se estendeu pelo país afora. A Caritas, que é uma das organizações que encabeça esse debate, juntamente com todas as lideranças que lá estavam presentes, apontou algumas ações que são fruto dos

diferentes debates e oficinas que aconteceram desde sexta-feira à noite até domingo ao meio-dia.

Eu gostaria, aproveitando este momento, de enumerar algumas dessas ações, já que não dá para fazer menção a todas.

6 - Reforçar a 5ª Semana Social Brasileira;

7 - Lutar por uma reforma política que contemple as propostas apresentadas pela plataforma de reforma política dos movimentos sociais;

8 - Fortalecer a participação social através de inúmeras formas, inclusive através dos conselhos como uma ferramenta importante da participação social das pessoas e dos movimentos.

9 - Aumentar a participação das mulheres nos espaços de formação, decisão e de poder dentro e fora da igreja.

10 - Contribuir no debate da construção do modelo de família, superando a lógica do modelo vertical;

11 - Sugerir um compartilhamento maior do poder entre os pais, mães, filhos e filhas;

12 - Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais, haja vista que hoje existe uma iniciativa muito grande nesse sentido;

13 - Resgatar o debate da reforma agrária no que tange ao limite das propriedades de terra. É um debate antigo, mas que precisa ser retomado com maior força dentro dos movimentos.

Para concluir, sr. presidente, quero dizer que o tema sugerido para a 6ª Semana Social Brasileira poderia ser a mídia a serviço de quem, porque cada um de nós tem direito à comunicação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL e da Rádio Alecs Digital, assomo à tribuna para discorrer sobre os eventos que ocorreram no dia de ontem, no sul do estado, com a visita do governador em exercício, Eduardo Pino Moreira, que percorreu vários municípios da nossa região levando alguns investimentos, alguns recursos.

Em Criciúma, sr. presidente, tivemos a oportunidade de visualizar as obras da via rápida por meio de um sobrevoo de helicóptero, ao qual a imprensa também teve acesso.

Trata-se de uma obra que liga o município de Criciúma à BR-101, que tem o seu custo estimado em aproximadamente R\$ 100 milhões e cuja empresa executora tem renome e com certeza vai dar musculatura e segurança jurídica aos investidores não só de Criciúma, mas de Içara e de todos aqueles municípios que se limita com a nossa cidade.

Também no dia de ontem visitamos o Asilo de São Vicente de Paula para o qual levamos recursos. Para o Bairro da Juventude foram levados investimentos na monta de R\$ 200 mil.

Foi feita a assinatura de vários convênios com as prefeituras de Criciúma, Içara, Rincão, Siderópolis, Urussanga e Morro da Fumaça.

No próximo dia 18, com a volta do governador Raimundo Colombo de sua viagem internacional, ele percorrerá todo o estado de Santa Catarina levando os recursos do Fundam - Fundo de Apoio aos Municípios -, fato jamais ocorrido na história política de Santa Catarina

por nenhum governo, porque se trata de um investimento da ordem de R\$ 10 bilhões.

Evidentemente que financiamento não é dinheiro a fundo perdido. Esse dinheiro a médio e longo prazo será pago pelo contribuinte catarinense, mas é um gesto nobre por parte do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que vão conceber, dos R\$ 10 bilhões, R\$ 530 milhões a fundo perdido para os municípios, sem necessidade de contrapartida.

Eu tenho dito sempre que o bom gestor é aquele que prima pelos valores, que aperfeiçoa os seus custos, que enxuga a máquina e que consegue dar musculatura e capacidade de investimento à administração. E esse foi o trabalho que o governo fez em Santa Catarina nesse espaço curto tempo, passando dois anos de vacas magras, como se diz na gíria, mas agora com perspectiva real de investimento. Os R\$ 10 bilhões o povo vai ter que pagar, mas se forem bem aplicados, bem fiscalizados, vão ter um efeito multiplicador.

Considero Santa Catarina, que tem apenas 1,1% do território nacional, um estado de grandes oportunidades, um estado pujante, com um povo determinado, um polo eminentemente exportador, agregador de valor, que tem mais de 4,5% do PIB, vários portos e que agora, com a duplicação do trecho sul da BR-101, propiciará um lastro muito maior de segurança aos investidores.

Vejo com muita expectativa o lançamento da pavimentação asfáltica da serra do

Corvo Branco, que integrara o litoral ao planalto, através de Urubici. Importante também a liberação, nos próximos dias, da ordem de serviço da BR-285, que ligará Timbé do Sul a São José dos Ausentes. Vital ainda a rodovia que liga Praia Grande a Cambará do Sul, integrando todas as serras do cenário catarinense com a BR-101 e, conseqüentemente, proporcionando o escoamento da produção do Rio Grande do Sul para os portos de Santa Catarina.

Espero que as ações empreendidas pelo governo do estado sirvam para dar um *start* no processo para a implantação da barragem do Rio Salto, lá em Timbé do Sul, na comunidade de Areia Branca, com recursos consignados no PAC, obra para a qual o estado já deu a sua contrapartida através do pagamento das desapropriações, mas que por problemas ambientais ainda não foi liberada.

Algumas condicionantes foram impostas pela Fatma e pelo Ministério Público Federal. Esperamos que esses quesitos sejam superados nos próximos dias e que possamos efetivamente dar início a uma obra que dará segurança quanto ao abastecimento de água à população, dará segurança à construção civil, à agricultura e, de maneira especial, à rizicultura e à rizipiscicultura, como um atrativo e uma forma de agregar renda na propriedade rural, além de desencadear um fluxo turístico importante.

Isso significa dizer que teremos a segurança não só do abastecimento de água à

população, à indústria e à agricultura, mas a segurança da regularização dos níveis de água em época de cheias, que já provocaram várias catástrofes, vários desastres naturais naquela região, inclusive com vítimas fatais.

Espero que esses investimentos promovam uma verdadeira integração não só das rodovias, mas da ferrovia transitorânea, da ferrovia do frango, a chamada ferroeste, e que essas duas possam integrar-se à malha ferroviária nacional, integrando os portos de Santa Catarina e futuramente o porto do Rio Grande e de Paranaguá.

Isso com certeza colocará Santa Catarina no eixo do mundo, porque a partir da interligação das rodovias com as ferrovias, portos e aeroportos, poder-se-á escoar a produção e dar condições de competitividade à indústria catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, no município de Lages, em comemoração ao centenário do artista plástico Malinverni Filho.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO SOLENE

REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 19H, NO SERRANO TÊNIS CLUBE, NO MUNICÍPIO DE LAGES, EM HOMENAGEM AO ARTISTA PLÁSTICO MALINVERNI FILHO, IN MEMORIAM, PELA PASSAGEM DO SEU CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas.

Excelentíssimo senhor secretário de Desenvolvimento Regional de Lages, Gabriel Ribeiro, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Lages, ex-deputado estadual, querido amigo Elizeu Mattos;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Arnaldo Moraes;

(Palmas)

O filho do homenageado desta noite, Jonas Malinverni, representando a família;

(Palmas)

Senhora Jonilda Marisa Vieira Wagner, presidente da Associação dos Amigos do Museu Malinverni Filho;

(Palmas)

Senhor Cláudio Rodrigues da Silveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Lages;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades! Senhoras e senhores.

A presente sessão solene em homenagem ao artista plástico Malinverni Filho, *in memoriam*, pela passagem do seu centenário de nascimento, foi convocada por este presidente e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo barítono, Bada Castro.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência registra e agradece a presença das seguintes autoridades:

Senhora Maria do Carmo Malinverni, esposa do homenageado desta noite;

Senhor Felipe Xafranski, diretor de Bens Patrimoniais da Fundação Cultural de Lages;

Senhor Maurício Neves de Jesus, superintendente da Fundação Cultural de Lages;

Excelentíssima senhora deputada federal Carmem Zanotto;

Excelentíssimo senhor Flávio Luiz Agustini, secretário de Turismo do município de Lages;

Aspirante Marlos Henrique Pereira, neste ato representando o comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, tenente-coronel Fonseca;

Senhor Rudimar Cifuentes, organizador da exposição itinerante sobre Malinverni Filho;

Senhor Juarez Mattos, diretor-geral da secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Lages;

Excelentíssimo senhor Ivan Carlos Bueno, vereador de Campo Belo do Sul;

Excelentíssimo senhor Cristiano Rodrigues, vereador de Campo Belo do Sul;

Excelentíssimo senhor Francisco Davi, vereador de Campo Belo do Sul;

Senhor Volnei Pereira, diretor da secretaria de Habitação de Lages;

Excelentíssimo senhor Jucelino Ribeiro Moraes, vereador do município de Rio Rufino;

Excelentíssimo senhor Luiz Carlos de Liz, vereador do município de Rio Rufino;

Senhor Marcelo Henrique Silva de Souza, assessor parlamentar, neste ato representando o vereador Juliano Polese, de Lages;

Senhora Roseli Martinhago Vieira, coordenadora de Arte da Fundação Iochpe;

Excelentíssimo senhor vereador Anilton Freitas, presidente da Câmara Municipal de Lages;

Ex-prefeito Renato Nunes de Oliveira, que também prestigia este ato.

Convido o sr. deputado Arnaldo Moraes para fazer uso da palavra em nome dos srs. deputados que compõem a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ARNALDO MORAES - Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli;

Excelentíssimo senhor prefeito de Lages, ex-deputado Elizeu Matos;

Excelentíssimo senhor secretário de estado Gabriel Ribeiro;

Excelentíssima senhora Jonilda Wagner;

Excelentíssimo senhor Cláudio Rodrigues da Silveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Lages;

Excelentíssimo senhor Jonas Malinverni, meu companheiro de sinuca, em nome de quem cumprimento toda a família do homenageado, dona Maria do Carmo e suas filhas.

Ontem, visitando o museu, brinquei com ela porque não queria falar. Então eu disse que o mudinho iria falar no lugar da mudinha.

A Assembleia Legislativa faz, através deste ato, uma homenagem muito merecida a um cidadão que fez o nome de Lages cruzar as fronteiras do município, atravessar o estado e o país.

Na verdade, um lageano à frente do seu tempo, assim podemos descrever o sr. Malinverni Filho.

(Passa a ler.)

"Nascido em fevereiro de 1913, foi um artista que se destacou em nosso município, em nosso estado, no Brasil e no mundo. Suas obras estão espalhadas por todo o mundo. Poderíamos citar várias obras como o busto de Nereu Ramos, a estátua de sua mãe e várias outras obras que esculpiu durante sua carreira e que são muito bem lembradas de todos nós, lageanos.

Para encerrar, quero citar um pensamento do próprio Malinverni Filho: 'Sendo Deus o Supremo Artista, deturpar a natureza é profanar sua obra'.

Agradeço a oportunidade, agradeço à Assembleia Legislativa, ao deputado Joares Ponticelli, ao colunista Moacir Pereira, que foi quem fez a sugestão da realização desta sessão solene.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o sr. Rudimar Cifuentes, organizador da exposição itinerante sobre a vida de Malinverni Filho, para discorrer sobre o homenageado.

O SR. RUDIMAR CIFUENTES - Autoridades presentes, quero dizer que é uma honra estar aqui falando do grande artista que foi e que é Malinverni Filho. Quero dizer ainda que dona Maria do Carmo brilhantemente tem feito um esforço sobrenatural para preservar a memória e o museu, assim como toda a família.

Eu, com 15 anos de idade, conheci as obras de Cândido Portinari e com 48 anos descobri Malinverni Filho. Enquanto não pensava em ser artista, quando caminhava pelas ruas de Lages, eu via Clênio Souza, Jonas Malinverni, Kátja Volkert e outros artistas que já estavam no meio produzindo e mostrando seu trabalho. Naquela época eu pensava se um dia chegaria a fazer alguma coisa parecida. Hoje confesso que cheguei inspirado nessas pessoas, principalmente no nosso saudoso Clênio Souza, que foi muito importante para a minha história, e em Malinverni.

Desde a Festa do Pinhão nunca se falou tanto em Malinverni Filho. Eu fico muito feliz por isso, porque Lages tem memória, Lages tem artistas e um artista do porte de Malinverni Filho muito engrandece a nossa cultura.

Nós precisamos de todas as formas preservar e incentivar o gosto pela arte. Trabalhar a sensibilidade do ser humano é algo extremamente belo. A arte moldou e mudou o mundo, isso está comprovado.

A exposição "O último verão de Malinverni Filho" é um recorte, é apenas um recorte, não conta toda a sua história. Não expusemos as suas obras, mas as fotografias, os registros fotográficos da família dão conta de contar parte de uma história, e isso eu descobri nos dois meses em que diuturnamente trabalhei nisso. Fiquei muito feliz por ter sido convidado a participar desse evento. Estar aqui hoje para mim significa muito.

Não conheço pessoalmente Moacir Pereira, mas quero deixar o meu agradecimento pelo fato de poder estar hoje assistindo a uma homenagem a Malinverni Filho. Também fiquei muito feliz ao abrir as páginas dos jornais e ler o que disse sobre Malinverni Filho o nosso amigo Névio Fernandes. Confesso que fiquei até com inveja, uma inveja boa, porque ele conheceu Malinverni Filho pessoalmente, foram amigos de conversa.

Agostinho é filho de imigrantes italianos e traz no sangue a arte, assim como seu pai. Malinverni Filho seguiu, trouxe isso e provou para todos nós que além de exímio pintor também era escultor. Não é fácil ficar diante de uma tela em branco e representar o que os olhos estão vendo. É preciso ter muita sensibilidade, muita força de vontade. A arte é um exercício sistemático, é preciso educar o olhar para perceber o que está no entorno. Muitas vezes não olhamos para o quintal da nossa casa para conhecer o que está no nosso entorno. E quando eu falo no quintal da nossa casa, refiro-me àquilo que está ao nosso redor, seja na minha casa, na casa do vizinho, na rua ou na praça.

Então, é preciso pensar um pouco mais, olhar mais para esse quintal, para esse grande quintal, para essa grande cultura que está ao nosso redor.

Fazer a seleção das fotos para compor a exposição referente à passagem dos 100 anos de Malinverni Filho, 1913 a 2013, é entrar na intimidade do artista, é realizar uma viagem fantástica no tempo, é expor uma pequena amostra do cotidiano, daquele que podemos considerar o primeiro e mais importante artista da história das artes plásticas de Lages e da região do planalto serrano. Esses registros incluem uma forte nevasca, e quando falo dessa forte nevasca, é porque quando estávamos fazendo a curadoria das imagens através das fotografias, descobrimos alguns registros feitos por ele nas

fotos. Então, ele fazia esses escritos comunicando os fatos e informações da própria fotografia em si. Eu achei isso muito interessante, porque houve uma nevasca muito forte em 1957.

Malinverni Filho descreveu no verso dessa foto aquela intempérie, assim como registrou tantas outras, sua trajetória e suas declarações de amor e carinho a sua amada Maria do Carmo, 'a Marinche', como é chamada pelo pai e conhecida atualmente, ou seja, 'Mariazinha' em alemão. Marinche é a grande responsável pela existência do Museu Malinverni Filho e traz a memória viva que construiu juntamente com seu amado.

Apesar de haver formalidades sociais impostas na época, o destaque na maioria das fotos do acervo, principalmente nos registros a partir de 1929, fica por conta das poses do artista, o mesmo até poderia ser modelo ou galã de cinema, pois lembra Rodolfo Valentino. Mas na verdade Malinverni Filho gostava da simplicidade, de jogar bilhar, de festa de São João, de contar piadas e arriscar-se como poeta.

A minha escolha se baseia no correto desenho que procura dar vida com as cores que me empresta a natureza. Contudo, a elegância fazia parte do meio artístico, intelectual, social e político na época. Ele viveu tais momentos através das exposições que realizou no Rio de Janeiro, principalmente a realizada no Hotel Quitandinha, que contou com a presença do presidente Getúlio Vargas.

Malinverni provou que, além de pintor, era um excelente escultor. Modelou em argila verdadeiras obras de arte, muitas das quais imortalizadas em bronze, fixadas em praças e em frente de instituições de Lages, Florianópolis, Rio do Sul, Palhoça e Videira, sem contar as que não temos registros, principalmente as esculturas produzidas na Escola Nacional de Belas Artes, no ateliê que mantinha, na época, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro.

Assim como Portinari voltou para a sua Brodowski para pintar as coisas da terra, Malinverni deixou, em 1947, a capital federal, na época o Rio de Janeiro, e retornou a Lages para pintar a paisagem serrana, assim como as imponentes araucárias em cenário que havia aprendido com os grandes mestres da Escola Nacional de Belas Artes.

Fica aqui, então, a nossa homenagem ao nosso querido Malinverni e à família. Muito obrigado por vocês existirem. Dona Maria, eu conheci o Jonas primeiro, que considero meu amigo, e hoje eu considero a senhora também minha amiga, apesar de termos levado tanto tempo para nos conhecer.

Agradeço mais uma vez às autoridades e parabéns-as pela iniciativa. Pretendemos levar a exposição "O Último Verão de Malinverni Filho", através do Sesc, em 2014, para todo o estado, a fim de que esse registro seja do conhecimento da comunidade catarinense. Isso é muito importante porque a grande maioria desconhece a sua obra e a sua cultura.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido a mestre-de-cerimônias Nicolí Madeira para dar continuidade à solenidade.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicolí Madeira) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense homenageia o cidadão e

artista Malinverni Filho, *in memoriam*, que retratou a história do estado e de sua gente, pela passagem do seu centenário de nascimento.

O artista fundou a primeira Escola de Belas Artes do estado de Santa Catarina. Imortalizou em suas obras personalidades e paisagens da região serrana, contribuindo para a arte e a cultura catarinense. O Poder Legislativo deste estado presta também homenagem à família pelo legado histórico e cultural que imortalizaram Malinverni Filho.

Convido o sr. deputado Joares Ponticelli, presidente do Parlamento de Santa Catarina, acompanhado do sr. deputado estadual Arnaldo Moraes, para fazer a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem a sra. Maria do Carmo Lange Malinverni, esposa do homenageado, acompanhada de seus filhos Jonas, Maria Augusta, Tânia e Ângela.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o barítono Bada Castro brindará todos com a canção *Minha Verdade*, de sua autoria, e o violonista João Gabriel Rosa executará uma peça.

(Procede-se às interpretações.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Neste momento fará uso da palavra a sra. Ana Paula Malinverni Block, neta do homenageado, neste ato representando a família de Malinverni Filho.

A SRA. ANA PAULA MALINVERNI BLOCK - (Passa a ler.)

"Em nome da família Malinverni Filho, gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na pessoa do presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, a todas as autoridades aqui presentes, convidados e amigos.

Sentimo-nos honrados com as homenagens que estão sendo prestadas a alguém que tão bem dignificou sua terra natal, constituindo sua família que nela permanece até hoje.

Nossa cidade cresceu e desenvolveu-se sobremaneira. Vão-se longe os tempos em que Malinverni Filho compartilhava com os filhos seus banhos tomados no rio Carah com os amigos, as brincadeiras com os irmãos na cacimba, de onde também utilizavam a água. Os passeios em carros de mola, hoje terminal urbano e, por que não dizer, os bailes no Clube 1º de Julho, com seu terno de linho branco.

Tempo bom, como diriam os antigos, mas de muita dificuldade para um gênio da pintura e escultura.

O comércio de Lages era precário nessa época, tudo o que ele precisava para exercer sua arte com excelência era preparado por ele mesmo, o que demandava tempo e impedia-o de produzir mais.

A argila para as suas esculturas viajava por longos dias de trem, da cidade de Paranaguá, no Paraná, e transformava-se numa festa para os filhos quando chegava aquele caixote tão grande de madeira, contendo o barro que seria amassado pelas crianças, seguindo para as mãos do artista, onde seriam retiradas todas as impurezas, como pedrinhas e sujeiras, que na execução da obra poderiam causar problemas no deslizar do cinzel.

No seu ateliê havia uma marcenaria para atender as suas necessidades, haja vista os chassis para suas telas eram feitas por suas mãos habilidosas. Essas telas resumiam-

se a um tecido grosso de brim cru, cuidadosamente lavado para retirar a goma e esticado com tachinhas aos chassis. Então, com uma gilete eram removidas artesanalmente as imperfeições do tecido e ali estava uma tela em branco esperando o toque do mestre.

Nesses momentos de quietude, diante do nada, sua esposa lhe perguntava, curiosa, talvez imaginando um frondoso *flamboyant*, uma paisagem de neve ou uma casinha de sapê, o que finalmente surgiria dali. E ele sempre lhe respondia: 'Não sei, Deus coloca tudo na ponta do meu pincel'.

Não tivemos o prazer de conhecê-lo como muitos dos que estão aqui, porém passamos desde muito cedo a admirá-lo. Os sentimentos que advêm de suas obras demonstram a suprema sensibilidade de sua alma.

Uma das filhas nos contou que todas as vezes que ele concluía uma tela, qualquer que fosse o tema, sempre a colocava de cabeça para baixo, permanecendo assim até a chegada do seu dono. E cada vez que cruzava com a tela dava uma paradinha... Intrigada, a filha perguntou o porquê daquilo e recebeu como resposta que naquela posição ele podia avaliar melhor a perspectiva.

A resposta ficou guardada sem muito entendimento até que em meio às anotações que ele fazia em pedacinhos de papel, que mais tarde eram recolhidos e guardados por sua esposa, havia o seguinte: 'Perspectivas são linhas mentirosas que dizem a verdade'.

De outra feita lá estava uma tela de marinha novamente naquela posição; ele chamou os filhos e disse: 'Torçam para que o mar não saia dali'.

Assim vivia Malinverni Filho, homem simples, amante da natureza, alheio às futilidades, sempre alegre e brincalhão. Quem sabe hoje, enquanto nós estamos aqui, não está Malinverni Filho sentado ao lado do Criador do universo, trocando ideias com Aquele que fez o homem do pó, que formou a terra, os céus e os mares. Quem sabe não está a contemplar as estrelas e os astros dentro de uma ordem perfeita e de uma beleza indescritível, vendo de lá o nosso mundo, talvez de cabeça para baixo, tomando lições de perspectiva ou descrevendo mistérios de uma semente que, colocada na terra, possui em si própria o poder para se transformar numa majestosa araucária tão bem retratada por ele que o imortalizou como o gênio dos pinheirais.

Nessa hora nos juntamos ao povo lageano, agradecidos a Deus por ter colocado na ponta dos pincéis de Malinverni Filho as mais lindas paisagens da Princesa da Serra. Apesar de seus estudos no Rio de Janeiro, ele sempre retornava. Aqui estavam as paisagens e também Maria do Carmo, a menina do balão azul.

Se hoje estamos aqui é pelos muitos anos de luta, de obstinação da vó Mariechem, por seu amor incondicional pelo marido artista, cuidando pessoalmente e com todo zelo do acervo do museu.

Nós também te agradecemos, vó Mariechem, e estendemos a você as homenagens e o reconhecimento desta noite, pois são seus por direito.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, Ana Paula. Tenha certeza de que a sua manifestação, em nome

da família, emocionou não só os familiares, mas todos os que estão neste ambiente.

A seguir fará uso da palavra o ex-deputado Elizeu Mattos, prefeito do município de Lages.

O SR. PREFEITO ELIZEU MATTOS - Quero saudar o presidente da Assembleia Legislativa, amigo, colega de Parlamento, deputado Joares Ponticelli.

Saúdo o deputado representante desta região, Arnaldo Moraes, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Gabriel Ribeiro, que neste ato representa o governador.

Saúdo o Jonas, que na mesa representa a família de Malinverni Filho; o Cláudio, nosso escritor; a Jonilda, enfim, todas as pessoas que se fazem presentes nesta sessão solene da Assembleia Legislativa.

Quando recebi a visita do deputado Joares Ponticelli e do deputado Arnaldo Moraes no gabinete da prefeitura, hoje ocupado por mim e até poucos dias pelo ex-prefeito Renatinho, eu disse que estava faltando um pedaço - e o Renato sabe a que estou-me referindo. O gabinete já não está tão bonito, falta alguma coisa. O deputado Joares olhou e logo percebeu que estavam faltando os quadros de Malinverni. São três quadros que embelezam o gabinete do prefeito.

À época em que estávamos discutindo a realização da Festa Nacional do Pinhão, discutimos também com a Fundação Cultural a questão da Arena Cultural. Nós tínhamos que dar um choque na Arena Cultural e nada melhor do que uma exposição do centenário de Malinverni.

Lembro que fomos visitados por vários jornalistas, entre eles o Moacir Pereira, com quem fomos dar uma volta pelo Parque Conta Dinheiro e pela Arena Cultural. Quando chegamos, a família de Malinverni Filho estava lá. O Moacir viu a exposição e disse que ela não poderia ficar apenas em Lages, tinha que ir para a capital e para todo o estado. Lembro muito bem das palavras do Moacir. Dois dias depois, ao ler o *Diário Catarinense*, vi que ele falava de Malinverni Filho no seu blog, inclusive provocava o presidente da Assembleia Legislativa a fazer homenagem ao artista em função do seu centenário de nascimento.

Hoje temos a satisfação de participar desta sessão solene, que é um reconhecimento à nossa cultura, à cultura da nossa cidade, porque um povo sem cultura é um povo sem futuro. Malinverni Filho já é reconhecido também fora do país, pois 40 de suas obras estão no exterior.

Como prefeito de Lages, como ex-deputado, quero agradecer de coração à Assembleia Legislativa por esta justa homenagem a Agostinho Malinverni Filho, à cultura lageana.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Prezado prefeito de Lages, ex-deputado Elizeu Mattos, caro secretário de Desenvolvimento Regional Gabriel Ribeiro, que neste ato representa o governador João Raimundo Colombo, que se encontra no exterior tratando exatamente de assuntos que interessam a todo estado de Santa Catarina, mas muito especialmente à sua terra, a nossa querida Princesa da Serra. O governador está tratando no exterior, na China, de um grande empreendimento que está prestes a acontecer nesta cidade, que vai transformar esta região e somente por esta razão não pôde comparecer a

este evento. De qualquer forma, está, com certeza, muito bem representado pelo nosso secretário de Desenvolvimento Regional.

Meu querido amigo, deputado Arnaldo Moraes, que subiu e vai descer a serra comigo ainda hoje, já que amanhã teremos atividades logo cedo. Vamos terminar no município de São Francisco do Sul, pois durante todo o dia atenderemos a compromissos naquela região.

Cumprimento o Jonas e em seu nome cumprimento dona Mariechem, suas filhas, genros, netos e familiares deste grande lageano, deste grande catarinense, Agostinho Malinverni Filho.

Cumprimento as demais autoridades da mesa, o nosso ex-prefeito Renatinho, as demais autoridades presentes, a imprensa, o povo lageano e serrano que aqui comparece para prestigiar este momento solene da nossa Assembleia Legislativa.

Vários dos que me antecederam já fizeram justiça, mas é preciso que eu reforce o fato de que esta sessão está acontecendo por provocação do querido jornalista, reconhecido e respeitado, Moacir Pereira. E tudo começou numa conversa que tive com o Moacir logo no início do ano. Sou filho de Pouso Redondo, logo, vizinho de Lages. Fui adotado por Tubarão, onde tive o privilégio de, nos 27 anos em que moro no município, durante 22 conviver com outro grande artista catarinense, amigo de Malinverni, o saudoso Willy Alfredo Zumblick. E o mestre Zumblick também teve o privilégio de nascer em 1913. Que ano pródigo foi para Santa Catarina 1913! Em 16 de fevereiro nascia Malinverni Filho, também, como eu, aquariano, e em 26 de setembro nascia o seu amigo e colega de pincéis Willy Zumblick, que sonhava ser motorista de caminhão, mas que, não tendo conseguido realizar a profissão dos seus sonhos, acabou sendo reconhecido como um grande artista, assim como Malinverni Filho.

Convidei Moacir Pereira para tratar da sessão pelo centenário de nascimento de Willy Zumblick. Ele aceitou, e lembrou-me, lá no começo do ano, do centenário de Malinverni Filho, dizendo: "Olha, eu participo, desde que a Assembleia também faça em Lages uma sessão para homenagear o Malinverni Filho". E confesso que não sabia, mas provocação feita, provocação aceita.

Dona Mariechem, pelo que ouvi da sua história, ela muito se assemelha à história da dona Célia, que foi a grande companheira e incentivadora do mestre Willy Zumblick, amigo de seu marido, que nos deixou há apenas seis anos.

Mas não poderíamos furtar-nos de estar aqui com toda a nossa estrutura para realizar esta sessão solene, porque o importante é que, com a presença da TVAL, dos nossos veículos de comunicação, vamos mostrar para Santa Catarina e para o Brasil

tudo aquilo que aconteceu aqui, na noite de hoje, arquivar nos anais do Poder Legislativo catarinense e distribuir o material desta sessão para que as novas gerações conheçam a obra de Malinverni Filho, pois infelizmente não temos a cultura da preservação da arte. Isso lhes afirmo porque ouvi do próprio filho de Willy Zumblick, o professor Raimundo Zumblick, que foi reitor da Udesc e que nos informou que no vestibular vocacionado, quando se questionava sobre Willy Zumblick, os percentuais dos que conheciam sua obra eram muito pequenos.

Certamente, se perguntarmos no vestibular sobre Malinverni Filho, também teremos informações que nos deixariam entristecidos. Por isso é importante que todo esse esforço seja feito para resgatar, preservar, difundir e contar essa história. Precisamos fazer esse trabalho e aproveitar todas as ferramentas que temos.

Eu tive a oportunidade de visitar o último dos sete túmulos da heroína dos dois mundos, e não vou entrar em discussão aqui se ela é lagenense ou lageana. Não me coloquem esse constrangimento. Subi a colina Gianicolo, em Roma, que era o local onde morava a mãe de Nero e onde Mussolini, quando estava em baixa, para tentar fazer média com o povo, desenterrou todos os heróis da Itália e sepultou-os no ponto mais alto de Roma, num lugar de destaque. Lá estão todos os heróis, representados num pequeno busto sobre colunas de cerca de um metro, padronizadas. Dois monumentos se distinguem dos demais, gigantescos, o de Giuseppe e o de Anita Garibaldi. Falar em repatriar os restos mortais de Anita Garibaldi é provocar a Itália a uma guerra com o Brasil. Isso nunca vai acontecer, porque eles conhecem, contam e veneram mais a heroína catarinense do que nós, catarinenses e brasileiros.

Então, esta sessão também tem este propósito: contar mais dos nossos artistas, dos nossos valores. A obra de Malinverni Filho não pode ficar restrita à Princesa da Serra, à região serrana ou a Santa Catarina. Temos que mantê-la viva, aproveitando essas oportunidades para falar mais desse grande lageano, que nos deixou há mais de 42 anos.

Pude perceber pela emoção da família, dos filhos, dos genros, dos familiares, o quanto a obra de Malinverni ainda está viva no coração dos seus familiares, a partir de dona Mariechem. E lá se vão quase cinco décadas desde que nos deixou.

Estou muito feliz de poder presidir a Assembleia Legislativa neste momento em que temos a oportunidade de festejar o centenário de nascimento de Egon Schaden, filho de São Bonifácio, reconhecido como pai da antropologia do Brasil e como um dos pais da antropologia mundial. Também não sabia que ele era de São Bonifácio.

Estou feliz de estar aqui hoje presidindo uma sessão que vai, através dos seus registros e dos veículos de comunicação, manter viva a memória de Malinverni Filho. Daqui a 100 anos, quando outros nos sucederem, farão, quem sabe, uma sessão para lembrar o bicentenário do nascimento de Malinverni Filho. Quiçá possam contar o que fizemos na noite de hoje para preservar a história, para não deixar a história morrer.

Serranos, estou ainda mais feliz porque, na condição de presidente da Assembleia Legislativa, dona Mariechem, estou recebendo - e desde já quero fazer-lhe um agradecimento público - uma obra de Malinverni Filho para fazer parte do acervo de arte do Poder Legislativo, já que a senhora aceitou, por insistência nossa, vender uma das peças da sua coleção pessoal. Ao atender esse pedido da Casa do Povo catarinense, a senhora pratica mais gesto de amor, mais uma demonstração de amor à obra do seu amado marido, porque abriu mão de tê-la na sua casa, no seu convívio diário, para disponibilizá-la a um local público, onde milhares de catarinenses e brasileiros passam no dia a dia por diversas razões.

Eu me comprometo com a senhora e com todos os familiares de que esta tela estará num lugar de destaque da nossa Assembleia Legislativa. E como Malinverni Filho e Willy Zumblick eram amigos, quero pedir à equipe da Assembleia que as telas sejam fixadas lado a lado. Gostaria que as duas ficassem no mesmo ambiente para mantermos a energia positiva desses dois dignos catarinenses.

Nós já tínhamos uma obra de Malinverni Filho em nosso prédio, o busto do saudoso governador Ivo Silveira, mas não tínhamos até hoje nenhuma tela pintada por ele. Por isto estou muito feliz, afinal todos poderão conhecer, usufruir e contemplar a beleza da obra de Malinverni Filho.

Quero ser mensageiro, nesta sessão, de uma empresa do município de Timbó que a cada ano homenageia os seus clientes com um kit de material de um artista catarinense. Neste ano o material é de Willy Alfredo Zumblick, mas no próximo ano a empresa já se prontificou, se a família de Malinverni Filho tiver interesse, a homenageá-lo.

Neste momento convidamos todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino de Lages pelo barítono Bada Castro.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2013, ÀS 14:30H, NO AUDITÓRIO DO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório do Assentamento São José, Município de Campos Novos, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) com o objetivo de debater sobre a construção de uma escola de educação básica no Assentamento São José. A senhora *Deputada Estadual Luciane Carminatti*, Vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc e Presidente da Mesa, deu início a Audiência Pública chamando para compor a Mesa as seguintes autoridades: senhor Dilson Barcelos, Presidente da Cooperativa Central de Reforma Agrária; Antônio

Rosa, representando os Vereadores de Campos Novos; senhor José dos Santos, Superintendente Regional do Inkra; senhora Rosângela Luft, Secretária Municipal de Educação; senhor Afonso Rossetto, Representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Novos; senhor Ernesto Puhl Neto, Diretor da Escola Estadual do Movimento Sem Terra/MST; senhor José Siqueira, representando os Assentados. Em seguida, a Deputada Luciane Carminatti anunciou a presença das demais autoridades: senhor Sérgio Bruneto, representando o Deputado Estadual Padre Pedro; senhor Piratuba Junior, Vereador de Campos Novos; senhora Elenice Fornara, Superintendente de Ensino Fundamental de Campos Novos; senhora Mércia Silvestrin, Superintendente de Transporte Escolar de Campos Novos; senhora Mairi Suzana Ribeiro, Diretora das Escolas Multiseriadas; senhora Vanderléia Fiorin, Diretora da Escola Itinerante Estudando e Plantando; senhor Ricardo Damásio, Vereador de Campos Novos; e senhor Marcelo Speck da Rosa, SINTE/SC. Na sequência, a *Deputada Luciane Carminatti* agradeceu a presença de todos, apresentou a dinâmica dos trabalhos e explanou sobre a importância do tema a ser discutido. Posteriormente, deu uma pausa para apresentação de uma mística feita pelos alunos assentados. Terminada a mística, a Presidente da Mesa passou a palavra ao *senhor Afonso Rossetto* que afirmou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é parceiro na construção de uma escola para o Assentamento São José. O sindicato tem preocupação de encontrar formas de o trabalhador permanecer no campo e para isso é preciso parcerias. Retomando a palavra, a Deputada Luciane disse que a Comissão de Educação da ALESC já realizou uma Audiência Pública no município de Água Doce, que foi muito produtiva. Informou que no dia anterior esteve em Brasília e que durante uma reunião a Presidente Dilma falou que é preciso construir novas escolas, e o Ministro da Educação disse que nenhuma escola deve ser fechada sem anteriormente passar pelo Conselho Municipal de Educação. Enfatizou que o Assentamento São José tem mais de duzentos alunos e precisa de uma escola maior para poder atender a todos de forma digna, então, a construção de uma escola é prioridade. Posteriormente, passou a palavra para a Secretária de Educação de Campos Novos, *senhora Rosângela Luft*, que cumprimentou a todos e disse que a apresentação da mística pelos alunos foi maravilhosa e em defesa da terra e também em defesa de Campos Novos. Justificou a ausência do Prefeito Municipal e informou estava participando da Audiência como ouvinte, mas tem certeza que aprenderá muito, pois tudo em que vem ao encontro à educação ela é parceira. Encerrando, disse que a Secretaria de Educação fará tudo que for possível para que o objetivo da Audiência seja alcançado. Em seguida, assumiu a palavra o *senhor José dos Santos* que, após os cumprimentos, disse que o Presidente do Inkra determinou que nenhuma atividade escolar fosse interrompida nos assentamentos, principalmente o Assentamento São José, porque tem muitos alunos. O *senhor Antônio Rosa* pediu a palavra para dizer que a presença dos Vereadores e da Secretária da Educação é muito importante. A construção de uma escola nova ou ampliada é importante e necessária, mas que para isso é necessário unir forças para reivindicar e formar uma coerente e organizada para conseguir trazer a escola. Após, tomou a palavra o *Deputado Federal Pedro Uczai*, que cumprimentou a todos e parabenizou os assentados e a Deputada Luciane pela iniciativa da Audiência. Disse que a luta ao longo da história também é pela educação e que para fechar uma escola do campo vai depender da autorização do Conselho Municipal de Educação, isso por determinação do Governo Federal. A escola do campo é fundamental e a participação da secretária da educação na Audiência é importante, pois é ela que deverá se inscrever no Programa de Ações Articuladas/PAR, do Governo Federal, dizendo que precisam de uma escola, com determinado número de salas de aula, com ginásio de esportes, ou seja, informar todos os dados necessários. O Governo Federal autorizou a construção de quadra de esportes coberta para as escolas que possuem mais de cem alunos, como é o caso do Assentamento São José, que possui mais de duzentos alunos. Encerrou sua fala dizendo ser parceiro na luta pela construção da escola no Assentamento. Na sequência, *senhor Dilson Barcelos* cumprimentou a todos da mesa e aos vereadores presentes, pois os mesmos terão participação fundamental na luta pela escola, assim como a Secretária de Educação. Informou que a construção da escola deverá ser no Assentamento São José porque tem maior concentração de pessoas e a escola deverá ser voltada para educar pessoas dentro de um currículo técnico, científico e com preservação do meio ambiente. Solicitando a palavra, o *senhor Ernesto Puhl Neto* informou que muitos trabalhadores conseguiram ser assentados, mas há muitos outros que permanecem sem terra no Brasil. Apesar de tantas lutas conseguiram respeito, ainda há certo preconceito no Brasil. É preciso lutar pela reforma agrária para depois lutar por outros projetos, inclusive a educação. Informou que este ano foi aprovado à instalação de um Instituto Federal em um

assentamento em Abelardo Luz, graças à muita luta. Como militante dos sem terra, acredita ser importante a educação, sem também deixar de lutar por estradas e saúde, pois tudo precisa estar interligado para funcionar bem. Apelo a Secretária de Educação para que interceda junto aos órgãos competentes, pois há assentamentos que não tem estradas. É preciso construir escola, mas para chegar ao assentamento é preciso estrada; é preciso olhar a totalidade, por isso pede ajuda à prefeitura e aos órgãos competentes. Com o caos das cidades grandes é preciso lutar para os jovens permanecerem nos assentamentos. O Assentamento São José tem mais famílias, por isso, é o ideal para construir a escola. Enfatizou que os assentados não desejam que as escolas dos outros assentamentos sejam fechadas, pelo contrário, apenas querem salas de aula do sexto ano até o ensino médio no Assentamento São José, além das séries iniciais. O *senhor José Siqueira* solicitou a palavra para dizer que é possível a criação da escola porque acredita no prefeito municipal e na secretária da educação de Campos Novos, pois os assentados precisam da escola. Quer também, além do Ensino Fundamental, o funcionamento do Ensino Médio, pois atualmente as crianças estudam em outro município no período noturno, trazendo preocupação para os pais. Retomando a palavra, a *Presidente da Mesa* abriu espaço para falas da plenária, mas antes, disse que o Assentamento São José é o que tem mais pessoas e que eles desejam uma escola não somente até o 5º ano, mas até o Ensino Médio, desejam uma escola completa, com quadra de esportes, sala de informática com internet, tudo que uma escola da cidade tem. *Senhor João Maria Chaves dos Santos*, do Assentamento 30 de Outubro e Conselheiro da APP, falou que educação é o principal para que futuramente os filhos substituam os pais no campo. Os jovens podem ter educação com qualidade sem precisar sair do campo, uma educação voltada para o campo. Solicitou que as autoridades presentes não fiquem somente no discurso, pois isso poderá acabar com o campo por falta de profissionais/agricultores. Questionou a plateia: por que a agricultura familiar não pode ter área de lazer e esporte? Por que os jovens têm que ir para a cidade para ter isso? O *Senhor Sergio Bruneto*, assessor do Deputado Estadual Padre Pedro, falou que a educação no campo é uma preocupação, pois ninguém mais quer ficar no campo e que essa deveria ser uma preocupação do governo e não apenas dos agricultores. A reforma agrária não deslança, pois há pessoas no governo que são contra e se continuar dessa forma não sabe de que forma ficará o campo. É preciso lutar para as crianças permanecerem no campo para que preservem as raízes. É preciso brigar por esta escola, mas não só isso, é preciso dignidade e recursos para resolver o problema do campo. O *Vereador Ricardo Damásio*, solicitou a palavra para dizer que os vereadores de Campos Novos dão apoio à comunidade sem terra e à construção de uma escola no Assentamento São José. *Vereador Piratuba Junior* solicitou palavra para dizer que os vereadores de Campos Novos estão à disposição de toda a população, que está na Câmara para lutar, de modo geral, pela população e que ele está batalhando para a melhoria das estradas de Campos Novos. O *senhor Danilo Alves*, do Assentamento 30 de Outubro, informou que há muita dificuldade de se manter na agricultura familiar, por isso é preciso lutar por uma educação voltada para o campo e manter lá as famílias. Atualmente, o pensamento está na exportação, mas os agricultores estão preocupados com a subsistência e isto tem que mudar, é preciso acompanhar a evolução. Falta apoio e uma política voltada para a agricultura, por isso é preciso mudar o pensamento dos políticos. A saída dos jovens do campo pode levá-los a cair na marginalidade, aumentando a criminalidade que já existe nos centros urbanos, mas não é isso que os agricultores querem, pelo contrário, querem que os jovens permaneçam em segurança, trabalhando no campo. A seguir, a *Presidente da Mesa* passou para a deliberação do seguinte encaminhamento: criar uma nova escola no Assentamento São José, votado pela plenária, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, enfatizou que é preciso primeiramente verificar qual é o tipo ideal de escola e o que ela poderá comportar, para poder colocar no projeto de construção que será encaminhado pela Prefeitura ao Ministério da Educação. Solicitou aos presentes que formem uma comissão para discutir o que desejam e como deverá ser o projeto, para depois a Prefeitura inscrevê-lo no PAR. A Comissão ficou assim composta: senhor Dilson Barcelos, Vereador Antônio Rosa, senhor José dos Santos, senhora Rosângela Luft, senhor Afonso Rossetto, senhor Ernesto Puhl Neto, senhor José Siqueira, Vereador Piratuba Junior, Vereador Ricardo Damásio, senhor Elodir, senhora Marivone, senhora Nair, Deputada Estadual Luciane Carminatti e Deputado Federal Pedro Uczai. Para finalizar, a Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Audiência Pública, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após assinada será publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Campos Novos, em 04 de abril de 2013

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE “ESCOLAS INTERDITADAS; CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE”, REALIZADA NO DIA 06 DE JUNHO DE 2013, ÀS 19:30H, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, MUNICÍPIO DE JOINVILLE.

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Joinville, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) com o objetivo de debater sobre “escolas interditadas; construção de novas escolas de ensino médio no município de Joinville”. O senhor *Deputado Estadual Antônio Aguiar*, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc e Presidente da Mesa, deu início a Audiência Pública chamando para compor a Mesa as seguintes autoridades: Vereador Cláudio Aragão, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Câmara de Vereadores de Joinville; Sra. Dalila Leal, Gerente de Educação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville; Sr. Gilberto de Souza Leal Júnior, Presidente da Fundação Municipal Albano Schmidt; Sra. Daiana Delamar Agostinho, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Joinville; Sr. Fabiano Lopes de Souza, Gerente de Infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville; e Sr. Deputado Estadual Sandro Silva. Em seguida, o Presidente da Mesa Deputado Antônio Aguiar anunciou a presença das demais autoridades: Sr. Domingos Miranda, representando o Deputado Estadual Darci de Matos; Sr. Rodrigo Thomazi, Vereador de Joinville; Sr. Dorval Pretti, Vereador de Joinville; Sr. João Carlos Gonçalves, Presidente da Câmara de Joinville; e Sr. Otanir Matiola, representando o Deputado Dirceu Dresch. Posteriormente, informou a justificativa de ausência do Deputado Estadual Carlos Chiodini, que encontra-se em viagem oficial, e a presença da Sra. Marly, Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Joinville; e do Sr. Manoel Francisco Bento, Vereador de Joinville. Na sequência, o *Deputado Estadual Antônio Aguiar* agradeceu a presença de todos, apresentou a dinâmica dos trabalhos e explanou sobre a importância do tema a ser discutido. A seguir, concedeu a palavra ao Sr. *Cláudio Aragão*, que cumprimentou a todos os presentes e disse que a Câmara de Vereadores é “para-choque” do município, pois é o local mais próximo do povo, por isso procuraram a Comissão de Educação da ALESC para realizar a audiência pública. O assunto proposto para ser tema da Audiência Pública tem sido muito discutido na região e a Gerência de Ensino da Secretaria Regional tem vindo a Câmara para dar explicações sobre os problemas que estão ocorrendo na educação no município de Joinville. Informou que há quatro escolas interditadas no município, pela Vigilância Sanitária, e que há apenas duas unidades escolares a serem construídas pelo Estado e não quatro unidades como estava previsto, por isso esse assunto é tão importante. Agradeceu a presença da Comissão de Educação da ALESC. Encerrada a fala do Sr. Cláudio Aragão, a Audiência foi interrompida por um breve momento para a chegada e manifestação de estudantes. Retomando a palavra, o Presidente da Mesa, *Dep. Antônio Aguiar*, disse que é preciso melhorar a qualidade do ensino e a qualificação dos professores. Disse ainda que é necessário que as autoridades se preocupem com os cidadãos. Posteriormente, passou a palavra para a Sra. *Dalila Leal*, que cumprimentou a todos e disse que quando era vereadora enviou relatórios ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Eduardo Deschamps, relatando os problemas nas escolas que estão interditadas, mas que atualmente o governo está procurando melhorar. Informou que há alguns processos aguardando licitação para reformas. Sobre enturmações, informou que sempre houve. Nos finais e inícios de ano sempre são feitas as matrículas dos alunos e no mês de abril são verificadas como estão as turmas com relação ao número de alunos. Se houver número de alunos inferior ao previsto nas turmas, são feitas as enturmações. Este ano foi enviado uma correspondência interna circular para as Gerências de Educação falando sobre as enturmações, mas trabalhando cada escola de forma isolada. Houve escolas em que não foi preciso mexer, porém em outras escolas há turmas com 10 ou 15 alunos que precisam ser revistas. É preciso ver com cuidado as interdições das escolas e o Governo está vendo cada caso e fazendo o possível para resolver todos os problemas. Enfatizou que no que depender da Gerência de Educação os problemas serão resolvidos, mas é preciso estar no orçamento. Sem incluir esses problemas no orçamento não será possível resolver as interdições, mas para isso é preciso apoio, inclusive dos deputados. A seguir, assumiu a palavra o Vereador *Adilson Mariano* que cumprimentou a todos e disse estar insatisfeito com a atenção do Governo e da ALESC, por causa da ausência dos Deputados da região, isso demonstra o grau de importância que dão à educação. Desde 2009 a Câmara está discutindo os mesmos problemas nas escolas estaduais, inclusive com audiências públicas e até agora nada foi feito, pelo contrário, aumentaram o número de escolas interditadas. Em

2013, 11 escolas foram interditadas e, até o momento, 4 escolas continuam interditadas, sendo que 3 escolas estão fechadas, não houveram nem matrículas, são verdadeiros “elefantes brancos”. Quando os professores fazem greve para exigirem o cumprimento do piso salarial, o Governo culpa os professores e diz que eles colocam em risco o ano letivo, e quando as escolas estão interditadas, não há risco de perder o ano? Quanto mais tempo passar pior ficará a situação. É preciso tomar atitude, seja via Ministério Público ou outras ações concretas, se não, irá acabar havendo greve por causa das interdições. Enfatizou que a ausência do Secretário Deschamps mostra o descaso e que a sua presença seria fundamental para discutir os problemas. Posteriormente, assumiu a palavra o Vereador *Rodrigo Thomazi*, membro da Comissão de Educação da Câmara, cumprimentando a todos e dizendo a ausência de diversas autoridades, Secretário da Educação e Deputados prejudica a discussão do assunto. O assunto já está esgotado, pois a Câmara sempre o discute, mas nada é feito pelas autoridades e os problemas estão aumentando. Sugeriu a criação de uma comissão permanente para discutir e buscar solução para os problemas, pois isso atinge a todo o município. A Secretaria Municipal de Educação, com certeza teria vontade de participar dessa comissão. Comunicou que Câmara de Vereadores aprovou uma Moção (anexo) que foi encaminhada ao Secretário Deschamps, solicitando a implantação de uma escola de Ensino Médio entre os bairros Espinheiros e Comasa. Falou que muitas vezes as obras são feitas e mesmo assim os problemas continuam, pois falta fiscalização na realização das obras. É preciso formar essa comissão com urgência, pois a comunidade escolar e os pais sofrem com os problemas. Assumindo a palavra, o Vereador *Dorval Pretti* cumprimentou a mesa e disse que falta espaço para atender adequadamente os alunos, que a educação é a essência do desenvolvimento de um povo. As autoridades que deveriam se interessar pelo desenvolvimento das escolas parecem não se importar, que escolas interditadas é um absurdo e que isso não acontece de uma hora para outra, os problemas aparecem com o tempo, devido a falta manutenção. É preciso melhorar as condições das escolas para melhorar o atendimento aos alunos. Além disso, é preciso pensar em ensino integral, porém sabemos que é difícil, devido às condições das escolas. Informou ainda, que há muita reclamação com relação aos diretores de escola, pela falta de gestão de alguns. Enfatizou que é preciso repensar uma forma de rever estas escolhas. Informou que estão entregando à Comissão de Educação da ALESC e à Gerência de Educação uma Moção da Câmara, solicitando a construção de uma escola de Ensino Médio entre os bairros Pinheiros e Comasa. Retomando a palavra, o *Presidente Antônio Aguiar* falou que a palavra estava aberta para manifestação dos demais presentes e que cada um teria o tempo de 3 minutos para a fala. Solicitando a palavra, o Sr. *Oscar Maya*, Diretor do Cedup de Joinville, disse que as escolas devem ter manutenção preventiva e que é possível aproveitar os apenados para realizar essa manutenção. Ele está em contato com a Justiça para verificar a possibilidade de preparar os apenados para fazerem a manutenção dos Cedup. Posteriormente, o Sr. *Juarez*, Presidente da APP da EEB Presidente Médici, pediu a palavra para falar que a escola Médici está em péssimas condições e que é preciso ter manutenção para não se chegar a esse ponto. É preciso escola em tempo integral, mas em condições de funcionamento. O Sr. *José Carmelito*, Presidente Municipal do Partido Republicano Popular, solicitou a palavra para dizer que tudo está acontecendo por falta de condições políticas. Informou que Joinville é a 25ª cidade mais rica do Brasil e indagou como pode não ter dinheiro para manter as escolas. O Governo tem a maioria dos deputados e isso não está resolvendo, o mesmo ocorre no município, pois falta segurança e educação. O Governo tem dinheiro para construir estádios de futebol, mas não investe em educação. O *estudante Luiz Souza*, da União Joinvilense dos Estudantes Secundaristas / UJES, tomou a palavra para dizer que chega de enrolação, sempre falam a mesma coisa, que falta dinheiro. As escolas interditadas estão aumentando e quando arrumadas logo estão com problemas. Disse que estão cansados de promessas e que dia 18 de junho estarão indo à Florianópolis para falar com o Governador do Estado. Solicitando a palavra, a Sra. *Daiana Delamar Agostinho* cumprimentou a mesa e disse que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente tem a função de deliberar sobre a política para a criança e o adolescente do município. A educação transforma a sociedade e a solução é o comprometimento e a vontade do governo. Disse que não é mais possível esperar e que o Conselho Municipal irá junto dia 18 de junho falar com o Governador. O *estudante Iago Paqui*, da UJES, pediu a palavra para dizer que já foram muitas audiências, reuniões com a Comissão de Educação, manifestação, mas até agora nada foi feito. A UJES visitou várias escolas e a reação dos diretores foi de proibir à visita as salas para convidar os estudantes para participar da audiência. Essa proibição fere a lei. É dever da Casa contribuir com que os estudantes, por isso deveriam, talvez contribuir com um ônibus para que possam ir dia 18 de junho à Florianópolis. A *estudante Stefany Ribelo*, do Grêmio estudantil da EEB Conselheiro Mafra, pediu a palavra para dizer que já veio várias vezes a

Câmara e mais uma vez não houve mudanças. O colégio está caindo e tem medo que o ginásio de esportes no próximo ano não funcione, seja interditado. A partir do momento que quebra a confiança, não é possível mais retomá-la e a confiança dela no Governo já acabou, porque precisa sair de casa e pedir ajuda para ter uma educação de qualidade. O *estudante Gabriel Eloy*, do Grêmio estudantil da EEB Conselheiro Mafra, solicitou aos presentes que tomem providências para acabar com a repressão ao grêmio estudantil. No colégio dele a diretora ameaçou adverti-lo caso ele continuasse com a manifestação. A *sra. Alexandra Piazzeto*, da APP da EEB Juracy, falou que na escola dela aconteceu um curto circuito, que estão sem cozinha há alguns meses e que o Governo jogou a responsabilidade para a empresa Nutriplus, e ela para o Estado. Questionou como deixaram chegar a esse ponto. Reclamou da qualidade da merenda, que é péssima, que não é possível nem dar para um cachorro, que dirá para uma pessoa. afirmou estar sendo barrada ao entrar na escola pela própria direção, por ser representante dos pais. O Sr. *Antônio Altair* ao solicitar a palavra disse que todos lêem jornal e vêem que as escolas estão caindo, quebradas, mas questiona o fato do Governo dizer que a escola estadual é modelo. Então questiona, modelo de que? Ela é precária, toda quebrada, sem quadra de esporte. Estão se manifestando porque têm o direito a exigir escola de qualidade. Retomando a palavra, o *Presidente Antônio Aguiar* parabenizou os alunos pela luta por melhor qualidade de ensino. Assumindo a palavra, o *Sr. Engenheiro Fabiano Lopes de Souza* disse que desde 2011 o Governo vem investindo em manutenção nas escolas, porém o que vem sendo um desafio é a manutenção preventiva e corretiva. afirmou que os problemas de Joinville são grandes, porém, são proporcionais ao tamanho da cidade. De fevereiro a maio de 2013 os contratos de manutenção vigentes já somam R\$ 420.000, mas sabe-se que isso não é suficiente, devido ao histórico de manutenção que não conseguiram manter ao longo dos anos. As escolas Eng. Annes Gualberto, Conselheiro Mafra, Prof Maria Amin Ghanem e Plácido Olimpio De Oliveira estão em processo em licitação para reforma, e isso é fruto da manifestação da comunidade e da Câmara Municipal, e que a Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR está tentando dar continuidade. afirmou faltar ao governo tornar mais transparente o processo de licitação, para que a população possa verificar e ter uma idéia de como funciona uma licitação, além da falta de acompanhamento nas obras das escolas. Pediu ao Deputado Aguiar ajuda para tentar resgatar mais recursos para a região, pois a cidade contribui muito para o Estado e necessita disso. Enfatizou que a SDR não está brincando, sempre que possível participam de reuniões e estão fazendo o que podem para ajudar as escolas. Pediu a palavra o Sr. João Diego Leite, estudante de Jornalismo, para dizer que a Audiência pode se resumir em 3 pontos: 1- repressão nas escolas, pelo impedimento dos diretores de escola em deixar os alunos e pais se manifestarem a favor de uma melhor qualidade na educação; 2- descaso, pela falta de livros, bibliotecas adequadas, bibliotecários, quadras cobertas e manutenção; 3- solicita ao Deputado Antônio Aguiar uma convocação para Secretário Estadual de Educação Sr. Eduardo Deschamps para participar, dia 18 de junho, de uma Audiência Pública exigindo uma solução para todos os problemas apresentados. afirmou que a função da Gerência de Educação não é proibir os alunos de se organizarem em grêmios e de se manifestarem em favor da melhoria das escolas. Acredita que isso não é ordem da Gerente Dalila, apenas casos isolados. *Sra. Salete Rocha*, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, solicitou a palavra para dizer que não pode falar muito de cobranças, pois foi a população que escolheu o governo. O povo pode e tem capacidade de escolher seus representantes, e ele tem poder de destituí-los. A democracia é completa quando há atitude. As direções das escolas deveriam estar em maior número participando da Audiência, pois eles representam as escolas, e os alunos deveriam estar aqui e se manifestarem. Não é com luta e agressões que os problemas se resolverão, mas votando melhor nas próximas eleições. A educação é o tripé, com a segurança e a saúde. Solicitando a palavra, o Sr. *Gilberto Leal* falou que é preciso manutenção preventiva, mas como fazê-la sem recurso? É preciso que ele chegue aos diretores de escolas através de descentralização. Joinville é a maior cidade do Estado e precisa de atenção por parte do governo. O *Deputado Estadual Sandro Silva* pediu a palavra para comunicar que foi convocado para participar da Audiência por uma aluna da EEB Prof Juracy Maria Brosig, que está com medo da escola ser interditada. afirmou ter certeza que a ordem de reprimir as APPs ou alunos não partiu da Gerente Dalila, mas que é preciso que ela veja onde estão os excessos por parte dos diretores de escola. Em uma escola, a empresa que ganhou a licitação começou a reforma e não terminou alegando falta de recursos. Então, é preciso cuidar da licitação, para que problemas como esse não mais ocorram e há empresas que colocam o preço lá embaixo e depois não dão conta de fazer a obra. afirmou ser necessária a participação de um representante da Comissão de Educação da ALESC na reunião do dia 18 de junho. Pedindo novamente a palavra, o *Vereador Cláudio Aragão* parabenizou os estudantes pela presença e disse que se posicionaram

muito bem. Algumas pessoas não entendem a função dos vereadores, mas eles não vão parar de dar suporte ao que precisarem. Sugeriu a Deputado Antônio Aguiar criar uma lei que destinere recursos para manutenção diretamente na conta das APPs, de forma mensal. Reclamou da ausência dos deputados da Região e agradeceu a Comissão de Educação da ALESC por atender a solicitação de realização de Audiência Pública. A *Sra. Daiana Delamar Agostinho* pediu novamente a palavra para afirmar que com a reclamação de que os grêmios não podem chamar os alunos para participar das manifestações, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente irá mandar para as escolas uma circular informando do direito dos grêmios estudantis. A seguir, passou a palavra para mais uma manifestação da *Sra. Salete Rocha*, que disse que a criança e o adolescente têm o direito de se manifestar e todos deveriam ter sido ouvidos na Audiência. afirmou que o Conselho estará junto com os alunos na reunião do dia 18 de junho. Tomando a palavra, a *aluna Andreli* falou que a EEB Conselheiro Mafra está em péssimas condições e perguntou para onde os alunos irão caso ela venha a fechar. Sem escolas os estudantes virarão marginais. A única esperança dos estudantes é o grêmio estudantil e a UJES. É preciso que o governo conheça a dificuldade dos alunos. O *Vereador Adilson Mariano* solicitou a palavra para tirar alguns encaminhamentos da audiência: 1- que a Comissão de Educação da ALESC convoque o Secretário de Educação Sr. Eduardo Deschamps para reunião dia 18 de junho e viabilize uma audiência junto ao Governador, para receber os alunos; 2- que alguma entidade libere verba para o deslocamento dos alunos no dia 18 de junho; 3- que a Comissão de Educação da ALESC faça um ofício às escolas estaduais garantindo o direito dos alunos e pais de se manifestarem; 4- que a Comissão de Educação da ALESC encaminhe a ata da Audiência ao Ministério Público, pedido providências para que exija do Estado cumprimento da legislação. 5- entregou à Mesa um abaixo-assinado da comunidade do bairro Espinheiros, que reivindica uma nova escola de Ensino Médio e que o mesmo seja encaminhado a Secretaria de Estado da Educação. Retomando a palavra, o *Deputado Antônio Aguiar* falou que poderá receber os estudantes dia 18 de junho na ALESC e que tentará marcar com o Secretário Deschamps e com o Governador um horário para receber os estudantes. Antes de finalizar, foi concedida a palavra a *Sra. Dalila Leal*, que pediu ao presidente da UJES que ele vá até a Gerência de Ensino para conversarem pessoalmente sobre os problemas citados anteriormente. Enfatizou que está aumentando o número de casos de violência e vandalismo nas escolas e pede ajuda aos estudantes para tentar ver uma forma de diminuir esse problema. Solicitou à Comissão de Educação da ALESC para encontrar uma forma de ter vigilantes nas escolas. Colocou-se à disposição para conversar na Gerência de Ensino. Para finalizar, o *Presidente Antônio Aguiar* agradeceu aos estudantes e parabenizou-os pela luta em defesa de educação pública. afirmou que não medirá esforços para ajudá-los e que antes do dia 18 de junho tentará marcar uma reunião com o Secretário Deschamps e com o Governador. Concluiu dando por encerrada a Audiência Pública, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que, após assinada será publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Joinville, em 06 de junho de 2013.

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE A ADMISSÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA DE DIPLOMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO OBTIDOS NO EXTERIOR, À LUZ DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE RECIPROCIDADE ACADÊMICA ASSINADOS PELO BRASIL COM OS PAÍSES DO MERCOSUL E DE PORTUGAL, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2013, ÀS 14H, NO PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, Município de Florianópolis, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) com o objetivo de debater: "A Admissão no Estado de Santa Catarina de Diplomas de Pós-graduação obtidos no exterior à Luz dos Tratados Internacionais de Reciprocidade Acadêmica assinados pelo Brasil com os Países do Mercosul e de Portugal". O senhor *Deputado Estadual Antônio Aguiar*, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Alesc deu início a Audiência Pública chamando para compor a Mesa as seguintes autoridades: Deputado Estadual Carlos Chiodini; Deputada Dirce Heiderscheidt; professor Vicente Celestino, da Associação Nacional dos Pós-graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior/ANPGIEES; senhora Raquel; e senhora Edilene. Dando Continuidade a Audiência, a Deputada Luciane Carminatti anunciou a presença das demais autoridades: professor Irineu Lopes Melo, do Instituto Federal de Santa Catarina; professor Tiago Semprebom, Coordenador de Pós-graduação do Instituto Federal de Santa Catarina; Edir Seemund, representando o Secretário de Estado da Educação; senhor Juarez Vieira do Nascimento,

Pró-reitor adjunto da Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina; professor Alexandre Amorim dos Reis, da Universidade Federal de Santa Catarina; e professor André Luiz de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina. Encerrado o anúncio das autoridades, o Deputado Antônio Aguiar passou a condução da audiência para o Deputado Carlos Chiodini, requerente da Audiência, que cumprimentou a todos os presentes e falou que foi procurado pelo professor Vicente Celestino solicitando que a assembléia Legislativa de Santa Catarina debatesse sobre a admissão no Estado de Santa Catarina de Diplomas de Pós-graduação obtidos no exterior, à Luz dos Tratados Internacionais de Reciprocidade Acadêmica assinados pelo Brasil com os Países do Mercosul e de Portugal. Para finalizar, a Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos, dando por encerrados a Audiência Pública, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após assinada será publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Chapecó, em 18 de junho de 2013.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, realizada no dia 13 de março de 2013.

Às onze horas do dia treze de março do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Imprensa da Assembléia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Antônio Aguiar, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Luciane Carminatti, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares, Carlos Chiodini e Silvio Dreveck. O Presidente, deputado Antônio Aguiar, iniciou a reunião agradecendo a presença dos Deputados Membros da Comissão, da senhora Elza Moretto, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Educação, e da senhora Zelaide de Souza Philippi, Juíza Federal do Trabalho, e informou que a Comissão realizará as reuniões ordinárias quinzenalmente. Em seguida, apresentou o ofício da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, com encaminhamento da ata de Audiência Pública realizada no município, que discutiu o processo de municipalização do Colégio Estadual Ruth Nóbrega Martinez, localizado no bairro Miranda, e a reivindicação da regularização do transporte público escolar dos alunos da referida comunidade. Em seguida, o Presidente passou à leitura e votação do Projeto de Lei: PL/0328.0/2011, que teve pedido de vistas em gabinete apresentado pela Deputada Luciane Carminatti. E seguida, o Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0248.1/2012, que teve pedido de vistas em gabinete pela Deputada Luciane Carminatti. Posteriormente, a Deputada Luciane solicitou vistas em gabinete para os Projetos de Lei: PL/00354.2/2012, relator Ismael dos Santos; PL/0039.5/2012 e PL/0185.3/2011, relator Carlos Chiodini; e PL/0016.9/2012, relator Mauro de Nadal. Terminada a leitura e votação dos Ofícios e Projetos de Lei, o Presidente passou a palavra para a senhora Elza Moretto, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Educação, que cumprimentou a todos os presentes e agradeceu o espaço disponibilizado para falar sobre o Fórum Estadual de Educação e a Conferência Nacional de Educação. Em seguida apresentou o senhor Gilberto Luiz Agnolin, o senhor Osmar Matiola, a senhora Nadir Peixer e senhora Edna Correa Batistotti, membros da Secretaria de Educação e do Fórum Estadual de Educação. A senhora Elza informou que deseja, como coordenadora do Fórum, criar uma articulação com a ALESC já que o presidente da Comissão de Educação é membro do Fórum Estadual de Educação, e que vem se fazendo representar nas reuniões pela suplente Deputada Luciane Carminatti. A senhora Elza, informou que o fórum foi institucionalizado no mês de novembro de 2012, sendo composto de 34 instituições, governamentais e não governamentais, e que tem como objetivo criar um espaço para discussões de grandes temáticas e das políticas de educação de Santa Catarina. A coordenação do fórum tem trabalhado de uma forma bem articulada com todos os membros, porém sentia necessidade de conversar com os deputados, no sentido de fazerem uma mobilização, para gerar impacto na sociedade e nas mídias a respeito do Fórum, para isso decidiu-se fazer o lançamento da Conferência Nacional de Educação/CONAE Estadual na ALESC, caso seja possível, devido ao grande suporte que a mesma possui. O Fórum tem três responsabilidades de trabalho, a primeira é coordenar a criação de fóruns e planos municipais de educação; segundo, coordenar e fazer acontecer à Conferência Estadual de educação e as Conferências Municipais de Educação, para preparar Santa Catarina para participar da Conferência Nacional de Educação, que será realizada em janeiro ou fevereiro de 2014. E por último, cabe ao Fórum criar um espaço para elaboração e agilização do Plano Estadual de Educação. Finalizou sua fala dizendo que é fundamental a parceria do Fórum com a Comissão de Educação para a realização da Conferência Estadual de Educação, e que

encaminhará um ofício com a data da realização da Conferência. Retomando a palavra, o Presidente Antônio Aguiar afirmou que a Comissão está à disposição para trabalhar em parceria, em prol da educação e fazer com que a educação atinja índices melhores para os alunos. Agradeceu a presença da senhora Elza Moretto e a mesma retribuiu o agradecimento dizendo que o Fórum irá ajudar no Pacto por Santa Catarina, melhorando a qualidade da educação, e para isso o fórum tem que ser permanente e não esporádico. Solicitando a palavra, o Deputado Chiodini destacou a importância da Comissão para a sociedade e parabenizou o Deputado Aguiar pela presidência. Posteriormente, assumiu a palavra a Deputada Luciane Carminatti que se pronunciou sobre dois projetos que pediu vistas, já que tratam sobre a inclusão de disciplinas no currículo escolar. Um deles é sobre a inclusão de estudo do negro na formação socioeconômica e cultural brasileira, PL./0185.3/0211, e outro sobre a inclusão no currículo de conteúdos relacionados às leis, normas e convenções trabalhistas, tratados internacionais, prevenção de riscos profissionais, segurança e saúde do trabalhador e meio ambiente do trabalho, PL./00354.2/2012. Enfatizou que é preciso aprofundá-los, pois antes de aprová-los é preciso pensar num aparato de suporte nas escolas e o impacto que isso representa na formação dos professores. A seguir o Presidente passou a palavra para a senhora Zelaide Souza Philippi, Juíza do Trabalho, que agradeceu o convite para participar da reunião e informar que os problemas que está vivenciando no município de Criciúma, alertando para a necessidade de se buscar formas de prevenção a problemas semelhantes no futuro. A juíza relatou que há um ano o Colégio Energia, da cidade de Tubarão, encerrou suas atividades devido a uma ação de despejo motivada pela falta de pagamento de aluguel, por pelo menos três anos. Com isso, descobriu-se que a instituição não recolhia o FGTS e a contribuição previdenciária de seus empregados. Com o encerramento das atividades, nenhum funcionário recebeu verbas rescisórias, levando-os a entrarem na justiça com ações trabalhistas, que correspondem atualmente, a aproximadamente 170 ações. A juíza relatou que o Poder Judiciário está de mãos atadas porque o colégio não tinha patrimônio que pudesse ser vendido para pagar a dívida que está em R\$ 6 milhões de reais. A única solução encontrada para o pagamento de algumas dívidas foi a venda de bens de consumo, como cadeiras, carteiras, quadros e outros objetos, totalizando R\$ 140 mil reais. Segundo a juíza a cidade foi duramente atingida, com muitos professores desempregados e 1,5 mil alunos desamparados, sem nenhuma documentação escolar para fazer matrícula em outra instituição, e nem colégio próximo para atender tantos alunos. O Ministério Público interveio e garantiu a matrícula em outros estabelecimentos escolares para os alunos da escola fechada, mesmo sem a documentação exigida. Outro problema enfrentado foi o fato de alguns pais terem passado cheques pré-datados para pagamento de mensalidades e os cheques terem sido repassados para terceiros. Finalizando a fala, a Juíza solicitou ajuda da Comissão de Educação e da Secretaria de Estado da Educação no sentido de estudar mecanismos de fiscalização para evitar que problemas como este se repitam. Solicitando a palavra, a Secretária Adjunta Elza Moretto disse que a Secretaria de Estado não tem como gerir e controlar as escolas particulares, pois esta função pertence ao Conselho Estadual de Educação/CEE, e passou a palavra ao senhor Gilberto Luiz Agnolin, que também é membro do Conselho Estadual de Educação. O senhor Gilberto Luiz Agnolin disse que do ponto de vista pedagógico o CEE pode e está dando apoio e que todas as providências já foram tomadas. Com relação ao patrimônio, o Conselho não tem como atuar, pois não compete ao órgão fiscalizar com essa abrangência. Solicitando a palavra, a Deputada Luciane questionou sobre o que fazer diante desse problema para que não ocorram outros parecidos. Enfatizou que é preciso discutir com o CEE para regulamentar melhorar as autorizações de funcionamento das escolas. Sugeriu que se faça um estudo da legislação junto ao CEE para que erros deste tipo não ocorram mais. Pedindo a palavra, o Deputado Chiodini falou que o que se pode fazer em termos de regulação é fazer as escolas apresentarem semestralmente certidões negativas. Sugeriu ainda, a convocação do presidente do CEE para falar sobre isso. Em seguida, passou a palavra para o Deputado Silvio Dreveck, que informou que as empresas privadas são obrigadas a apresentar negativas de FGTS e que para as escolas não há essa cobrança, mas se houvesse, provavelmente, não haveria problemas como este. Retomando a palavra, o Presidente disse que chamará o presidente do CEE para a próxima reunião da Comissão, a fim de que se esclarecer os critérios exigidos para a liberação de funcionamento e as formas de fiscalização das escolas particulares no Estado. Posteriormente, enfatizou que a próxima reunião se dará em quinze dias. Agradeceu a presença dos visitantes e dos demais membros e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembléia Legislativa. Sala da Imprensa, em 12 de março de 2013.

Deputado Antônio Aguiar

Presidente

*** X X X ***

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, realizada no dia 21 de maio de 2013.

Às onze horas do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Imprensa da Assembleia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Antônio Aguiar, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Luciane Carminatti, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares e Dado Cherem. O Presidente, deputado Antônio Aguiar, iniciou a reunião com a leitura dos ofícios recebidos. Primeiramente o ofício 001/2013, da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, solicitando a realização de Audiência Pública no intuito de garantir que os direitos sociais dos Conselheiros Tutelares sejam garantidos em cada Município Catarinense. Posteriormente, leu o ofício 151/2013, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, encaminhando exemplar da Proposta de Participação do Governo Federal no Financiamento das Universidades Estaduais e Municipais, elaborada pela Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM. A seguir, o Presidente fez a leitura dos requerimentos recebidos pela Comissão. Inicialmente o requerimento da Deputada Luciane Carminatti, solicitando a realização de Audiência Pública para promover o debate sobre a temática "A presença do cuidador na escola quando necessário ao educando portador de deficiência", que foi aprovado. A seguir foi lido o Requerimento do deputado Carlos Chiodini, solicitando a realização de Audiências Públicas para a discussão do "Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/2012, que altera o art. 2º da Lei complementar nº 281 de 2005, que regulamenta o art. 120 e os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, que foi aprovado, com datas a serem agendadas, nos seguintes locais: Faculdade Celer - Xaxim, UNC - Canoinhas, AUPEX - Joinville, FAMEG - Guarimirim, UNIASSELVI - Indaial, FAMESUL - Rio do Sul, ESUCRI - Criciúma, FADES - Palhoça, AVANTIS - Balneário Camboriú. Em seguida, o Presidente passou à leitura e votação dos Projetos de Leis e Ofícios constantes na Pauta. Inicialmente foram apreciados os Pareceres emitidos pelo Deputado Ismael dos Santos. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0424.6/2012; Of./0207.0/2012; Of./0046.0/2013; Of./0476.7/2012; Of./0033.6/2013 e Of./0534.7/2013. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0531.8/2012; Of./0450.8/2012; Of./0282.0/2012; Of./0580.6/2012; Of./0055.1/2013; Of./0476.7/2012; Of./0172.5/2012; Of./0407.5/2011; Of./0233.1/2012; Of./0596.3/2012; Of./0096.0/2012; Of./0579.2/2011 e Of./0625.2/2011. Em seguida, foram votados os pareceres apresentados pelo relator Deputado Dado Cherem. Foram aprovados os seguintes Ofícios: Of./0327.6/2012 e Of./0514.7/2012. A seguir, foram discutidos e aprovados os pareceres emitidos pelo Deputado Sargento Amauri Soares. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0467.6/2012; Of./0057.3/2013; Of./0010.0/2013. Em prosseguimento, foram apreciados os Ofícios e Projetos de Lei relatados pela Deputada Luciane Carminatti. Foi aprovado o Of./0157.6/2012. Foram encaminhados para Diligenciamento o PL./0039.5/2012 e o PL./0354.2/2012. Foram aprovados os seguintes Projetos de Lei: PL./0185.3/2011; PL./0328.0/2011 e PL./0016.9/2012. Finalizando, o Presidente lembrou da necessidade de agendamento das Audiências Públicas aprovadas, que haverá nova reunião em duas semanas e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala da Imprensa, em 21 de maio de 2013.

Deputado Antônio Aguiar

Presidente

*** X X X ***

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, realizada no dia 07 de agosto de 2013.

Às onze horas do dia sete de agosto do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Imprensa da Assembleia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Antônio Aguiar, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Luciane Carminatti, Ismael dos Santos, Sargento Amauri Soares, Dado Cherem, Silvio Dreveck e Carlos Chiodini. O Presidente, deputado Antônio Aguiar, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e registrando que nenhum parlamentar membro da Comissão havia faltado à reunião. Após a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, o deputado Antonio Aguiar realizou a leitura dos ofícios recebidos. Primeiramente o ofício 0274/2013, do Ministério Público Estadual de SC, comunicando

a promoção de arquivamento de inquérito civil referente à aquisição de merenda escolar. Posteriormente, leu o ofício 037/2013, do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, encaminhando Moção de Repúdio, aprovada em Assembleia Ordinária, referente à transferência de responsabilidade da administração do Teatro Álvaro de Carvalho - TAC. Também leu o ofício 048/2013, do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis recomendando a municipalização do TAC (Teatro Álvaro de Carvalho). Finalizando, o Presidente leu o ofício 051/2013, da Associação Empresarial de Canoinhas, expondo a necessidade de ampliação da EEB Almirante Barroso. A seguir, o Presidente fez a leitura dos requerimentos recebidos pela Comissão. O requerimento da Deputada Luciane Carminatti, solicitando a realização de Seminário na cidade de Chapecó, com o tema: "Educação no Campo", foi aprovado. Em seguida, o Presidente passou à leitura e votação dos Projetos de Leis e Ofícios constantes na Pauta. Inicialmente foram apreciados os Pareceres emitidos pelo Deputado Ismael dos Santos. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0134.0/2013; Of./0359.3/2013; Of./0580.6/2012; Of./0596.3/2012; Of./0203.6/2013, Of./0189.3/2013, Of./0462.1/2013 e Of./0461.0/2013. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0625.2/2011 e Of./055.1/2013; Em seguida, foram votados os pareceres apresentados pelo relator Deputado Dado Cherem. Foi aprovado o PL./0229.9/2013 e foram aprovados os seguintes Ofícios: Of./0151.0/2013, Of./0201.4/2013, Of./0200.3/2013, Of./0106.6/2013, Of./0427.9/2013 e Of./0083.5/2013. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0242.2/2013 e Of./0257.9/2013. A seguir, foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Sargento Amauri Soares. O PL./0114.0/2011 foi solicitado Vistas em Gabinete pela Deputada Luciane Carminatti e pelo Deputado Antonio Aguiar. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0106.0/2011; Of./0425.7/2013; Of./0384.4/2013; Of./0109.9/2013; Of./0170.3/2013, Of./0302.8/2013, Of./0137.2/2013, Of./0088.0/2013, Of./0318.5/2013, Of./0115.7/2013 e Of./0278.3/2013. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0057.3/2013; Of./0193.0/2013; Of./0236.4/2013, Of./0228.4/2013, Of./0281.9/2013. O Of./0568.0/2011 foi solicitado Vistas em Gabinete pelo Deputado Silvio Dreveck. Em prosseguimento, foram apreciados os Ofícios e Projetos de Lei relatados pela Deputada Luciane Carminatti. O PL./0248.1/2012, que proíba a venda de rifas e afins por crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Santa Catarina, será debatido em Audiência Pública, cuja realização foi aprovada pela Comissão. Foram aprovados os seguintes Ofícios: Of./0115.0/2013, Of./0098.5/2013, Of./0240.0/2013, Of./0130.6/2013, Of./0157.6/2012 e Of./0276.1/2013. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0245.5/2012, Of./0326.5/2013 e Of./0243.3/2013. A seguir, foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Carlos Chiodini. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0507.8/2010; Of./0226.2/2012; Of./0642.3/2012; Of./0574.8/2012 e Of./0630.0/2012. Foi também aprovado o PL./0257.2/2012. Foram encaminhados para Diligenciamento os seguintes Ofícios: Of./0138.3/2010; Of./0015.4/2012; Of./0069.7/2012; Of./0092.6/2012, Of./0334.5/2011; Of./0647.8/2012 e Of./0640.1/2012. Na sequência, foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Silvio Dreveck. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0346.2/2012; Of./0084.6/2013; Of./0278.3/2013; Of./0174.7/2013; Of./0105.5/2013, Of./0270.6/2013, Of./0351.6/2013 e Of./0038.0/2013. Foi encaminhado para Diligenciamento o Of./0074.4/2013. Para finalizar, foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Antonio Aguiar. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0193.0/2013 e Of./0322.1/2013. Dando prosseguimento à Reunião, o deputado Antonio Aguiar informou sua presença na posse do novo Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Maurício Pereira. A seguir, foi aprovado o nome da Deputada Luciane Carminatti para representar a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa de SC, na condição de Delegada para a Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, que será realizada em Brasília, de 17 a 21 de fevereiro de 2014. Nada mais havendo a tratar o Presidente, Deputado Antonio Aguiar deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala da Imprensa, em 07 de agosto de 2013.

Deputado Antônio Aguiar

Presidente

*** X X X ***

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, realizada no dia 10 setembro de 2013.

Às onze horas do dia dez de setembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Imprensa da Assembleia Legislativa, sob a Presidência do Deputado Antônio Aguiar, com base no parágrafo 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Luciane Carminatti, Sargento Amauri Soares e Arnaldo Moraes, em substituição ao Deputado Sílvio Dreveck. O Presidente, deputado Antônio Aguiar, deu início à reunião com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior e realizou a leitura dos ofícios recebidos. Primeiramente o ofício 0301/2013, do Ministério Público Estadual de SC, comunicando a promoção de arquivamento do Inquérito Civil nº 81/2008/PGJ. Posteriormente, leu o ofício 044/2013 encaminhado pela Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, encaminhando Moção de todos os Vereadores do Município, solicitando a prestação de vigilância humana para atendimento à Escola de Educação Básica Arno Siewert, de Pouso Redondo. A seguir, o Presidente fez a leitura do Requerimento da Deputada Luciane Carminatti, solicitando a realização de Audiências Públicas Regionais, para promover o debate sobre o tema: "A Gestão Democrática da Educação Pública Estadual", que foi aprovado. Em seguida, o Presidente passou à leitura e votação dos Projetos de Leis e Ofícios constantes na Pauta. Inicialmente foram apreciados os Pareceres emitidos pela deputada Luciane Carminatti. Foram aprovados o PL./0045.3/2012, que dispõe sobre o concurso literário Poesia na rede Estadual de Ensino e o PL./0079.2/2011, que dispõe sobre o livro técnico e o livro didático de níveis fundamental, médio e superior de ensino, em formato de texto digital acessível para as pessoas com deficiência visual, e adota outras providências. Também foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0319.6/2013; Of./0343.6/2013; Of./0626.3/2013; Of./0625.2/2013; Of./0243.3/2013 e Of./0369.5/2013. Foi encaminhado para Diligenciamento o Ofício: Of./0648.9/2013. Na sequência, foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Sílvio Dreveck, com os pareceres lidos pelo Deputado Arnaldo Moraes. Foram encaminhados para Diligenciamento os Ofícios: Of./0107.7/2013 e Of./0661.6/2013. A seguir foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Sargento Amauri Soares. Foram aprovados e encaminhados para arquivamento os seguintes Ofícios: Of./0010.0./2013; Of./0467.6/2012; Of./0415.5/2013; Of./0491.6/2013; Of./0484.7/2013; Of./0603.7/2013; Of./0451.9/2013; Of./0460.0/2013; e Of./0467.6/2013. Foram encaminhados para Diligenciamento os Ofícios: Of./0532.9/2013 e Of./0393.5/2013. O Of./0568.0/2011 foi Rejeitado. Para finalizar, foram discutidos e votados os pareceres emitidos pelo Deputado Antonio Aguiar. Foi encaminhado para Diligenciamento o Ofício: Of./0577.0/2013. Nada mais havendo a tratar o Presidente, Deputado Antonio Aguiar deu por encerrada a reunião, da qual eu, Denise da Silva, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala da Imprensa, em 10 de setembro de 2013.

Deputado Antônio Aguiar

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2467, DE 29 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 031/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2468, de 29 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1988	GICELA DE AGUIAR SANTANA	20	12/9/2013	2379/2013

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2469, de 29 de outubro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pelo Art. 20 da Res. nº 013, de 22/12/2009.

DESIGNAR o servidor **EVANDRO GONÇALVES PEREIRA**, matrícula nº 1879, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a gratificação de exercício em Comissão Legal - Acompanhamento das Contas Públicas, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades em Comissão Legal, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, DULCINEIA MARIA GOULART, que se encontra em Licença Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 1º de outubro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0383/2012

Institui o Dia Estadual da Juventude Rural no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Juventude Rural no calendário de eventos oficiais do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de outubro.

Art. 2º A data comemorativa prevista no art. 1º desta Lei poderá ser orientada para a realização e promoção de eventos e ações sociais, educacionais e culturais a ela alusivos, que contribuam para a valorização e inserção do jovem no meio rural, sua inclusão social e qualidade de vida.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 004/2013

No inciso III do art. 3º do Projeto de Lei nº 004/2013:

Onde se lê: "... especialmente a Lei federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (PAA), com a redação...";

Leta-se: "... especialmente a Lei federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com a redação...".

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação ao que pretendia o autor, na forma do art. 190 do Regimento Interno desta Casa e ao disposto na Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2003.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 004/2013

Estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e

instrumentos destinados à instituição de Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária, doravante chamada Compra Coletiva/SC.

§ 1º A Compra Coletiva/SC objetiva que o Estado de Santa Catarina utilize o poder das compras governamentais como elemento propulsor do desenvolvimento sustentável.

§ 2º A Política instituída por esta Lei deve ser compatibilizada com o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas, disciplinado pela Lei nº 15.116, de 19 de janeiro de 2010.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - agricultura familiar e empreendimento familiar rural: aqueles definidos na Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar;

II - economia popular e solidária: setor formado pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), constituído por empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão caracterizados pelos requisitos da legislação, e que tenham como características serem coletivos e suprafamiliares, utilizarem práticas permanentes e não eventuais, e prevalência da existência real ou da vida regular da organização produtiva, mesmo sem o registro legal.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei os beneficiários previstos neste artigo serão referidos como agricultores familiares e empreendimentos da economia popular e solidária.

Art. 3º A Compra Coletiva/SC observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - descentralização das compras governamentais destinadas à aquisição de bens e de serviços, em especial de gêneros alimentícios;

II - aquisições diretamente da economia popular e solidária, da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando-se a produção agroecológica, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas, de pescadores artesanais e de remanescentes de quilombos;

III - realização de processo simplificado para aquisição de gêneros alimentícios oriundos dos beneficiários desta Lei, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com a redação dada pela Lei federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011;

IV - apoio a práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica;

V - equidade na aplicação das políticas públicas, respeitando os aspectos de gênero, cultura e etnia;

VI - participação dos agricultores familiares e dos empreendimentos da economia popular e solidária na formulação e implementação da Política instituída por esta Lei;

VII - incentivo à produção diversificada agroecológica, com apoio multissetorial das entidades de extensão rural, de pesquisa pública, das estruturas de crédito, de abastecimento e de armazenamento do Estado;

VIII - estímulo à conscientização da sociedade e dos servidores e empregados públicos sobre a importância da alimentação saudável e do valor social da forma de aquisição dos bens e serviços pelo Estado; e

IX - fomento ao desenvolvimento local e regional.

Art. 4º A Compra Coletiva/SC, para atingir seus objetivos e diretrizes, poderá utilizar os seguintes instrumentos:

I - crédito;

II - infraestrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa e desenvolvimento;

V - promoção da aquisição direta de alimentos para abastecimento dos órgãos da Administração Direta e Indireta, nos termos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela Lei federal nº 10.696, de 2003;

VI - cooperativismo e associativismo;

VII - educação, capacitação e profissionalização dos trabalhadores da agricultura familiar e da economia popular e solidária;

VIII - agroindustrialização; e

IX - regularização fiscal e sanitária dos produtos comercializados pela agricultura familiar.

Art. 5º Para atingir os objetivos e as diretrizes da Compra Coletiva/SC, o Estado promoverá as seguintes ações:

I - viabilizar o suporte técnico e financeiro necessário;

II - estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas;

III - desenvolver atividades de formação profissional, especialmente nas áreas da produção, da administração, da cooperação e da comercialização;

IV - estabelecer parcerias com universidades, organizações não governamentais e centros de formação, visando à realização de cursos, estudos, intercâmbios e outras atividades pedagógicas relacionadas aos instrumentos elencados no art. 4º desta Lei.

V - promover a divulgação de atividades, especialmente entre os beneficiários diretos e a população em geral;

VI - manter cadastro dos projetos desenvolvidos no seu âmbito;

VII - disponibilizar espaços públicos destinados à comercialização dos produtos oriundos dos beneficiários desta Lei, tais como feiras, exposições, mercados e centrais de abastecimento;

VIII - estimular a inserção dos beneficiários desta Lei na economia estadual, em especial com mecanismos que estimulem a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária;

IX - estimular a criação de redes e de cadeias produtivas solidárias que articulem os agricultores familiares e os empreendimentos da economia popular e solidária;

X - promover a utilização de Selo(s) de identificação de origem e qualidade dos produtos oriundos da agricultura familiar e da economia popular e solidária;

XI - criar Banco de Alimentos;

XII - oportunizar aos agricultores familiares e aos empreendimentos solidários a capacitação, a orientação e os meios necessários ao fornecimento regular de gêneros alimentícios e de outros bens, no mercado regional no qual estão inseridos;

XIII - incentivar a produção diversificada agroecológica, com apoio multissetorial das entidades de extensão rural, de pesquisa pública, das estruturas de crédito, de abastecimento e de armazenamento do Estado;

XIV - incluir cláusula em contratos de exploração de atividades de alimentação em espaços públicos para aquisição de gêneros alimentícios dos beneficiários desta Lei;

XV - estabelecimento de cardápios adaptados às potencialidades regionais, bem como às safras agrícolas; e

XVI - estimular a organização de consumidores integrados à Compra Coletiva/SC.

Art. 6º A Compra Coletiva/SC, para atingir os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei, poderá também reservar percentual de, no mínimo, 30% (trinta por cento) nas compras realizadas pela Administração Direta e Indireta do Estado para aquisição de bens e de serviços provenientes da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais e da economia popular e solidária.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos definidos pela Lei federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, adquiridos nos termos da Lei federal nº 12.512, de 2011, poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e do Comitê Gestor da Compra Coletiva/SC constituído pelo art. 8º desta Lei.

Art. 7º Nos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Estado adquirirá, preferencialmente, gêneros alimentícios diretamente de agricultores familiares e de empreendimentos da economia popular e solidária de que trata esta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo constituirá Comitê Gestor da Compra Coletiva/SC, coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, composto por órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, para sua operacionalização.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0043.1/2013

O Projeto de Lei nº 0043.1/2013 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0043.1/2013

Altera a Lei nº 15.142, de 2010, que institui o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Art. 1º A emenda e o art. 1º da Lei nº 15.142, de 20 de abril de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Cria a Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica criada a Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de novembro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana Estadual de que trata o *caput* deste artigo tem como objetivo a conscientização da sociedade sobre a necessidade de erradicar qualquer tipo de violência contra a mulher, bem como a divulgação dos mecanismos legais de amparo às vítimas deste tipo de violência." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala de comissão,

Deputado Silvio Dreveck
Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 23/10/2013

APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 23/10/2013

SUB-EMENDA A EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0043.1/2013

Fica acrescido a redação da emenda substitutiva global o artigo 2º, com a seguinte redação:

"Art. 2º As atividades realizadas na semana instituída na presente lei serão concentradas no dia 25 de novembro, como forma de comemorar e reafirmar o dia 25 de novembro como o dia internacional de mobilização pelo fim da violência contra a mulher."

Ficam reenumerados os artigos subseqüentes.

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 23/10/2013

APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 23/10/2013

JUSTIFICATIVA DA SUB-EMENDA A EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL

O dia 25 de novembro ficou estabelecido internacionalmente como o dia de mobilização de não violência contra a mulher, pois referida data, no ano de 1960, ficou conhecida mundialmente por conta do maior ato de violência cometida contra mulheres.

As irmãs Dominicanas Pátria, Minerva, e Maria Teresa, conhecidas como "Las Mariposas", que lutavam por soluções para problemas sociais de seu país (República Dominicana) foram perseguidas, diversas vezes presas, até serem brutalmente assassinadas por agentes do governo militar. A ditadura simulou um acidente.

Em 1981, durante o I Encontro da América Latina e do Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia, o dia 25 de novembro foi escolhido como Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, em homenagem às três ativistas políticas.

Desta forma, concentrar as atividades no dia 25 de novembro forma de comemorar e reafirmar o dia 25 de novembro como o dia internacional de mobilização pelo fim da violência contra a mulher."

Sala das Sessões,
Ana Paula Lima
Deputada Estadual

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 043/2013

Altera a Lei nº 15.142, de 2010, que institui o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 15.142, de 20 de abril de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Cria a Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica criada a Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de novembro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana Estadual de que trata o *caput* deste artigo tem como objetivo a conscientização da sociedade sobre a necessidade de erradicar qualquer tipo de violência contra a mulher, bem como a divulgação dos mecanismos legais de amparo às vítimas deste tipo de violência." (NR)

Art. 2º As atividades realizadas na Semana Estadual instituída na presente Lei serão concentradas no dia 25 de novembro, como forma de comemorar e reafirmar o dia 25 de novembro como o dia internacional de mobilização pelo fim da violência contra a mulher.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0251.7/2013

O art. 2º do Projeto de Lei nº 0251.7/2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A data comemorativa de que trata o art. 1º desta Lei passa a integrar o calendário de eventos do Estado de Santa Catarina."

Sala das Comissões,

Deputado Narciso Parisotto

Aprovado em 1º turno em Sessão de 23/10/13

Aprovado em 2º turno em Sessão de 23/10/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 251/2013

Institui o Dia Estadual da Agroecologia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina o Dia Estadual da Agroecologia, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de outubro.

Art. 2º A data comemorativa de que trata o art. 1º desta Lei passa a integrar o calendário de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 291/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos Maia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos Maia, com sede no Município de Passos Maia.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 445/2013

Altera a Lei nº 16.070, de 2013, que dispõe sobre a oferta de bens móveis, imóveis e de serviços em jornais, revistas e demais periódicos e meios de comunicação, para estabelecer novo prazo de vigência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.070, de 31 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida do art. 2º-A, com a seguinte redação:

"Art. 2º-A. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado."

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 16.070, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir da sua regulamentação." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***